

**AS VELHAS BARAÚNAS: CONSOLIDAÇÃO DAS OLIGARQUIAS AGRÁRIAS NO
DISTRITO DE CAMALAÚ, ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE (1895-1930)**

JACKSON JOSÉ NECO LEITE

JACKON JOSÉ NECO LEITE

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àqueles que me permitiram chegar até aqui: minha família. Notadamente à minha mãe e meus avós maternos, Ivânia, Maria de Jesus e Ivo Neco, assim como a minha a Madrinha Diane que sempre me proporcionaram os recursos para que eu pudesse estudar com o maior conforto possível, pois mesmo sendo em uma Universidade Pública um garoto vindo do interior, enfrenta dificuldades. Não posso esquecer da minha

Tia/mãe Fátima, minha fonte de inspiração e motivação, meu combustível diário que sempre me encorajou e estimulou para que caminhasse para frente e para luz.

Em nome das minhas tias Íris e Joana, como também minha prima Maria Isabelly, tenho que agradecer à minha família materna pelo acolhimento que me proporcionaram ao ter que estudar em uma cidade longe de minha casa. Principalmente àquela prima, que se tornaria quase uma mãe para mim, guardo um carinho todo especial: impossível esquecer os cafés à noite, uma pausa para afiar as línguas e descansar a mente em meio a textos e atividades.

Das relações sociais que construí durante a Universidade, não posso deixar de colocar aquele que conheci na minha trajetória final do curso, uma semana antes do isolamento da pandemia de Covid-19. Aquela que se tornaria a minha melhor amiga e companheira, e que, segundo ela, a qual no primeiro olhar lançou-me energias positivas e de afeto. Aquela que acompanhou o progresso dos meus estudos, os desafios da pesquisa, as frustrações, assim como minhas conclusões e que me acompanhou na felicidade de ter a última linha escrita, Laura.

Ainda das relações que a universidade proporcionou, jamais me esquecerei dos meus grandes amigos, que compartilhei momentos de felicidade e angústias que o curso proporciona a todos.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET), sob a tutoria do professor Luciano de Queiroz Aires, com quem passei quase toda a minha graduação, agradeço todo o crescimento intelectual, político e emocional que o grupo me proporcionou. Não menos, devo a este grupo meus primeiros contatos com a prática da educação, e uma educação política! Jamais me esquecerei de vocês.

Ao meu querido Jefferson, o qual devoto todo meu amor, obrigado por todo incentivo. Grato em tê-lo, sinto-me privilegiado nos bons momentos, assim como em todos os momentos de aflição encontra-se sempre segurando minha mão. Nas conquistas, suas mãos, nas alegrias seu sorriso, nas lágrimas, seu afago.

Não menos importante, aos próprios professores e professoras do curso de Licenciatura em História da UFCG, que muitos deles guardarei com muito carinho na minha mente. Um agradecimento especial a meu orientador, o Prof. Dr. Rodrigo Ceballos, por aceitar esse desafio de me orientar, a vida tratou de nos colocar frente a frente, em momentos distintos e com a mesma sintonia de compreensão e afeto. Agradeço imensamente a participação na minha formação inicial e nesta pesquisa.

Ao Padre Helton, da Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro, o qual alicerçou minha pesquisa, ainda que tardiamente, pois assumiu a paróquia em Março. Perante tantas

dificuldades, este padre surgiu como uma luz, favorecendo fontes que enriqueceram esta pesquisa.

Ao cartório de Camalaú, em seus 110 anos, no qual por mais de 3 décadas esteve como tabeliã minha Avó, Maria de Jesus, fonte de toda inspiração na minha vida acadêmica e pessoal, grande inspiradora desta pesquisa. Dedico a mesma todo resultado.

Dedicatória

A presente obra é dedicada a Manoel Rodrigues Leite e Maria de Jesus Leite da Silva, grandes fontes de inspiração para o autor deste livro. Em homenagem ao Cartório de Registro Civil de Camalaú-PB, que celebra seus jubilosos 110 anos, cujos arquivos trazem a história e identidade registrada de um povo desde 1914.

Manoel Rodrigues Leite, filho de Eduardo Tolentino Leite e Maria Correia do Espírito Santo, casou-se no dia xxx com Antônia Rodrigues Leite, filha de Joana Maria da Conceição e Manoel Fernandes Pinheiro, neto do Capitão Manoel Fernandez da Ipueira, falecido em 1821. O casamento deste casal, na capela de São José, no distrito de Camalaú, pertencente a Alagoa do Monteiro, alicerçou aquela que seria uma família numerosa e que contribuiria para o desenvolvimento social e político do Distrito de Camalaú-PB. Manoel Rodrigues Leite, nascido no dia xxxx, desde adolescente assumiu grandes responsabilidades junto às classes políticas do Distrito. Conhecido como “sabedor das leis”, “Mané Dôda” resolvia questões envoltas à resolução de conflitos e pendências legais. Auxiliando Antônio Galdino Chaves no cartório do distrito, ganhou notoriedade, tendo grande protagonismo na emancipação do município em 19 de março de 1962, quando foi nomeado secretário do único partido existente no então emancipado município. Suas influências políticas o levaram a se candidatar a vereador em xxx, sendo eleito e permanecendo por um mandato, ausentando-se após muitos conflitos políticos entre as classes dominantes. Dono de consideráveis posses de terras, criava ovelhas e foi funcionário do Ministério da Agricultura, fator que o levou a mudar-se para Monteiro em XX. Faleceu no ano de xxx, deixando 10 filhos, xx netos e xx bisnetos. Manoel Rodrigues Leite, autêntico, intelectual orgânico nato, marcou sua vida pelas marcas da honradez, honestidade e pragmatismo. Deixou a vida para entrar na história, sendo suas doações de terras para construção de bens públicos grandes marcos ocultados pela história oficial. Manoel Rodrigues Leite doou, em vida, terrenos para famílias construírem suas casas, doou para a construção da atual escola Pedro Bezerra Filho, para a construção da Thelpha (Serviço Telefônico), doou o grupo escolar onde funciona a Secretaria de Agricultura, a área de decantação da Cagepa e um

terreno para a construção do cruzeiro de São José. Homem justo e bom, registro em forma de homenagem esta curta biografia.



Manoel Rodrigues Leite, descursando em Praça Pública na década de 1980.

Maria de Jesus Leite da Silva, filha de Manoel Rodrigues Leite e Antônia Rodrigues Leite, nasceu no dia xxx, sendo afilhada de Reginaldo de Oliveira Chaves e Neusa Pessoa Chaves. Foi uma das poucas de sua geração que estudou na cidade de Monteiro-PB, formando-se no ginásio e habilitando-se para ser professora do ensino básico. Detentora de grande beleza, foi Miss Primavera no ano xxxx. Casou-se no dia xxx com Ivo Neco da Silva, filho do comerciante José Neco e Maria Daniel, e juntos tiveram 10 filhos. Maria de Jesus, conhecida como “Dona Bainha”, é consagrada dama pela sociedade camalaúense. Foi zeladora da Igreja de Camalaú-

PB e professora voluntária do Ceagro no ano xxx. Em conjunto com o professor Antônio Mariano Sobrinho, deu grandes contribuições que reestruturaram a formação social e cultural daquele distrito. Posteriormente, atuou como professora municipal, representante do Furrural, passando a ser funcionária do Ministério da Agricultura durante os anos de xxx. No ano de 1989, foi primeira-dama do município e vice-primeira-dama nos anos de xx. A política social e partidária sempre esteve intrinsecamente ligada à sua existência social. No ano de xx, tornou-se tabeliã do Cartório de Registro Civil e Notas de Camalaú, exercendo sua posição até o ano de xx, mais de três décadas de serviço e função pública dedicados ao povo do município de Camalaú.



Ficha catalográfica emitida pela biblioteca. Após emissão apenas a cole alinhada com a margem inferior

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos de formação política e social das elites, após o golpe de 1889. Neste sentido, a consolidação das oligarquias agrárias são exploradas neste trabalho, o qual busca, no materialismo histórico, explicar as relações interclasses e seus respectivos projetos de hegemonia. A discussão e interpretação dos clássicos da história política da República Velha, através de fontes cartoriais e documentais os quais remetem aos inventários, registros de nascimentos, registros de óbitos e atas eleitorais, buscou-se fundamentar que as relações de dominação e exploração na Primeira República não correspondem a uma lógica singular, meramente eleitoreira. O fator das superestruturas e estruturas destas composições sociais demonstram que o elo de ligação visceral é o latifúndio. A autoafirmação no campo político dos coronéis e grupos dominantes, além de um projeto classista, correspondia ao capital cultural e econômico destes agentes. A junção de forças legitimadas pelos compadrios, parentelas e concessões mantinham-se firmes perante o jogo de interesses. As velhas Baraúnas, uma menção às estruturas das oligarquias do século XX, demonstra o quanto a elite brasileira desde sua concepção esteve ligada ao domínio das terras e suas estruturas de poder e dominação sustentadas pelo capital simbólico e econômico representado pelas posses de terras, os quais garantia gozo de privilégios, concessões e dominação política do aparelho do Estado.

Palavras-chave: Cidade/Região. Política. Coronelismo. Cultura Política.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the political and social formation of the elites after the coup of 1889. In this sense, the consolidation of the agrarian oligarchies is explored in this work, which uses historical materialism to explain interclass relations and their respective hegemony projects. The discussion and interpretation of the classics of the political history of the Old Republic, through notarial and documentary sources which refer to inventories, birth records, death records and electoral minutes, sought to substantiate that the relations of domination and exploitation in the First Republic did not correspond to a singular, merely electoral logic. The factor of the superstructures and structures of these social compositions shows that the visceral link is the latifundium. The self-affirmation in the political field of the colonels and dominant groups, in addition to a classist project, corresponded to the cultural and economic capital of these agents. The combination of forces legitimized by cronyism, kinship and concessions remained firm in the face of the game of interests. The old Baraúnas, a reference to the structures of the oligarchies of the 20th century, demonstrate how much the Brazilian elite has been linked since its inception to the domination of land and its structures of power and domination sustained by the symbolic and economic capital represented by land ownership, which guaranteed the enjoyment of privileges, concessions and political domination of the state apparatus.

Keywords: City/region. Politics. Colonelism. Political Culture.

LESTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Santo Barbosa e sua esposa Maria Rodrigues, com seus filhos e Nair Barbosa (tornou-se afilhada do Cel. Pedro Bezerra).....	39
Figura 2: Catolicismo e as Oligarquias	42
Figura 3: Primeira Capela antes da reforma de 1928.....	44
Figura 4: Figuração dos Apostolados nas primeiras décadas do século XX.....	44
Figura 5: Casamento das filhas do Cel. Pedro.....	47
Figura 6: Coronel Pedro Bezerra e sua esposa Rosa da Silveira Leal	48
Figura 7: Coronel Pedro Bezerra e sua esposa Rosa da Silveira Leal	49
Figura 8: A herança, família Bezerra após a morte do patriarca	51
Figura 9: Major Ivo de Luna o caule das relações parenterales das oligarquias Chaves-Oliveira-Galdino	54
Figura 10: Família Chaves Ventura, a morte do seu patriarca. Missa de 7º dia do Cel. Francisco Chaves Ventura. Na foto filhos e netos de Clemência de Oliveira 1º casamento e os filhos Maria Silva Chaves, viúva de Francisco Chaves 2º casamento. 1959.....	61
Figura 11: Mapa da divisão administrativa da Paraíba de 1920.....	63
Figura 12: Na foto, moradores (Compadres) e familiares do Major Delphino Mendes.	74
Figura 13: Maria de Lourdes, filha do Major Ivo de Luna, colhendo algodão. Ano 1938	77
Figura 14: Composições das oligarquias 1890-1910.....	79
Figura 15: Na imagem, o Coronel Pedro Bezerra e sua esposa Rosa Mendes de Andrade. O símbolo do patriarcado oligárquico	80
Figura 16: Composições oligárquicas 19/10/1929	83
Figura 17: Francisco Chaves, a ascensão da família Chaves-Oliveira	85
Figura 18: Mausoléu do Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal, Camalaú-PB	85
Figura 19: Composições dos grupos oligárquicos 1920-1930	86
Figura 20: Pedro Bezerra Filho, herdeiro do capital político do Coronel Pedro seu pai. Liderou disputas políticas no distrito, após a morte do seu pai; Na foto ao seu lado esquerdo sua esposa Inácia Feitosa Bezerra, seus netos e parentes.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Herança do Capital político (Quadro Parentelar da Família Bezerra - Feitosa)	29
Quadro 2: Apresentação da árvore Genealógica do Cel. Pedro	34
Quadro 3: PADRES QUE ATUARAM NO VILAREJO	45
Quadro 4: Os Galdino, Oliveira, Chaves	53
Quadro 5: As velhas estruturas que fundaram o povoado.....	56
Quadro 6: Consolidação oligárquica.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Prefeitos de Alagoa do Monteiro	24
Tabela 2: Os Homens detentores do capital Político-Financeiro-Cultural do Distrito Camalaú Anos (1900-1930).....	27
Tabela 3: A herança política de Francisco Chaves, os herdeiros do capital simbólico, monopolizaram a política do século XX a nível local	60
Tabela 4: Relação das Fazendas que compunham a região ao Sul de Alagoa do Monteiro no século XIX e XX.....	66
Tabela 5: Inventário Coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal.....	69
Tabela 6: Inventário Major Delfino Mendes de Andrade	70
Tabela 7: Inventário Major Ivo de Luna	72
Tabela 8: Inventário de Francisco Chaves	73
Tabela 9: Estruturas Produtivas Agrárias.....	76
Tabela 10: Presidentes do Conselho Municipal Eleitoral	91
Tabela 11: As Legislaturas do Coronel Pedro na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba	92
Tabela 12: Número de eleitores Distrito de Camalaú	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

PP	Partido Progressista
PRCP	Partido Republicano Conservador Paraibano
PRP	Partido Republicano da Paraíba
Cel.	Coronel

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A VELHA BARAÚNA: O CONCEITO DE OLIGARQUIA E SEU PROJETO DE HEGEMONIA, ESTRUTURAS DE PODER E DOMINAÇÃO 1895-1930.....	Error! Bookmark not defined.
2.1 O Conceito De Poder Os Grupos Dominantes E Seus Projetos De Hegemonia Em Gramsci.....	Error! Bookmark not defined.
2.2 Capital político, econômico e cultural dos componentes hegemônicos de dominação e suas reinvenções ao decorrer do processo histórico a Guarda Nacional do Império a República.	Error! Bookmark not defined.
2.3 Alagoa do Monteiro e seus conflitos intraoligárquicos	24
2.4 Senex et Potestate: O coronelismo e seu poder hegemônico	29
3. CORRELAÇÕES ESTRUTURAIS DE DOMINAÇÃO E A JUNÇÃO DE FORÇAS E CONSENSO	Error! Bookmark not defined.
3.1 A composição dos subalternos e suas relações com as oligarquias agrárias	35
3.2. Coronelismo e religiosidade (Igreja legitimadora classista)	41
3.3. O matrimônio como ramificação de alianças políticas e sociais, o colmo das estruturas oligárquicas	47
3.4 Estruturas familiares e casamentos como semente de laços	52
4. A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A FORMULAÇÃO DAS PARENTELAS COMO FORMA DE MANUTENÇÃO.....	62
4.1. Concentração de terras, poder e família. Estruturas e superestruturas do latifúndio	65
4.2. As famílias e suas propriedades: moldes de produção e acumulação de capital.....	74
5. AURIBUS TENEO LUPUM, O PEQUENO VILAREJO E SEU CONTEXTO POLÍTICO PÓS CONFLITO DE 1912 ATÉ 1930.....	78
5.1 “Segurar um lobo pelas orelhas”: o redesenho das relações de poder em três décadas .	79
5.2. 1920-1930: os Chaves-Ventura os Bezerra e a deflagração Perrepista x Liberal a nível regional	83
5.3. A revolução de 1930: o redesenho após a Morte do Cel . Pedro: os grupos dos perrepistas e liberais.....	85
5.4 As eleições no povoado de Camalaú e seus primeiros registros: o voto como fator secundário das relações	90
6. CONCLUSÃO	95
7. REFERÊNCIAS.....	98
Apêndice:.....	106
Anexos:	114

1. INTRODUÇÃO

O poder vinculado ao latifúndio, legitimado pelo aparato estatal e convalidado pelas estruturas dominantes, será ponto de análise neste trabalho. Desde a concessão de terras datadas do ano de 1335 até a criação da Guarda nacional em 1831, as elites dominantes moldaram a formação do Estado Nacional. A historicidade reservada a cada momento histórico é distinta, pois cada momento histórico possui suas particularidades que condicionam seu próprio processo. Conquanto, a similaridade entre poder, concentração de terras e riqueza, coloca em evidência a herança perpassada da velha elite ao século XX. O contexto sociocultural das famílias remete à relação umbilical com o latifúndio. A estrutura de dominação constitui-se e constrói-se a partir deste condicionamento histórico determinante.

Esse trabalho tem como objeto de estudos as estruturas de poder e dominação na República Velha (1889-1930) pelas oligarquias nas disputas de projetos hegemônicos regionais, especificamente o contexto de formação político social do povoado de Camalaú e subsequente distrito de Alagoa do Monteiro, estado da Parahyba do Norte. Desde a formação do seu povoado, em 5 de junho de 1895, os conflitos intraoligárquicos despontaram formação política e cultural que refletem em sua história aspectos marcantes, os quais conduziram o futuro daquele grupo societário.

Me interessei pelo tema através do acervo cartorial de Camalaú. Quando adolescente costumava pesquisar por lá. Outra referência deu-se através das atividades de ensino e extensão do Programa de Educação Tutorial em História da Universidade Federal de Campina Grande (PET-História/UFCG). Entre os anos de 2021 e 2023 o programa sempre direcionou seu campo de debate para compreender as estruturas de dominação e exploração, assim como a problematização das forças estruturais condicionantes. Desta forma, leitura de autores como Eliete Gurjão (1994), dentre outros, estudados e interpretados como forma de alicerçar a realização das extensões nos Quilombos, assentamentos e comunidades periféricas, compreender suas estruturas de formação resistência, assim como as estruturas de opressão e dominação. O latifúndio e as estruturas por ele dominadas solidificam uma força superestrutural que conduz o processo histórico e condiciona os subalternos à margem da sociedade, e por consequência, à margem da própria história.

Tratar o conceito de coronelismo remonta ao passado da República Velha, conquanto, nos provoca a compreensão de como, os presentes nomes e sobrenomes se mantêm no patamar de exploradores e detentores do poder. Ao lidar com a história das Ligas Camponesas de Sapé,

em 1958, intriga-me o fato de propagar-se as mesmas estruturas de poder ligadas à terra, com grande capital político, apropriando-se de aparelhos coercitivos do Estado para reprimir os camponeses. Fazendo uso de milícias particulares e com impunidade legitimada pela própria estrutura estatal

Isso nos faz remontar ao período anterior a República Velha e, principalmente, a Primeira República, as reprimendas aos movimentos camponeses de 1958, pois são os filhos e netos das estruturas de poder de 1889-1930 que tomavam terras dos pequenos agricultores, que submetiam a condições de trabalho degradantes, a pagamento de quase nada, e que se constituíam forças políticas, jurídicas locais, a fim de impor e submeter os desprovidos de capital econômico hegemônico a suas condições. Estes mesmos grupos oligárquicos de poder, que disputavam entre si o controle do estado, seus mecanismos, assim como o domínio territorial de grupos locais e de pessoas, constroem um *status quo*, que padroniza a vida dos que compõem sua esfera social.

Para isso, as relações de submissão, domínio e hegemonia são explicadas através do materialismo histórico e conceitos de hegemonia de classe, capital simbólico e econômico e relação classista. Estes conceitos são pontos fulcrais para compreender tais relações históricas. Assim, partindo de uma leitura teórica prévia, formulei a hipótese de que na Primeira República as relações não eram estabelecidas unicamente por questões eleitorais, pois os conflitos intra-oligárquicos e suas minúcias correspondiam a uma lógica profunda de interpretação de classes e consenso. Importante é quebrar o paradigma da história local que traz um aspecto romancista e desenvolvimentista de harmonia conjuntural. Portanto, este trabalho tem como objetivo geral analisar as condições históricas que construíram o cenário político local, interferindo desde sua composição geográfica até a estrutura societária.

A escolha do recorte temporal é justificada pela própria fundação do Povoado e de todos os acontecimentos históricos subsequentes, desde a expulsão da família Cardoso-Alexandre, até os conflitos interclassistas de 1912, entre Augusto Santa Cruz e Coronel Pedro. A junção das oligarquias contrárias à dominação do Coronel Pedro Bezerra da Silveira, as incursões salvacionistas que enfrentaram seu poder local, as mesmas estruturas oligárquicas que, contra sua vontade, construíram a vila de Camalaú. Indo aos conflitos anteriores e pós revolução de 1930. O período foi marcado pelos embates entre projetos políticos e de poder antagônicos, registrados pela história local e constatados em documentos dos livros de tomo escritos por padres ao longo das três décadas. Neles, são encontradas anotações sobre os conflitos agrários e os conflitos armados envolvendo a esfera política. Já o início da década de 1930 contou com algumas mudanças – ainda que pequenas – da reorganização das estruturas de poder e

dominação política: a herança de capital político e simbólico, que levaram consigo as arestas destes conflitos do início do século XX.

O contexto político do recorte é específico, tendo uma análise dentro do período da República Velha, remontando às estruturas de formação social, econômica e política. As elites deste recorte histórico mantiveram seu poder através da manutenção das suas estruturas familiares, as quais favoreciam a manutenção dos latifúndios: o casamento entre parentes reforçavam e formavam alianças. Este período foi marcado pela disputa entre os interesses dos grupos dominantes, que dentro da “arena” política buscaram consolidar institucionalmente – através do aparelhamento do Estado – seus objetivos. Embora a política não possa ser rigidamente delimitada, nem vista simplesmente como uma manifestação direta do sistema econômico de uma época específica, é inegável que esses dois domínios se interpenetram, embora em graus variados. Assim, as dinâmicas políticas neste contexto e o estabelecimento do capitalismo no Brasil, seguindo uma trajetória periférica e dependente, foram caracterizados por uma interação mútua entre as relações sociais dos indivíduos na sociedade. Estes aspectos aqui levantados derrubam a tese de Victor Nunes Leal (1949), que remonta o período da Primeira República como semifeudal ou comparando as estruturas oligárquicas como clãs, típicos das estruturas feudais. O Brasil na Primeira República, vivia um capitalismo com moldes de produção agropastoril e exploração da classe trabalhadora, começando a serem inseridos nas indústrias e fábricas em razão da demanda pela importação do “ouro branco”, o algodão.

Portanto, este trabalho busca colaborar para compreensão da temática através da análise de hegemonia dominante com recorte de classe, dando ênfase no quanto o processo de formação política do século XX condiciona as estruturas políticas e momentos históricos como a revolução de 1930. Além disso, é importante desconstruir a ideia cristalizada pela história oficial e a criação dos mitos e heroização destes que compuseram estruturas de exploração e domínio. Aires (2013, p. 155) já denunciava em sua obra *“A construção do mito João Pessoa”*, evidenciando o processo de conflitos intraoligárquicos, e suas afirmações através do capital simbólico, como legitimador classista. A inserção destas tradições inventadas, se tornavam aspectos de uma apropriação que visava uma continuidade, o projeto de hegemonia se adequava de acordo as reestruturações da sociedade.

Os trabalhos acadêmicos encontrados sobre a temática abordam a História da Paraíba com especificidades tais como moldes produtivos ligados ao fator econômico, formação política de lugares específicos, ligados a uma História local. Os trabalhos em que nos embasamos para a realização desta pesquisa partiram, especialmente, das teses de Inês Caminha (1989) e Eliete Gurjão (1994). Porém, a maioria destes trabalhos aborda o percurso de construção destas classes

dominantes a nível estadual, suas disputas pela assembleia legislativa e acontecimentos pontuais. Ainda assim, abordam o cenário desta formação política paraibana, o alicerce destas estruturas de força e consenso que em três décadas fizeram eclodir no estado conflitos armados pelas disputas locais. Sendo o governo do estado autônomo para decisões e manipulações regionais, neste período a política dos governadores do Presidente da República Campos Sales (1898-1902) fez com que o abuso de poder e perseguições políticas transformassem os primeiros anos da República constantemente conflituosos.

Deste modo, ao passo em que os trabalhos selecionados versam com o tema, tanto ao analisar o papel das estruturas oligárquicas, quanto ao discutir fontes que serão utilizadas na pesquisa, como a formação destas parentelas e suas interferências nos diversos âmbitos político, religioso e de construção identitária local. Os trabalhos apresentados seguem a linha do materialismo histórico, os mesmos que criticam a história oficial e seus autores que relativizam ou propõem revisionismo historiográfico que segregam e mantêm ausência de análises críticas das estruturas políticas e intelectuais e suas linhagens de dominação, que é fruto das disputas de projetos políticos de hegemonia.

O presente trabalho se embasa teoricamente no materialismo histórico e dialético, adotando a noção de classe na sociedade capitalista e empregando a concepção de história de Marx e Gramsci como fonte de interpretação de estruturas. Esta concepção parte do pressuposto de que o ponto de partida da história é o mundo material e concreto, uma vez que são as condições materiais existentes em determinado modo de produção que moldam e determinam as relações sociais e impulsionam o curso da história. É importante refletir sobre os conceitos de base e superestrutura, fundamentais para o materialismo histórico, os quais foram utilizados na análise do tema. Raymond Aron (1991) e Adriano Codato (2008), trabalham os conceitos de classe dirigente, classe social e classe política e sua dominação acerca das instituições e sua monopolização através das elites. As elites estudadas caracterizariam a base e uma concepção que engloba as atividades dos indivíduos em suas relações econômicas e sociais permeadas por contradições que geram divergências, assim como consensos de classes estabelecidos por junções de forças que projetavam planos em comum.

Os textos basilares são “Caderno do Cárcere XIII”, de Antônio Gramsci, notas sobre Maquiavel (1932-1934) e “A ideologia Alemã” (1989), de Karl Marx e Friedrich Engels, “Morte e vida das Oligarquias”(1994) de Eliete Gurjão e “Gangorra do Poder”(1989), de Inês Caminha e, do Carlos Marés “A Função social da terra” (2003), de José Luciano de Queiroz: “A Construção do mito João Pessoa” (2013); Nelson Werneck Sodré (1943) “A formação Histórica do Brasil”, e Victor Nunes Leal (1975): “Coronelismo Enxada e Voto”. A partir da

discussão de Marcos Francisco Martins em “Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política” (2011), compreende-se que classe é uma categoria histórica que advém de processos históricos sociais ao longo do tempo. A classe se coloca de acordo com suas necessidades e ambições, no interior do “conjunto de suas relações sociais”. Neste sentido, a força dominante é coordenada com finalidades intencionadas. As relações de correlação ou consenso exprimem uma junção temporária no intuito de criar estabilidade, sendo que os interesses destes mais fortes prevalecem.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (Gramsci, 2000, p. 41-42)

O conceito de luta de classes de Marx e Engels, quando tratamos de dominação e conflitos intraclassistas que marcam os pontos fundantes das relações destas elites dominantes no período abordado. Do mesmo modo, este conceito remete a condição de que nada é estático e que as classes sociais, sejam elas dominantes ou subalternas, estão submetidas às relações sociais de produção, estabelecidas pelos fatores condicionais internalizados de seus modos. Os homens não controlam os fatores, pois são alheios a sua determinação.

No cenário político anterior ao movimento de 1930, José Pereira, Coronel de Princesa, havia recebido João Pessoa em clima festivo, e alguns dias após ordenou ataques às cidades e distritos em contraposição ao movimento de João Pessoa. A resposta das elites liberais foi a retaliação ao movimento dos perrepistas, enquanto João Pessoa não contava com a rebelião. A perspectiva teórica desta pesquisa corresponde à concepção de que a história é feita pelos homens, porém, sob circunstâncias que eles não controlam (MARX, 2011, p. 25). A construção histórica dar-se-á a partir da produção material e das relações formadas pelo modo de produção, buscando atingir os agentes que integram este processo. Quando falamos em teoria política, acordos consensuais estabelecem e constituem classes que, de fato, elegem sujeitos políticos relevantes.

O primeiro capítulo deste trabalho tem por objetivo investigar as estruturas de formação deste recorte temporal. Sintetizando o título subjetivo: “as Velhas Baraúnas”, tenta-se explicar

as relações intraclasses e inraelites, sendo compreendidas como estruturas históricas cuja representatividade perpassa gerações como forma de manutenção de fatores superestruturais políticos, econômicos e culturais. Ao abordar aspectos gerais da bibliografia, apresenta-se as conceituações empíricas e refutações a concepções que divergem de análises históricas postas, como as de Nunes (1949). Por conseguinte, parte-se para discussão do *Conceito de poder dos grupos dominantes e seus projetos de hegemonia em Gramsci*. Neste contexto, as minúcias discutidas revelam que desde os fatos até a organização destas elites se efetiva este projeto de hegemonia, o qual submete-se à forças de consenso. A dominação no Capitalismo se dará pela junção de força e consenso, não apenas pelo aparato repressivo de embates, mas por operações que se darão no campo da sociedade civil. Para Gramsci, o estado integral será formado pela sociedade política e civil. Essa perspectiva está profundamente ligada à ideia de totalidade, em que há uma interconexão entre o modo de produção e os elementos fundamentais da sociedade, como política, cultura, direito, entre outros. Desta forma, não se pode considerar a história de forma isolada para cada aspecto, pois todos estão entrelaçados por meio das relações econômicas estruturais do modo de produção na sociedade. A sociedade civil será a composição destas classes sociais, sendo elas dominantes ou subalternas. Já o consenso da sociedade civil será exercido pelos aparelhos privados de hegemonia, que produzem e reproduzem ideias de consenso. Os conflitos apresentados demonstram que não imperavam forças de situação ou oposição no sentido político, mas projetos de hegemonia que disputavam espaço. A formação e incorporação de títulos da guarda nacional, por exemplo, remontavam a este sentido consensual das elites através da patente e ocupavam um espaço de dominância e criavam estes aparatos de hegemonia privada.

Já o segundo capítulo, busca analisar o caráter consensual destas elites entre si, a relação político/intelectual das classes dominantes que buscavam se manter estáveis. Ainda assim, os subalternos não desempenhavam função meramente eleitoreira como posto. A composição destes aparelhos privados de hegemonia era fundado por uma rede de clientela, firmada por compadrios e casamentos, os quais refletiam na relação de troca. O mandonismo e protecionismo devem ser apresentados de forma distintas, pois os interesses de classe divergem. Os subalternos foram os que deram respaldo econômico, social e político ao coronelismo. A terminologia “gente do coronel” demonstra o quão as forças estruturais estavam ligadas, no sentido de que através das lutas de classe, no campo intraclasses dominantes, as forças repressivas eram compostas em suma por subalternos. A terminologia jagunço esboça o caráter violento e protecionista que frações destas classes de camponeses desempenhavam. No mínimo, seria preciso explicar de que maneira a “solidariedade” entre os membros da classe (uma forma

de sentir e pensar em comum) se transforma em “cooperação” (uma forma de agir em comum), como afirmam Kaplan e Lasswell (1998, p. 60-61). A relevância social destes grupos, não tornam suas forças de representação passivas e inertes no campo da história. Em outras palavras, uma compreensão apropriada desse conceito parece demandar que se enxergue a classe como uma coletividade “representada” no campo político, sustentada por uma “minoria ativa”, como sustentado por Therborn (2004, p. 437-438). O desafio, então, reside em determinar como exatamente identificar as relações de representação de classe no funcionamento da luta política cotidiana sem recorrer à noção das “funções objetivas” do Estado ou à “lógica” intrínseca do modo de produção. Neste sentido, a classe seria uma coletividade com representação no campo político ativo, por uma fração da mesma representada. Nenhuma força é estática, tanto que ao final de 1889, após a proclamação da República, a Igreja católica não comendo a estrutura do estado de forma regimental se reinventa e as estruturas de força política dominante a transforma em aparelho privado de hegemonia. Os meandros deste processo configura o quanto as práticas de consenso são também resistência às adversidades interpostas, cada classe projeta uma noção de poder que explicar-se-ia pela capacidade de produzir estes efeitos pretendidos e concretizar os resultados almejados, para que sejam logrados, ainda que contra a hegemonia de grupos antagônicos. As elites agrárias necessitavam da estrutura religiosa para operar como força intelectual orgânica, a qual legitimaria as ações de classe, e as pregações destes líderes religiosos possuíam grande influência. As capelas e igrejas passaram a representar uma estrutura política através de condecorações e irmandades, as quais reuniam estes membros da classe dominante que agiam como uma casta, cuja benção divina reafirmava sua existência paternalista e assistencialista. Além disso, os próprios casamentos como ligação de sustentação familiar recebiam a “bênção” sacerdotal cuja finalidade legitimava acordos políticos e econômicos através do matrimônio, sua representatividade como ideário de classe, explica-se pelas especificidades das suas formações em parenterales.

O terceiro capítulo visa aprofundar os debates sobre o tema, através de inventários do século XX e demonstra o quanto as elites estão interligadas ao latifúndio, como também demonstra de que forma o domínio de terras garantia posições sociais distintas. As práticas de perseguição e destruição de propriedades menores tinha como plano de fundo a busca por acumulação de capital econômico da classe dominante. Muitos senhores de terra varriam as pequenas propriedades do mapa, integrando-as ao seu patrimônio. Detendo as estruturas do Estado como cartórios, o próprio sistema jurídico a legitimação destes atos tornavam-se legais. A questão das terras regidas pela constituição de 1891 favorecia os setores dominantes que garantiam privilégios ao mesmo tempo pela própria superestrutura e estavam blindados. Os

pequenos proprietários, camponeses, se viram obrigados a abandonar seu modo de produção pela subsistência e passaram a ser explorados nos campos de algodão, cana-de-açúcar e no pastoreio de gado. A produção agropastoril foi o foco econômico das elites do início do referido século.

O capítulo quatro, para conclusão de todo o contexto, objetiva apresentar uma síntese geral das três décadas trabalhadas: seus contextos políticos, sociais e de dominação. Busca especificamente retratar que no contexto do vilarejo e, posteriormente, distrito de Camalaú, desde a fundação do povoado, os conflitos intraoligárquicos foram determinantes. Desde as junções das parentelas, as composições políticas de embates diretos, o histórico de luta de classes por disputa de hegemonia reproduzem não uma vitória de um grupo sobre outro, pois as oligarquias através dos seus pactos se organizam de acordo com a estrutura que estão inseridas. Coloca duas famílias em evidência: os Bezerra e os Chaves de Oliveira. E, nesta síntese, é evidenciado o quanto as fontes da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro e da freguesia de Alagoa do Monteiro trazem aspectos de narrativa temporal que desenham o contexto político social. Com base nos conceitos e no referencial teórico, se conduziu análises preliminares do conteúdo das fontes para verificar sua relevância para a temática em questão, aprofundando os aspectos centrais que explicam o alicerce destas estruturas políticas. Foi essencial combinar fontes complementares, como os documentos cartoriais, com as principais fontes primárias, como os relatos dos padres nos livros de tombo, a fim de compreender as contradições entre as diferentes forças sociais em disputa naquele contexto histórico.

Dessa forma, para compreensão das estruturas orgânicas hodiernamente, das rivalidades presentes nas disputas políticas passadas e presentes, este contexto histórico faz-se necessário, pois, como já colocado, nenhuma força é estática. O referido trabalho é uma contribuição para a comunidade de Camalaú-PB, o qual foi o berço deste autor. Advir das classes dominantes, ainda que em estruturas menores, comparadas às relações de força a nível estadual, percebo o quão de favorecimento por compor estas estruturas dominantes locais nos remete “facilidades”. No cartório de Camalaú, que por décadas esteve sob o domínio da Família Leite, a qual componho, não encontrei dificuldades para pesquisar e catalogar documentos. Minhas fontes foram documentais, sejam elas cartoriais, documentos privados da Igreja Católica ou diários particulares. Este trabalho conseguiu desenvolver-se graças ao acesso aos registros do *Livro de Tombo da Freguesia de São Sebastião do Umbuzeiro*, que por anos como pesquisador busquei acesso e me foi negado. Em maio de 2024, com a chegada de um padre jovem à paróquia, obtive acesso aos livros de batismo, casamentos e óbitos, assim como ao livro de tombo que é usado como um diário oficial de registros de tudo aquilo que acontece na paróquia e comunidades

pertencentes. O Padre João Jorge Rietveld e Silva (1895), citado nesta bibliografia trouxe em muitos de seus livros fragmentos do livro de Tombo da freguesia de nossa senhora das dores de Alagoa do Monteiro, os quais tive acesso para compreender o período de formação do povoado até 1912, quando passa a pertencer a São Sebastião do umbuzeiro.

O objetivo do trabalho não é esgotar os debates sobre o tema, pelo contrário, a pesquisa acredita que as formações sociais e políticas posteriores como a emancipação em 1964, podendo citar também a intervenção de 1964, os processos políticos posteriores correspondem às heranças desta elite que ao seu tempo emprega as relações de poder, luta de classes e estabelecimentos de consenso para domínio e alicerce hegemônico.

2.3 Alagoa do Monteiro e seus conflitos intraoligárquicos

Os conflitos intraoligárquicos¹ são complexos e possuem particularidades, no sentido de disputas dos capitais e hegemonia classistas que estariam em jogo, os quais em cada realidade apresentam-se de formas distintas. Já que, com a república a ideia de federação e autonomia destas oligarquias estaduais se estabeleciam por uma rede de poder que, uníssona, concentrava-se toda no âmbito dos políticos das esferas federal e estadual. Pois, da eleição até a diplomação dos candidatos e eleitos ficava sob júdice de um plano que estabelecia manipulações e fraudes de eleições e boicotes de candidatos eleitos. Fundando o modo de controle do “público superior ao plano privado”, já que toda estrutura burocrática deste Estado, estava aparelhada pelas classes dominantes, que representavam poder de hegemonia econômica privada. O mesmo que se punha de forma passiva e subserviente sob as mãos de quem a controlava. Na Paraíba, a partir de 1895, uma emenda à Constituição Estadual tornou a escolha dos cargos de prefeito e vice-prefeito de livre nomeação do Presidente do Estado. Sobre a escolha de coronéis como prefeitos:

Os prefeitos geralmente eram os coronéis “mais influentes no município, ou pessoas por eles indicadas que lhes obedeciam cegamente e permaneciam indefinidamente no cargo, mesmo sendo comprovadamente corruptos. Os maiores abusos de poder praticados pelos prefeitos ocorriam por ocasião das eleições que eram totalmente manipuladas.” (Gurjão, 1994, p. 57).

Tabela 1- Prefeitos de Alagoa do Monteiro

NOME	MANDATO
AUGUSTO SANTA CRUZ	1899
CEL. FRANCISCO JOSÉ DE TORRES	1907 até 1914
CEL. PEDRO BEZERRA DA SILVEIRA LEAL	1907-1914: ocupou o cargo de chefe político municipal por quase uma década. Ocupou em 1911 uma cadeira na Assembleia Legislativa, por quatro

¹ O conflito refletiria, assim, no enfrentamento de interesses opostos no terreno econômico, diretamente ligados à terceira política de valorização do café. Sobre isso, cf. o texto “A Crise dos Anos”. Disponível em: <[www.studocu.com > pt-br >](http://www.studocu.com/pt-br). Acesso em: 11 de janeiro de 2024. Ainda nos anos 1980, uma terceira proposta de interpretação foi apresentada pelo brasileiro Michael Conniff, que identificou a Reação republicana como o primeiro ensaio de populismo no país ao enfatizar o papel das camadas urbanas cariocas e suas articulações com Nilo Peçanha, visto como um precursor das lideranças populistas (CONNIFF, 1981)

	mandatos: 3° Legislatura 1896-1899, 6° Legislatura 1908-1911, 7° Legislatura 1912-1915, 8° Legislatura 1916-1919
CEL. FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO	1914-1917
MAJOR NILO FEITOSA VENTURA	1914-1917
AGGEU DE CASTRO	1928-1930
JACOB GUILHERE FRANTZ	1928 a 1932

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A cidade de Alagoa do Monteiro, emancipada em 1872 por meio da Lei nº457, constituiu classes de domínio que se dividiram por projetos de hegemonia distintos. Os fatores determinantes seriam estrutura burocrática e o elevado grau de influência de determinados grupos. O pacto de formação da cidade reuniu os mandatários locais, cujo aparato de legitimação de poder se auto afirmava através do latifúndio. As bibliografias estudadas revelam o caráter romancista envolto aos conflitos gerados no início do século XX.

O primeiro prefeito eleito, o Bacharel Augusto Santa Cruz, mantinha boas relações com as elites locais, pois, como membro da oligarquia Santa Cruz, usou do seu capital cultural, já que era recém-formado em Direito, no Recife, chegou a Monteiro com fins de estabelecer o domínio de sua família. Tendo aval de todas as estruturas de poder local, ficou apenas um ano à frente do poder administrativo. Em 1911, conflui a ruptura com o grupo dominante liderado por Cel. Pedro Bezerra da Silveira, o mesmo que possuindo rede familiar extensa de irmãos, compadres e correligionários influentes, dominava o aparato administrativo e jurídico do Estado naquela localidade. O poder de capital político e financeiro do Cel. Pedro Bezerra, reafirmava-se pela extensão de propriedades, fator que lhes garantiu mandatos de Deputado Estadual e Prefeito por décadas. O rompimento entre os Santa Cruz e os Bezerra da Silveira Leal se exemplifica pelo conflito oligárquico e disputa pela dominação política. Em carta ao Governador Augusto Santa Cruz, esboça seu despeito pelo Cel. Pedro Bezerra, e critica o Governador Machado por sua confluência, como podemos observar na Carta de Augusto ao Governador João Lopes Machado:

Ilmo. Exmo. Sr. Dr. João Lopes Machado mui digno Presidente da Paraíba do Norte Nós, monteirenses livres e independentes, não podendo suportar mais tempo o jugo tirano da politicagem estúpida e intolerável do atual prefeito e chefe, Pedro Bezerra, ante a qual não temos direito, nem vontade, nem ação e onde a vida, a propriedade e a liberdade dos adversários são sacrificadas ao menor de seus caprichos brutais,

resolvemos quebrar o duro grilhão que nos prende ao duro poste da maldita escravidão, a que estamos jungidos, levantando o grito de liberdade ou morte.

A falta de garantias em que permanecemos, o terror que nos domina, pelo assassinato, O espancamento, O mau trato e o castigo infligidos ao povo, pela espingarda, o sabre e o cipó-de-boi deram causa ao grande clamor que nos chamou às armas para defendermos nossos direitos, vidas, propriedades e liberdades assaltados pela prepotência e pelo crime.

Exmo. Sr., a nossa liberdade vale a nossa vida, e é na qualidade de homens livres que não podemos calar o grito de indignação e revolta contra a vil escravidão a que nos quer reduzir o verdugo prefeito e chefe que, impondo-se pelo terror, julga-se um soberano, sem deveres a cumprir para com o Povo, ao qual afigura-se e trata, como um carrasco senhor ao sabor de sua supina ignorância e fria perversidade!!!

A nossa única aspiração é sermos livres e firmamos o grande princípio da soberania popular, pelo exercício do direito de livremente elegermos o nosso chefe, conservá-lo enquanto bem servir, repudiar e apeá-lo do poder, quando não mais corresponder à confiança pública, à estima e à vontade geral de seus administrados.

Desenganados porém, dos meios legais debalde tantas vezes reclamados ao governo porque a política mal entendida tudo avassala: o direito, a lei, a justiça, a consciência, a moral e a, religião, lançamos mão do recurso extremo – a reação armada – último direito dos oprimidos.

Exigimos a restauração dos nossos direitos políticos e cidadãos brasileiros e paraibanos, que nos asseguram e garantem as constituições federais e do estado nos termos dos arts 51, parágrafo terceiro, 4º, 69 e 72, 39, parágrafo 2º e 3º, 60 e 61 e de cujo exercício estamos criminosamente privados pela tirania do poder e, se for satisfeita a nossa proteção legal e [...] (Nunes Filho, 1997, p. 208)

Fica evidente essa busca pelo plano de hegemonia macro. O intuito de Santa Cruz não era propor uma remodelação das estruturas políticas de poder. Ele buscava um espaço de legitimação para angariar apoio para se auto afirmar chefe político local. O terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. (Gramsci, 2000, p. 41).

O apoio se daria por um levante das estruturas econômicas dominantes locais. O bloco projetava-se no cenário político dominante, por meio de alianças partidárias ou pelo que, de fato, ocorreu em 1912: uma luta aberta, com a fundação de uma oposição de grupos menores. Conquanto, Santa Cruz não conseguiu apoio local, nem estadual, não conseguiu apoio partidário. Partindo para um conflito armado, fracassado, esmagado pela superestrutura de poder do Cel. Pedro Bezerra, sustentado pelo Governador João Lopes Machado, as redes clientelares coronelistas de sustentação, como o Cel. José Pereira conhecido como o principal líder político do Sertão paraibano na época, líder político com grande capital político e financeiro, liderava um dos blocos que através da política representava a manutenção das velhas estruturas políticas de dominação. Ao desafiar as estruturas que sobrepunham seu projeto de hegemonia, Santa Cruz desafiou as oligarquias de sua base local e toda estrutura jurídica e o

aparelho repressivo do Estado que culminou na derrocada do movimento de rebelião promovido pelo bacharel Santa Cruz.

É importante observar que os grupos sociais que estão nessa fase não têm por objetivo apenas reconhecimento, eles buscam amplificar seu campo de poder e luta pela estabilidade. Tanto que sua relação não se estabelece apenas como uma forma para se conseguir recursos, mas como uma rede de protecionismo. A dimensão ético-política, um projeto político específico, se faz o sinalizador primordial que permite o encaixe deste grupo em fase unicamente dada no campo da política. Em torno destas dimensões que se constituem as superestruturas mais complexas, como é o terreno da política, do Estado e das organizações da sociedade. Qualquer ação destes que compõem a estrutura da classe dominante, através de suas ações implicam na defesa dos interesses de classe, partindo de uma análise marxista, nenhum agente político social ou partido político sobrepõe-se à estrutura social, como meramente um agente inerte ou com ações abstratas, ao contrário disso, materializa em suas respectivas ações pretensões de interesses inseparáveis ao aspecto material interligado ao reflexo produtivo social da existência.

O vilarejo de Camalaú nasceu em meio a latifúndios rurais, e foi criado anteriormente ao conflito armado de 1912, o qual elites a nível municipal disputaram em campo de conflitos direto, o poder pela dominação local, entre os quais estavam a frente os Bezerra da Silveira contra os Santa Cruz. As elites locais se colocam entre um poder hegemônico expressivo, simbolizado na predominância política do Coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal. Contudo, os antagonismos entre as elites minoritárias representam menores expressões de capital político e econômico. Todavia, os Cardoso Alexandre, desafiaram o poder hegemônico ao iniciar um projeto de “vilarejo”. Este primeiro conflito intraoligarquico, eclode em torno do dilema da fundação do Vilarejo, os grandes, médios e pequenos proprietários de terra, firmaram nas minúcias do conflito armado de 1912, suas posições de composição dos grupos dominantes acima mencionados, em apoio ao líder local Pedro Bezerra ou alinhados ao grupo de Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz. O seguinte quadro apresenta os patriarcas das oligarquias que influenciaram em maior ou menor grau a cultura política e formação social do Vilarejo e seu conjunto, dando ênfase as seguintes figuras oligárquicas:

Tabela 2: Os Homens detentores do capital Político-Financeiro-Cultural do Distrito Camalaú Anos (1900-1930)

NOMES	ANOS DE NASCIMENTO E MORTE
PEDRO BEZERRA DA SILVEIRA LEAL	1856-1927
JOSÉ CARDOSO DA SILVA	1862-1912
IZAÍAS JOSÉ DE OLIVEIRA	1870-1942
FRANCISCO CHAVES VENTURA	1884-1959
IVO DE LUNA CHAVES	1885-1954
NOMINANDO MIGUEL FERREIRA FIRMO	1876-1945
DELFINO MENDES DE ANDRADE	1885-1967

Fonte: Cartório de Registros Civil de Camalaú – PB, 2024.

O cenário político do pequeno vilarejo, de acordo com Reitveld e Silva (1995), se desenhou quando, em 1895, no dia 21 de Junho, os Alexandre Cardoso doaram um patrimônio à Igreja católica. O Patrimônio doado², em nome do santo que viria a ser o padroeiro do vilarejo, São José. O qual era o “santo de devoção” da família Alexandre Cardoso. Nas figuras do Capitão José Cardoso, Domingos Ferreira de Brito e sua esposa Rosa Maria da Conceição, concretizaram o desejo de fundar um vilarejo, o qual concretizou-se com a formação da vila. Até o ano de 1895, não constam registros de casas no território, pois, de acordo com o documento de doação, todo perímetro doado e registrado em cartório pertencia a família Alexandre-Cardoso de Camalaú Velho, onde situava-se a Fazenda do pai de José Cardoso, o senhor João Cardoso e sua esposa Maria Joaquina do Espírito Santo. O patrimônio após doação, a vila de Camalaú. Os anseios dos Alexandre Cardoso não seriam compartilhados com o chefe político local, que de acordo com Reitveld e Silva (1995, p.36), não pretendia criar uma vila naquela região, já que anteriormente à doação do patrimônio, sua formação era composta por conjuntos de fazendas, as quais estavam sob influência do Coronel Pedro Bezerra. A representação do poder local, Cel. Pedro, se indispsôs e colocou-se em conflito com o Capitão José Cardoso e sua família, ambos chegaram a disputar influência local. Iniciado os conflitos e embates políticos na cidade de Alagoa do Monteiro, José Cardoso era um dos pequenos proprietários de terra, e sua família uniu-se aos Santa Cruz. Vale salientar que as alianças de composição familiar oligárquicas, redesenharam o cenário político, e através de casamentos os Alexandre-Cardoso juntaram-se em parentelas com os Galdino-Chaves-Ventura. Consagrado como fundador de Camalaú pela história local, a mesma narra que, José Cardoso, após ameaças de morte, partiu para Caruaru-Pernambuco, onde faleceu em 1912. A hipótese de que foi em

² Ver documento de doação do Patrimônio transcrito no anexo I deste trabalho.

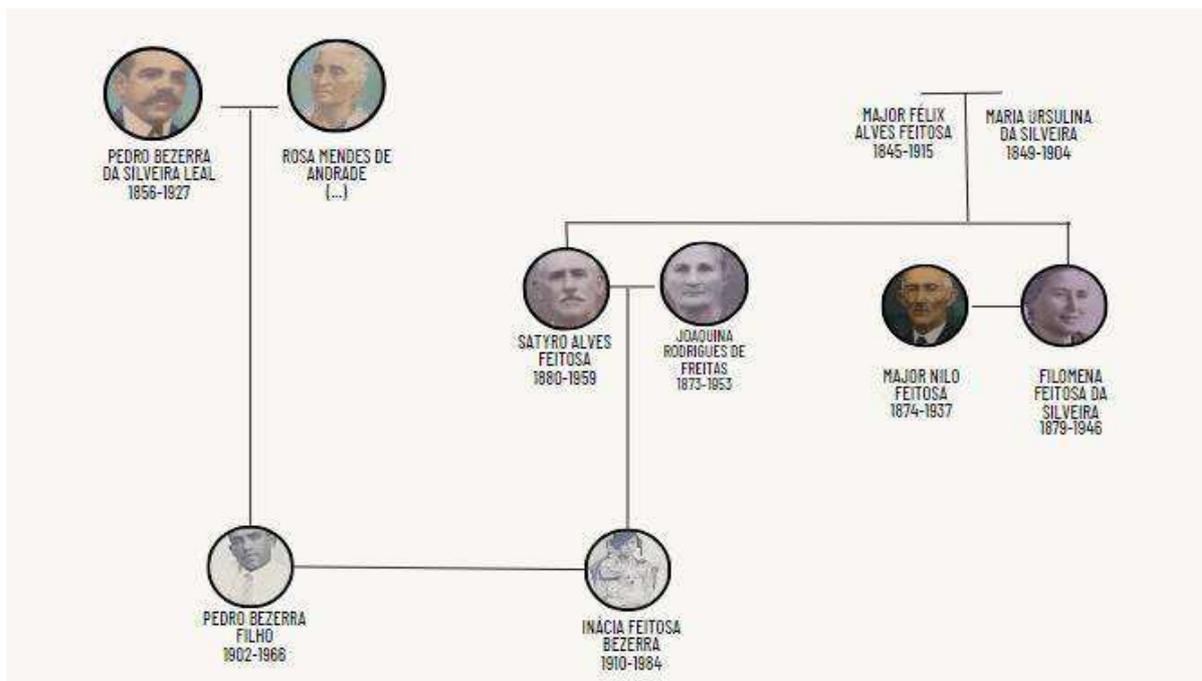
razão dos conflitos e da não aprovação da estrutura política que o impôs isolamento, refletiu na sua retirada do cenário local.

2.4 Senex et Potestate: O coronelismo e seu poder hegemônico

O coronel Pedro Bezerra contava com o apoio político, sendo composto principalmente e quase majoritariamente, por grupos de pequenos e médios proprietários de terra (Tenente Isaías, Cel. Francisco Chaves, Major Ivo de Luna Chaves, Coronel Nominando), o qual sustentou até meados dos anos 1910. Por décadas, se firmou no cenário político como deputado estadual e líder local. Possuindo muitas fazendas, o Coronel dispunha de sua estrutura de milícias armadas nas principais e maiores propriedades de seu domínio (Carrapateira, Floresta e Amaro). Sua base de poder coercitivo estava nestes principais latifúndios, que lhes favorecia a dominância envolta. Após seu falecimento, em 1927, e em razão da sua morte, sua família muda-se definitivamente para a cidade de Alagoa do Monteiro, sendo suas terras partilhadas em um inventário. Após este período, o capital político do Cel. Pedro Bezerra havia sido repassado para o Major Nilo Feitosa³, Prefeito no ano de 1917. Nilo Feitosa, chega ao poder de mandatário local, através de aliança firmada entre as famílias Feitosa-Bezerra, Nilo Feitosa, casado com Filomena Feitosa da Silveira, irmã de Satyro Alves Feitosa, pai de Inácia Feitosa Bezerra (Inacinha), casada com Pedro Bezerra da Silveira Leal Filho, herdeiro do Capital político do Coronel e componente parenteral do Major Nilo Feitosa, nos anos 1920. Através deste conchavo parenteral, o Coronel firma descendência e firma sua herança política.

Quadro 1: Herança do Capital político (Quadro Parentelar da Família Bezerra - Feitosa)

³ O Major Nilo Feitosa exerceu múltiplas funções em Monteiro ao longo de sua vida. Ele foi prefeito por diversos mandatos, suplente de juiz de direito, delegado de polícia e adjunto de promotor público. Além disso, seu filho ocupou o cargo de deputado estadual por cinco legislaturas consecutivas, e um de seus netos também foi deputado por quatro mandatos consecutivos.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Os conchaves através dos matrimônios e toda rede clientelar exprime este sentido de dominação e projeto de hegemonia. Pois, através dos matrimônios e dos apadrinhamentos estabelecia uma rede de “servidão” por compadrio, que exemplificado por Gramsci (1978b, p. 22) traduz a ideia de que nenhum poder se mantém apenas pela força.

O movimento de 1930, abalou a estrutura das oligarquias, pois como postula a pesquisadora Eliete Gurjão, em sua tese “Morte e vida das oligarquias”, as relações humanas e políticas não são estáticas. Ela tem como base que o projeto de hegemonia se configura por conflito de frações que tentam estabelecer efeitos políticos importantes. Cada grupo disputa as estruturas de poder e, neste aspecto, em posições antagônicas ou aliadas, procura-se uma autoafirmação de predominância de poder. Por conseguinte, os ricochetes da crise, representada pela revolução de 1930, retiram a centralização do poder dos coronéis e suas estruturas de poder. Isso instaura um período de crises, retirando o poder das oligarquias e excluindo parcela do domínio da estrutura estatal. Modificaram-se, assim, as formas de comunicação, pois agora o órgão público administrativo se interpõe como interlocutor que remete ao poder central.

Assim, ao terminar a década de 1920, a política das Oligarquias estava irremediavelmente comprometida evidenciando a inutilidade do sistema partidário que por mais de trinta serviria para dar sustentação à velha república. Deste ponto de vista, a Revolução de 1930 viria E significar, Deste ponto de Para o Nordeste em especial, a consolidação de uma nova ordem, em que não seria tão necessário golpear se bases coronelísticas do velho sistema, mas, sim, recobri-lo de uma nova legitimidade. Consagravam-se, assim, se novas forças que através da competição no

próprio seio das classes dominantes, haviam atrelado seu destino a nova fase de expansão do capitalismo em nosso país. (Doria, 1981, p.35).

Centralizado foi o poder nas mãos dos “coronéis”, tal como foi o caso de Alagoa do Monteiro, no qual o Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal dispôs de décadas de poderio e articulação da política em âmbito regional. Vemos então que o quadro a seguir trabalhará elementos numéricos em votos como forma expressiva da influência e domínio deste político que do final do século XIX e duas primeiras décadas do século XX. Aliado do presidente da província, João Lopes Machado, gozava de prestígio. O marco conflituoso de 1912, tratado pela historiografia local como “A guerra de 1912” (Nunes, 1997), disputa intraoligárquica entre Pedro Bezerra da Silveira Leal e Augusto Santa Cruz, abalaram as estruturas das oligarquias dos Cariris Velhos. Ao passo que este acontecimento mobilizou as redes clientelares formada por classe dominante ligada ao latifúndio agropastoril, representado pelos coronéis, os membros das redes clientelares que compunham as parentelas, assim como outros proprietários de terras e coronéis. Os subalternos neste período eram os camponeses (meeiros, foreiros, barracão), submetidos ao processo de dominação classista. As oligarquias familiares foram formadas por um conjunto de parentes (primos, irmãos, tios, cunhados), os quais se engajaram numa perspectiva de apoio à figura patriarcal central, fortalecendo seu aparelho de hegemonia. Neste sentido, traduz-se como uma sociedade particular, privada no sentido formal, a qual torna-se solidariamente correspondente ao mecanismo governativo-coercitivo. A proporção que a união reflete em força e consenso são duas partes inseparáveis que definem dominação.

Após ser solto por Augusto Santa Cruz, o genro do Coronel Pedro Bezerra, Major Delfino Mendes de Andrade, vai ao seu encontro para a marcha até Princesa, fato que é citado por Nunes Monteiro (1997):

Como poderia o prefeito interceder por seu algoz? Só há uma explicação: o coronel, antes de ganhar a liberdade, foi coagido a passar tal telegrama, caso contrário, permaneceria preso. Para retornar, o Coronel Pedro Bezerra comprou um cavalo russo chamado rabo torto. Em sua volta, no dia 11 de junho de 1911 passou por Princesa, onde parou para agradecer a interferência do Coronel Zé Pereira em seu favor. Lá, à sua espera, encontrou uma comitiva chefiada pelo Coronel Delfino Mendes, seu genro, à frente de vinte cavaleiros, que escoltaram O prefeito até Alagoa do Monteiro, onde mereceu entrada triunfal e recebeu uma das maiores homenagens que já se prestou a um político naquela municipalidade. Ao invés de ter seu prestígio em declínio, Pedro Bezerra, visto como herói, consolidou ainda mais sua liderança no município, tanto assim que, na legislatura seguinte, 1916, figurou entre os deputados mais votados do Partido Conservador, chefiado por Eptácio Pessoa. (Nunes, 1997, p. 289).

Vale ressaltar que apesar de integrar o mesmo aparelho de hegemonia, cada grupo possui o seu em particular. Assim sendo, o conflito de 1912 demonstrou o quão resiliente são

as estruturas hegemônicas de dominação: em pleno conflito, o Presidente da Província corresponde-se com o Cel. Pedro Bezerra, que estava preso sob poder de Augusto Santa Cruz⁴ e sua milícia armada. Neste cenário, o Presidente de Província envia um telegrama em resposta ao Presidente da República:

[...] Feito isso, declarou, em um atrevido bacharel a título de manifesto que me dirigiu, dizendo que conservaria como reféns os prisioneiros, assassinando-os todos, se, porventura, não fosse anistiado todos os crimes praticados até aquela data, conjuntamente com todos os seus bandidos e deposto Coronel Pedro Bezerra de chefe político.

Havendo impossibilidade de submeter-me a tão ousada e criminosa intimação, expedi um contingente da força policial, a fim de prender os criminosos e restabelecer a ordem naquele termo, o que ainda não se realizou devido à distância e à dificuldade de transporte. Entretanto o referido Bacharel Santa Cruz, com a aproximação das forças, recolheu-se à sua fazenda conduzindo os prisioneiros, forçando-os a telegrafarem ao governo e a pessoas amigas que sejam satisfeitas as pretensões de seus algozes, evitando assim serem assassinados. A vila de Monteiro, já ocupada pelas forças legais, começam a voltar as famílias dali foragidas, confiantes na ação enérgica do governo.

Quero crer que nesses momentos outros bandidos estejam sitiados pelas forças sendo possível, entretanto, que, em consequência, da demora na chegada das mesmas e da extensão territorial, tenha fugido o criminoso bacharel.

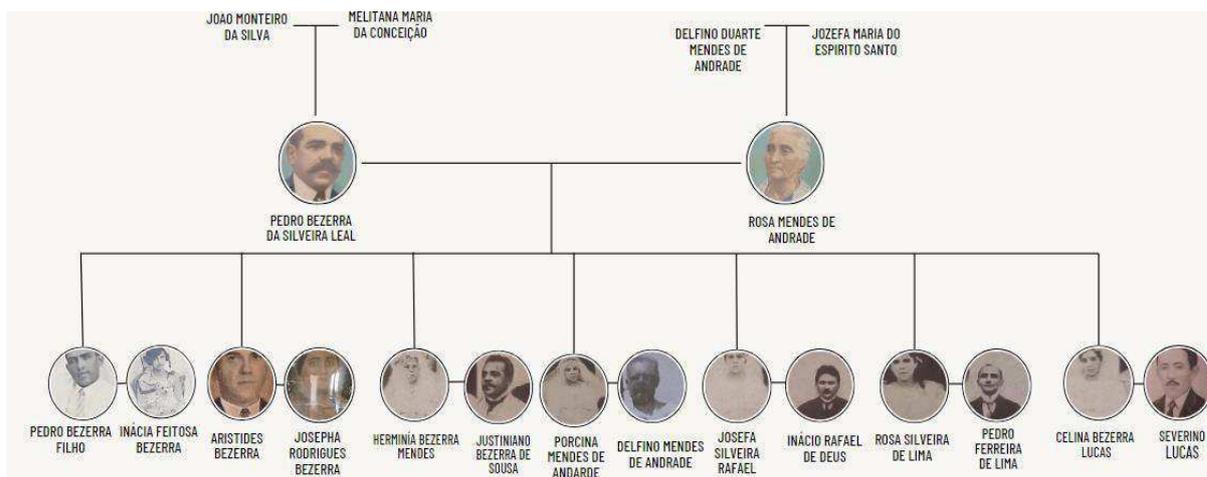
(Nunes Filho, 1997, p. 451).

Seu irrestrito apoio conduziu o Cel. Pedro ao poder, proporcionando-lhe aquilo que Gramsci classificaria como “sem crise de hegemonia, também não existe hegemonia sem aparelho de hegemonia” (Francion, 1984, p. 176). Por conseguinte, Augusto Santa Cruz foi perseguido, sofreu condenação (Nunes, 1997). Uma vez que em seu projeto de hegemonia Pedro Bezerra da Silveira Leal apoiou seu Compadre e Major Nilo Feitosa para ocupar seu lugar no âmbito da política, primeiro se projetando para deputado estadual, o mesmo passaria a conduzir o grupo do Cel. Pedro (Menezes, 1993). Evidentemente, um compadrio, Pedro Bezerra da Silveira Leal compartilhou seu Capital Político na condição de permanecer na rede clientelar para que tivesse o aparato do estado para blindar sua rede.

⁴ O bacharel dispunha de duzentos homens bem municiados e experientes no gatilho. Gente que não tinha medo de morrer, menos ainda, de matar. (NUNES, 1997).

Nunes Filho (1997) traz em seu livro “Guerreiro Togado”, o retrato do mandonismo⁵, do apadrinhamento⁶ e do protecionismo⁷. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), o mandonismo seria um modelo de poder presente de forma recorrente em diversos períodos da história brasileira, desde a Colônia à República. Por isso, sua herança em épocas sucessivas “provinha da permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de família grande” (Queiroz, 1976, p.33). Ilustrando este aspecto de rede familiar, que estrutura todo o aparato das oligarquias do século XX, a genealogia do Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal se faz demonstrativo do quão o compromisso do chefe da oligarquia transpunha o caráter de autoridade política, estabelecido o caráter patriarcal e de mandonismo que culturalmente arraigado.

Quadro 2: Apresentação da árvore Genealógica do Cel. Pedro



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

⁵ Para José Murilo de Carvalho, o mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania. (Carvalho, 1997).

⁶ Em suma, o compromisso "coronelista" se resume a isto: os líderes locais fornecem apoio incondicional aos candidatos do governo nas eleições estaduais e federais, enquanto o governo estadual concede total autonomia ao líder local governista (preferencialmente o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relacionados ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais locais. (Leal, 1997).

⁷ O "protecionismo do coronelismo" é uma prática política associada ao sistema de poder exercido por líderes locais chamados "coronéis" no Brasil durante os séculos XIX e XX, especialmente no Nordeste. Refere-se à oferta de proteção política e social pelos coronéis em troca de apoio político e lealdade da população local, perpetuando um sistema marcado pela clientelagem e pelo patrimonialismo. (Cunha, 2006).

Nesta estrutura analisada, demonstra-se que não há apenas um poder instituído, mas várias classes que ocupam espaços de interesses diversos e que constituem seu campo de ação e manutenção de lugares de poder. Dos sete filhos registrados no casamento com Rosa Mendes de Andrade, todos se casaram com filhos de oligarquias representadas por diversas estruturas oligárquicas do Cariri paraibano, especificamente das variadas regiões de Alagoa do Monteiro, reforçando o domínio e influência do Cel. Pedro Bezerra.

O poder estrutural e estratégico, que através do processo histórico, demonstra que na República Velha tais elites agiam correspondendo a lógica estrutural. Desde suas ações efetivas práticas, suas escolhas, reelaboram, projetam respectivamente, possibilidades de poder e, como consequência, afetam o dinamismo real desde o aspecto político ao social. O poder privado, reafirmado através do latifúndio, foi legitimado pelo domínio da terra. Logo que isso teria contribuído para o exercício por parte dos chefes locais de um grande número de funções que seriam atribuições do Estado, seja oficialmente ou extra oficialmente, e colaborado por boa parte da população rural em situação de dependência frente a eles.

3.1 A composição dos subalternos e suas relações com as oligarquias agrárias

O sistema coronelista é caracterizado pela figura do subordinado, não sendo possível classificar coronelismo sem grupos de jagunços, empregados, agregados, parceiros e familiares que sigam o mandatário politicamente. Conquanto, Nunes Leal (1997) cria aspecto que condiciona os sujeitos trabalhadores e subordinados: meeiros, posseiros, como agentes políticos do coronel, esquecendo de fazer uma análise da condição privada desses mandatários enquanto produtores para o mercado, remeter estes aspectos por mera condição eleitoreira é excluir os interesses de classe contritos no próprio sistema que atrelava-se a produção agropastoril. As redes clientelares eram também artifício de proteção e segurança da propriedade privada e da representação política do seu poder político, é uma análise conjunta que não suplanta o contexto histórico das relações políticas e de trabalho na Primeira República.

Aqui, podemos adentrar no conceito de redes clientelares, frequentemente utilizado para descrever estes que dependiam do coronel, que o consideram como o chefe e o patrão. Sendo caracterizado por estes agrupamentos que ultrapassam o caráter nuclear de família, englobando os meeiros, foreiros, jagunços, afilhados, levando em consideração suas utilidades econômicas. Assim como as redes parenterales, tios, tias, sobrinhos, sobrinhos-netos, primos, entre outros, descendentes de um parente em comum ou, até mesmo, de um ascendente mítico, que se reúnem

em uma mesma localidade. A destinação se dará por suas posições e privilégios perante a estrutura social na qual estão inseridos.

Os agentes históricos apresentados na obra de Nunes Monteiro (1997), compunham as estruturas de compadrio que integravam as redes clientelares do Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal. Como os fatos evidenciaram, agiam a disposição e serviço para manutenção da estrutura de poder e compunham a rede de protecionismo do Coronel, muitos com atuação direta desde o Município de Alagoa do Monteiro até o distrito de Camalaú, no qual o Coronel possuía maior concentração de terras e vínculos clientelares, poder estrutural e dominação política. Pois, como afirma Leal (1948, p.43): “O prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o Poder Público lhes outorga - são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados”.

O clientelismo se configura como um tipo de relação entre pessoas que representam hegemonia econômica e política que envolve concessão de benefícios públicos ou privados na forma de empregos e concessões de terra, benefícios fiscais, isenções. Em troca de apoio, seja para desenvolver papéis essenciais na economia das estruturas privadas de dominação que eram as fazendas ou sobretudo na forma de garantia da estrutura política do coronel, seja na manutenção do mandonismo local ou através do voto.

Manoel de Joana Lúcido, andar firme, conversador, com as mãos trêmulas seus olhos marejando de saudade, aos 90 anos de idade, terminou seu depoimento dizendo: velho e cansado de tantas lutas e preocupações durante a mocidade compadre Pedro adoeceu do coração. Tratava-se no Recife com seu conterrâneo, o Dr. Djair Brindeiro os governadores tinham confiança no Coronel e não no Dr. Augusto que se fez na espingarda. Meu patrão morreu na Fazenda Floresta e está enterrado no cemitério de Camalaú. Comadre Rosa, também. (Nunes Filho, 1997, p.188).

O saudosismo presente neste trecho, explorado por Nunes (1997), retrata a memória saudosista e a idolatria irrestrita de Manoel Cordeiro Caetano, morador do Coronel em sua propriedade localizada em Cachoeira do Cunha no município de Alagoa do Monteiro. O termo “Gente do Coronel”, assim como os laços de compadrio consagram o protecionismo mútuo, as relações de trabalho se auto afirmam como fator principal, pois seus trabalhadores acabavam por gozar dos excedentes econômicos comerciais do fazendeiro-coronel. O Coronel Pedro Bezerra, dispunha de grande patrimônio econômico, em suas produções despontam pecuária e agricultura, seus muitos trabalhadores compunham esta vasta rede clientelar que mantinha toda estrutura de capital afetivo e simbólico, o apadrinhamento no presente trecho reflete o caráter de como a instituição oligárquica e a auto composição das redes clientelares trazia ao indivíduo

o sentimento de sentir-se parte da família do coronel – “ser gente do coronel”, uma identificação que simbolizava diferença irrestrita e alienação pelo capital cultural. Ainda assim, o aparelho privado de coerção e truculência composta por facções armadas de jagunços, se apresentava como alternativa de manutenção da “ordem” do coronel que representava o Estado. Desta forma, seu poder não poderia ser afrontado nem confrontado. Os jagunços eram grupos de homens armados, em suma, agricultores com experiência de atirar, possuidores de ídoles malevolentes e devotos do seu senhor. O mesmo mandatário que detendo as estruturas do Estado, não permitia que os feitos “criminosos” realizados sob seu mando, acabassem por ser punidos, pois passavam despercebidos, já que a lei era o Coronel, que lhes garantia proteção. Como podemos observar no fragmento a seguir:

Cazuza Ferreira, natural de Camalaú, fez uns malfeitos e foi esconder-se na Carrapateira, onde ninguém o perseguia. Nada temia. Na hora do perigo, era o primeiro que partia puxando os camaradas pra cima do perigo. Joaquim e Antônio Peba eram irmãos. (Nunes, 1997, p. 321).

Este valor de memória descrito por Nunes (1997), relata sobre os capangas e pistoleiros a serviço do latifúndio que representava também a política e domínio local, os mesmos representavam segmentos das classes subalternas que em relações consensuais se colocavam como parcela de apoio destas estruturas de poder. Acima está o depoimento do caso Cazuza Ferreira que, após cometer infrações, foi levado pelo Cel. Pedro para uma das suas propriedades em Camalaú, no conluio do protecionismo que não era violado por nenhum poder ou força, ao menos que fosse para causar conflito armado. Eles desempenhavam um papel crucial na manutenção do controle sobre as áreas rurais e na defesa dos interesses dos seus patronos. Esses jagunços eram frequentemente recrutados entre os segmentos mais marginalizados da sociedade, muitas vezes recorrendo aos extratos dos subalternos, os mesmos indivíduos sem perspectivas econômicas ou sociais estáveis. O aparato de hegemonia privada do latifúndio lhes armará e incumbia-lhes da função de impor a vontade dos seus empregadores, muitas vezes através de violência e intimidação, especialmente contra camponeses, trabalhadores rurais e grupos políticos adversários. A presença dos jagunços na política e na sociedade da Primeira República contribuiu para a perpetuação de um sistema de poder oligárquico e clientelista, no qual o controle dos votos e das terras era crucial para manter o *status quo* e preservar os interesses das elites dominantes, mesmo que para isso tivessem que dispor da sua própria vida.

Antônio Zumba, sujeito baixo, pele escura, descendente de escravos, identificava-se tanto com o coronel, que era capaz de pisar em brasa, morrer por ele. Sujeito perigoso por sua extrema ousadia nas horas de perigo. Quando lhes faltaram comida e água na

Fazenda Amaro durante a luta, ele queria furar o cerco para ir buscar provisão. O coronel não permitiu. Sabia muito bem que se o protegido fosse, seria furado por bala quando passasse do terreiro. (Nunes, 1997, p.321).

O fato histórico relatado por Nunes (1997) trata-se do conflito político-agrário de 1912, que despontou conflitos intraoligárquicos no município de Alagoa do Monteiro. Outrossim, as facções do Coronel Pedro, neste evento especificamente, concentraram-se na fazenda Amaro, foco principal do conflito. Outras facções, mantiveram-se alguns postos nas demais propriedades, com o intuito de garantir a segurança da estrutura de poder privado e político do Coronel. Em razão disto, fica evidente que o jagunço Antônio Zumba, arriscava a sua vida pelo bem-estar do seu senhor. Contudo, a obediência era fator primordial, o comando primeiro e último para qualquer circunstância partia do Coronel.

Santo Barbosa, pai de Barbosa Filho, ambos viviam na cozinha do coronel. Por isso, gente de muita confiança do patrão, que faziam qualquer serviço, doméstico e do gatilho, também. Assim, onde coronel entrasse, aqueles dois cabras entravam, nem que morressem. Cazuza Ferreira. (Nunes, 1997, p. 201)

É evidente que este compromisso coronelista por parte dos membros da rede clientelar seja familiar ou de compadrio, não importando o quão economicamente fossem inferiores ou quão precária fosse sua posição social, os mesmos não se viam presos a um único senhor de terras, pois eles se consideravam livres, ao menos para aderir ou dirigir sua lealdade e devoção a outro oligarca, caso isso fosse da sua vontade. Ainda assim, as relações de protecionismo viriam corresponder a lógica de “juramento” feitos de chefes patriarcais, os quais penhoravam sua palavra àquilo que seria de mais precioso.

O livro de Nunes Filho (1997, p.201) traz a figura de Santo Barbosa, casado com Maria Rodrigues Silva, a qual era irmã de Joshepa Rodrigues Bezerra, ambas filhas de Joana Maria da Conceição e Manoel Alexandre. Desse modo, após casar-se com Joaquim Barbosa Ferreira Santos, foi morar na propriedade do Cel. Pedro. Joshepa Rodrigues Bezerra casou-se com Aristides Bezerra, filho do Cel. Pedro Bezerra. Esse é um exemplo claro de uma rede familiar de compadrio: a primeira filha do casal nasceu para consagrar o compadrio Nair Barbosa de Sena, nascida em dezembro de 1924, passou a ser afilhada do Coronel, como consta na certidão do batistério⁸ na Paróquia de Nossa Senhora das Dores, em Alagoa do Monteiro. É certo que a devoção de Barbosa ao clã Bezerra exprime não apenas uma junção de relação de troca

⁸ Não foi permitida autorização para identificar a localização do documento pesquisado.

envolvendo favores e votos. Em suma, a questão das relações clientelares vai além, transcende o caráter meramente econômico.

Além dessa função política, o coronel apresentava uma paternalista e clientelista atuação social: ele era o padrinho, o compadre, a pessoa que mandava soltar e prender, arrumava casamentos, promovia festas, acomodando criminosos, dando terras aos agregados que viviam em suas fazendas, protegendo-os da polícia e auxiliando-os em qualquer necessidade, da cura de doenças à redação de uma simples carta. Arrogante, exigia dos submissos a obediência absoluta, prestação de serviços, participação nos grupos de jagunços para disputar a liderança de uma localidade com outros coronéis. (Farias, 1997, p. 123).

Nos primeiros anos da República, as relações entre casa grande e pequenas propriedades pertenciam aos posseiros, meeiros ou até mesmo dos pequenos proprietários. Os mesmos, sendo pobres, mestiços e ocupando posições de retaguarda nas relações diretas de hegemonia de poder, exerciam e buscavam aspectos de autoridade, tal poder era concedido pelo Coronel. O qual lhes devotava “apreço”, em troca, estes grupos de apoio ofereciam sua mão de obra para lavouras, o gado e a própria “mão armada”, grupos de homens que compunham uma milícia armada para proteção da oligarquia dominante ou luta armada nos conflitos intraoligárquicos.

Figura 1: Santo Barbosa e sua esposa Maria Rodrigues, com seus filhos e Nair Barbosa (tornou-se afilhada do Cel. Pedro Bezerra)



Fonte: Arquivo Pessoal da Família Leite.

Concomitante ao poder de dominação, a dependência superestrutural reafirma a importância destes aparelhos hegemônicos que constituíam a classe que era exercida através da política, a dominação de aparelhos de Estado com poder de polícia. De fato, o poder Coronelista objetiva respectivamente a relação principal entre o poder político e o capital cultural simbólico, o qual decai não diretamente sobre o Estado. Sendo uma condensação das relações estabelecidas

de poder, ou seja, relações entre classes, o “clientelismo” e a “patronagem” reconhecendo no contexto da Primeira República no Estado da Paraíba.

A política deve ser analisada de forma que transponha os limites definidos pelas instituições formais de poderes instituídos⁹, sendo que as facções operam com total legitimação para usufruir de todo aparelhamento. De tal maneira, a lei era também submetida aos anseios dos grupos hegemônicos. Uma vez que as citadas relações de compadrio possuem caráter de dívida eterna entre estes grupos marginais para com seu senhor (Coronel, Capitão, Major, Tenente). O poder e compromisso teriam laços estreitos, e neste meandro as relações ocorriam em torno do latifúndio, assim, o poder, terra e dominação renovavam seus moldes e acordos com a morte desta representação dominante e ascendência do herdeiro desse capital político, financeiro e cultural.

Um "coronel" importante constituía assim uma linha política divisória espécie de elemento socioeconômico polarizador, no coronelismo que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento-chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e subgrupos na estrutura tradicional brasileira. A pergunta "Quem é você?" recebia invariavelmente a resposta: "Sou gente do coronel Fulano." Esta maneira de redarguir dava imediatamente a quem ouvia as coordenadas necessárias para conhecer lugar socioeconômico do interlocutor, além de sua posição política. O termo "gente" indicava primeiramente que não se tratava de alguém do mesmo nível que o "coronel" ou sua família; caso contrário, o parentesco seria invocado logo de início para situar o indivíduo dentro do grupo (diria, por exemplo, "sou primo do coronel Fulano"). A formulação "gente" indicava indivíduo de nível inferior, que podia inclusive ser parente, mas seria sempre parente pobre. (Queiroz, 1985. 16).

Por conseguinte, este membro da rede clientelar tomava para si os desafetos e aliados do chefe oligarca, suas escolhas e direcionamentos de cunho político local ou regional era sabido de todos aqueles que lhes devotam apoio ou desafeto, pois em suma seu apoio lhes colocava como aliado que desenvolvia papel antagonista da “gente” do Coronel¹⁰, referindo-se assim à marca “clientela deste grupo”:

⁹ Gramsci expande a teoria do Estado ao introduzir o conceito de sociedade civil. Para ele, é fundamental não limitar a compreensão do Estado apenas à sociedade política, entendida como o “conjunto dos mecanismos pelos quais a classe dominante mantém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparatos de coerção controlados pelas burocracias executivas e policiais-militares” (Coutinho, 1992, p. 76). A sociedade civil, por sua vez, é definida como o conjunto de organizações responsáveis pela formulação e/ou disseminação das ideologias, englobando o sistema educacional, as instituições religiosas, os partidos políticos, os sindicatos, as associações profissionais e a infraestrutura material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc). Esta esfera também desempenha um papel essencial, juntamente com a sociedade política, na consolidação da hegemonia.

¹⁰“Gente do Coronel”, terminologia utilizada pela historiografia perpassada através de fontes orais, explicando aqueles que compunham a estrutura de clientelar do coronel. Pode se referir aos seguidores, apoiadores ou mesmo funcionários do coronel, muitas vezes envolvidos em relações de clientelismo, onde há troca de favores e lealdade política em troca de proteção, emprego ou benefícios sociais. (Queiroz, 1985, p185).

Assim como vários setores e serviços, as pessoas também eram rotuladas como pertencentes a uma ou outra facção; daí serem identificadas como "gente do coronel fulano". A situação ideal era ser governista, o que dava carta branca à parentela no poder do município, permitindo-lhe manobrar o aparelho administrativo-burocrático, militar, a justiça e a autoridade eclesiástica. (Gurjão, 1994, p. 91).

3.2. Coronelismo e religiosidade (Igreja legitimadora classista)

Neste contexto, a cultura oligárquica na República Velha, recria novos condicionamentos em todos os cenários de vida social. Os setores de atividade, suas relações sociais de dominação e luta de classes, passam a compor a realidade, que impõe a todos os agentes do processo histórico a integrarem-se ao mesmo, pertencendo quaisquer que sejam a composição dominante. Figuras centrais deste campo organizaram em torno de suas fazendas o aspecto de centralidade da cultura dominante, forma para reunir seus grupos. As estruturas das fazendas contavam com Capelas ou espaços para receber o agente religioso –Freis, Frades e Padres – submetendo a todos aos modos de vivências que refletem as tradições religiosas. Como devocionários católicos aos “santos”, ou festas de casamento e batizados que reuniam todos em torno da casa grande. E quando fundado o vilarejo, como em Camalaú em 1895, o poder da igreja católica se estendia, tanto que os vilarejos cresciam a partir da construção da capela. No pequeno vilarejo citado, a construção da pequena capela foi iniciada em 1895 e ampliada em 1928.

Depois de autorizado devidamente pelo Exmo. Sr. Arcebispo Dom Aducto lancei a primeira pedra para O novo corpo da capela de Camalaú em 29 de janeiro de 1928. O mestre da obra é o Sr. Luiz Graz. O novo corpo da dita capela terá 19 metros de fora a fora sobre 8 de largura; a velha capela que aqui existe vai ser transformada em capela-mor. Hoje que escrevo estas linhas as obras da nova capela já estão bem adiantadas de modo que, se Deus quiser, em fins de março de 1929 estarão prontas em preto, isto é, corpo central. Devendo as naves laterais serem construídas mais adiante¹¹.

Logo, os grupos dominantes buscavam espaço neste aparato de hegemonia privada para legitimar sua força de liderança política, em Camalaú. A construção da capela contou com a contribuição dos mandatários locais como consta na fonte apresentada. Sendo a família Cardoso-Oliveira -Alexandre-Chaves, idealistas da construção como postulado por Rietveld e Silva (1985, p. 57): “[...] São José de Camalaú recebeu uma igreja porque o seu dono tinha o nome de José Cardoso[...]”

¹¹ Livro de Tombo, Freguesia de São Sebastião do Umbuzeiro, livro nº1, 1928.

Muitos destes religiosos compunham as estruturas oligárquicas de Dominação, neto de D. Izabel Maria das Neves e do capitão Manoel Fernandes, filho de Francisco Ferreira e Francisca Izabel, os quais casaram em 1789, tiveram dezessete filhos, entre eles Francisco, pai de Estanislau, o mesmo que, em 1843, aos 14 anos, adentrou a vida sacerdotal católica em 1865 entrou para faculdade de direito no Recife, formando-se em 1869. Desempenhou atividades religiosas como auxiliar do Bispo de Olinda e Recife em 1881. Atuando no campo político, teve forte influência na formação de Poção situada no Estado de Pernambuco. Estanislau, acompanhou sua família de perto, através de um diário publicado em 1995, anotou todos os acontecimentos familiares, nascimentos e óbitos. O mesmo foi o idealizador do nome Ventura, o qual buscou incrementar dando mais personalidade e notoriedade à família.

1851 - Tendo meu pai voltado do Acahy para o Cariry Cariry no fim do Ano de 1851, foi morar na velha casa de Ipoeiras que tinha comprado aos herdeiros de meu tio e padrinho José Fernandes da Silva; sendo que meu patrimônio eclesiástico foi constituído por meu pai em uma parte da grande propriedade de Ipoeiras, que então estavam em comum.¹²

Na família Chaves, Oliveira Ventura nasce filha de Francisco Chaves e Clemência de Oliveira Chaves, Maria Chaves Ventura, a qual muito jovem foi para o convento tornar-se Freira.

Figura 2: Catolicismo e as Oligarquias

¹² Diário Monsenhor Estanislau, p 6.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Neste sentido, José Cardoso da Silva construiu a primeira casa no vilarejo e lá passou a residir, fundou o primeiro comércio e passou a ser representante indireto da igreja católica. Os novenários, missas e encontros contavam com a organização da sua parentela. Com o passar dos anos, fundou-se o apostolado do sagrado coração de Jesus¹³, instrumento religioso o qual reunia membros das oligarquias e das elites dominantes. Tal participação na ordem lhes dava aval para promover “ações” de cunho religioso na comunidade, ainda assim, não deixava de ser um aglomerado de elites, cuja integralização refletia sua dominação.

Em segundo lugar, José Cardoso representava a igreja na doação e por isso ele deve ser considerado como fundador de Camalaú. Em terceiro lugar, o dia exato da doação registrada foi 21 de Junho de 1895. E por fim: a finalidade da doação do patrimônio era a construção de uma capela. Esta ficou sob proteção de São José e não sob proteção de um dos santos do oratório de Camalaú Velho.” (Rietveld, 2000, p. 57).

¹³ Dentro da Igreja Católica, um dos movimentos que teve muitos adeptos na região nordeste. Desde a fundação de Camalaú até os dias atuais, o apostolado reúne nomes das principais famílias. Fundado na França em 1849, este movimento chegou ao Brasil em 1867. O Apostolado é conhecido por sua organização e condução da vida religiosa na comunidade, com o padre vigário geralmente atuando como diretor local. Cada grupo dentro do movimento seleciona sua própria diretoria, composta por zeladores e famílias associadas, conhecidas como "famílias zeladas". Os zeladores têm a responsabilidade de acompanhar de perto as famílias associadas. Mensalmente, é realizada uma reunião seguida da celebração da missa, preferencialmente na primeira sexta-feira do mês.

A construção da Capela de Camalaú, segundo Rietveld e Silva (1985), contou com o apoio e colaboração de parte destes senhores, grandes e médios proprietários, o alicerce destas igrejas das décadas iniciais do século XX, advêm do capital econômico destas oligarquias. Sobre isso: “No dia 21 de outubro deste mesmo ano que o Ex. Arcebispo metropolitano foi também fazer visita pastoral em Camalaú”¹⁴.

Figura 3: Primeira Capela antes da reforma de 1928



Fonte: Arquivo da família Leite.

No vilarejo, a ordem do coração de Jesus foi implementada no dia 19 de março de 1924, cuja configuração deu-se em sua estrutura organizativa o Coronel Francisco Chaves Ventura, como presidente da ordem é composta por membros das oligarquias, que em conjunto dirigiam a ordem religiosa.

Figura 4: Figuração dos Apostolados nas primeiras décadas do século XX

¹⁴ Livro de tomo freguesia de são Sebastião do umbuzeiro, 1924, p. 23.



Fonte: Arquivo da Arquidiocese da Paraíba

Em Camalaú, o apostolado foi fundado no dia 13 de março de 1924, sendo Frei Fernando o primeiro diretor e sendo a diretoria formada por Francisco Chaves Ventura (presidente), Maria Thereza de Oliveira (secretária), e Acelino Carlos Seabra (tesoureiro). O tesoureiro foi substituído no dia 26/11/1928 por Antônio Gomes Barbosa e a secretária em 26/04/1933 por Severina Ramos de Melo. Frei Odorico, com o seu rigor, mudou toda diretoria no dia 28/11/1937: Porcina da Silveira Andrade (presidente), Francisca Chaves Ventura (vice), Severina Ramos de Melo (secretária) e Isabel Chaves Ventura (tesoureira). No dia 15/02/1942 a tesoureira foi substituída por Maria Gomes de Oliveira Chaves e no dia 29/06/1947 por Celecina Lucas Chaves (D. Cecé). (Rietveld e Silva, 1985, p.60).

Na imagem 3, a figuração destes agentes exprime uma elite agrária, cuja interligação com a instituição religiosa surge como complemento deste capital simbólico, todos os homens e mulheres presentes na fotografia trazem consigo uma medalha “da ordem do coração de Jesus”, suas vestimentas e posições, demonstram que a igreja na Primeira República, por mais que tivesse perdido o espaço no campo administrativo, contava com o apoio político destes estratos conservadores da sociedade. A construção da Capela de Camalaú, segundo Rietveld e Silva (1985), contou com o apoio e colaboração de parte destes senhores, grandes e médios proprietários, o alicerce destas igrejas das décadas iniciais do século XX, advêm do capital econômico destas oligarquias.

Quadro 3: PADRES QUE ATUARAM NO VILAREJO



Fonte: Rietveld, 1985, p.47.

O processo de estadualização foi acompanhado pela igreja, a mesma fez parte efetiva do processo criando novas paróquias que corresponderam a lógica da presença da igreja. Em 1912, é criada a freguesia de São Sebastião do Umbuzeiro, desmembrando comunidades como a de São José de Camalaú, São João do Tigre, Zabelê, que anteriormente pertenciam à freguesia de Nossa Senhora das Dores, de Alagoa do Monteiro. A presença da igreja, tornou-se ponto basilar do surgimento de novas comunidades, a comunidade de Camalaú surgiu em torno da capela, a igreja sendo pedra basilar para construção da comunidade, o documento de doação do patrimônio a igreja efetiva a tese, desta correlação da igreja tomando posição perante o Estado e junto a composições de classes dominantes.

Nos registros de livro de Tombo, Frei Fernando Oberborbeck, em 1928, registra a visita pastoral do Bispo diocesano para inauguração da capela de São José de Camalaú. O qual foi hospedado e recebido pelo Major Delphino Mendes de Andrade, genro do Coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal. Os bispos se hospedaram na casa do Major situada no vilarejo.

No dia 21 de outubro deste mesmo ano, o Excelentíssimo senhor arcebispo metropolitano foi também fazer a visita pastoral em Camalaú, veio em companhia dele, o Excelentíssimo senhor bispo Dom Joaquim de Almeida e os reverendíssimos [...] que estiveram em Umbuzeiro. Foi recebido festivamente pelo povo de Camalaú e

hospedado generosamente pelo Ilustríssimo senhor Major Delfino Mendes, *demorou-se* o senhor arcebispo dois dias completos neste povoado [...].¹⁵

A classe dominante oligárquica e os dirigentes da igreja católica, ocupavam o mesmo projeto classista. Em tese, parafraseando o livro “Auto da compadecida”, de Ariano Suassuna, a frase taxativa a qual remonta “subserviência com os ricos e arrogância com os pobres”. Ao destacar a presença ilustre do Major Delphino, o Frei sacramentaliza a união entre a classe dominante e o clero, os quais agiam também em nome da fé.

3.3. O matrimônio como ramificação de alianças políticas e sociais, o colmo das estruturas oligárquicas

O elemento sociocultural de dominação, conciliação de parentelas, consagraram-se nos matrimônios. Nestes momentos simbólicos se consagraram alianças de compadrio, apadrinhamento, casamentos, o qual o coronel ocupava o centro, como representação de poder e influência. Tal como foi o casamento das três filhas do Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal, em grande evento casou Hermínia Bezerra Mendes com Justiniano Bezerra de Souza, Porcina Mendes de Andrade casou com Delfino Mendes de Andrade, Celina Bezerra Lucas casou com Severino Lucas. O evento reuniu muitos dos representantes da sua rede clientelar: compadres, médios e pequenos proprietários, aliados políticos e sua mão de obra agrária (meeiros, foreiros)¹⁶.

Figura 5: Casamento das filhas do Cel. Pedro



¹⁵ Não obtida autorização para identificação da página do documento. Livro de Tombo, Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro.

¹⁶ Para uma discussão sobre a moralidade do trabalho e o seu potencial civilizador de acordo com a perspectiva das elites locais e da Corte, ver: Cândido (2014) e Neves (2003).

Fonte: Nunes, 1997, p.323

Constitui-se assim no grande domínio um conjunto de relações diferentes das de simples propriedade escravista e nas, exploração econômica. Relações mais amenas, mais humanas que envolvem toda sorte de sentimentos afetivos. E se de um lado estas novas relações abrandam e atenuam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas a reforçam porque a tornam mais consentida e aceita por todos. Ele já será ouvido como um protetor quase um pai. Há mesmo um rito católico que se aproveitará para sancionar a situação e as novas relações: O testemunho nas cerimônias religiosas do batismo e do casamento que criarão títulos oficiais para elas: padrinhos, afilhado compadres. (Júnior,1972, p.28).

Figura 6: Coronel Pedro Bezerra e sua esposa Rosa da Silveira Leal



Fonte: Nunes, 1997, p. 187.

A concordância de posições, ou seja, a avaliação diferenciada de *status*. Posteriormente a interação, de posições entre pares, tendo como exemplo, uma específica estrutura social, que estaria à mercê dos agentes nas múltiplas dimensões estruturais societárias, na medida em que o fator *status* social parentesco, renda poder político são compreendidos de forma paralela. Contudo, aplicando a tripartição teríamos indivíduos que ocupariam posições altas, médias e baixas, que estariam atrelados a posses, poder econômico e político, escolaridade que davam estruturação para classificação. Ao tempo que, o capital político, financeiro, cultural são estruturais, pois corresponde a lógica orgânica da concepção de hegemonia de poder e dominação.

As nuances das estruturas classistas desta elite agrária dominante devem ser compreendidas em três dimensões específicas: o aspecto político; o aparato econômico e sua estrutura familiar. A superestrutura das composições sociais explica-se como projeção de alicerce fundante, o matrimônio neste sentido é compreendido como projeto de camadas dominantes. Os quais refletem na própria história a longo prazo preservação de capital cultural e econômico, sobretudo o aspecto material de acumulação. Estes interesses, correspondem a lógica de ampliação e seguridade. Portanto, estamos lidando com a perspectiva de manutenção e fortalecimento das elites, através da análise das práticas familiares da classe dominante (Brioschi, 1984). Apresentá-la sem incorrer em erros conceituais é um desafio, pois suas estruturas sociais não se apresentam de forma similar ou inerte, cada grupo familiar demonstra que uniões representaram interesses intrínsecos a cada núcleo familiar correspondendo suas pretensões.

Figura 7: Coronel Pedro Bezerra e sua esposa Rosa da Silveira Leal



Fonte: Arquivo particular da Família Bezerra.

Como exposto na Figura 1 deste presente capítulo, abordamos que as singularidades do estudo familiar advém, inicialmente, da elaboração de uma genealogia. Essa genealogia, quando combinada com outras informações, como a composição do patrimônio, as ocupações profissionais, a ocupação de cargos públicos e o controle do poder por grupos relacionados, possibilitou uma compreensão mais ampla da continuidade desses grupos no poder. Na perspectiva sociológica, as genealogias fornecem a oportunidade de compreender uma certa representação da família e também de avaliar a importância das relações de parentesco no contexto das relações sociais (Brioschi, 1984). Em virtude das composições e junções de capitais culturais/políticos, as mesmas também indicam formas de sucessão e herança de poder associadas a certos procedimentos familiares, como a seleção de cônjuges ou padrinhos. O casamento entre Pedro Bezerra Filho e Inácia Feitosa, foi a junção de interesses de classe, os quais tinham em mente a sucessão do capital político do Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal. Uma demonstração de como, através das relações de parentelas, especificamente dos casamentos as elites do nordeste brasileiro constituíam seus laços e alianças. Neste sentido, se expressava como uma continuidade através desta herança política, que garantia os mandatos e cargos na esfera municipal. Tais redes de sociabilidade lhes proporcionaram dominância nas vereanças, nas câmaras municipais e lideranças dos grupos políticos locais, as prefeituras e todo aparato da infraestrutura do Estado através dos empregos, cargos e privilégios da máquina burocrática do estado que funcionava ao dispor destas elites. Exemplo disto, foi a afirmação de Pedro Bezerra Filho no campo político.

Quadro 3: Mandatos de Pedro Bezerra Filho na municipalidade de Alagoa do Monteiro

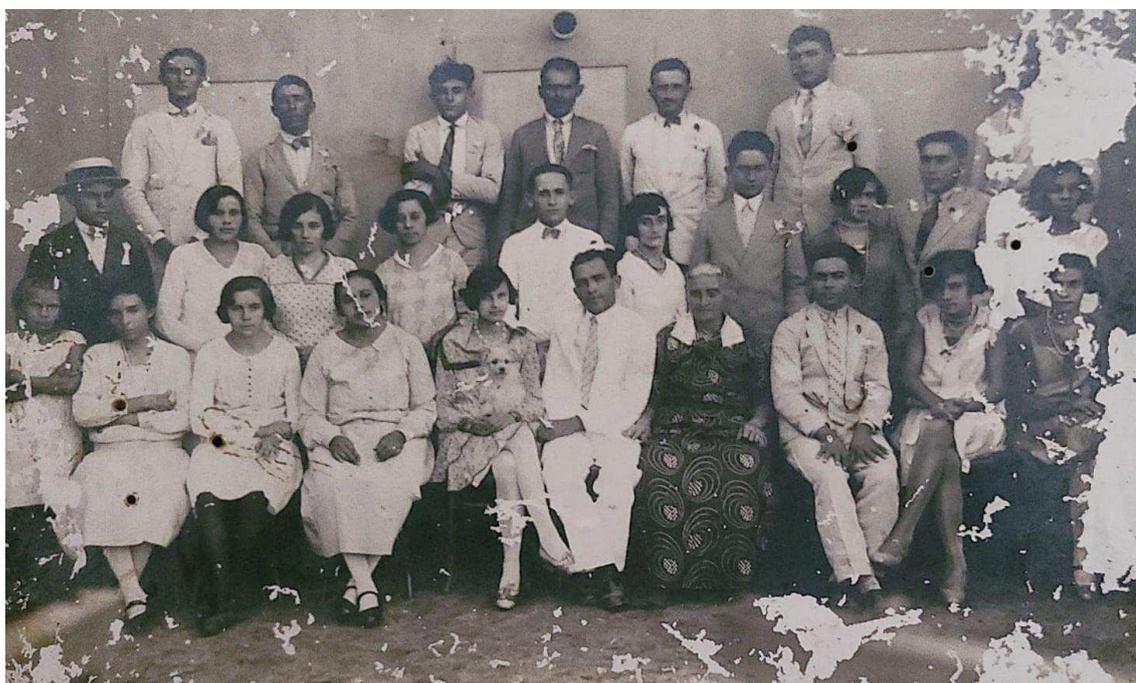
PEDRO BEZERRA FILHO (1902-1966)
VEREADOR (1956-1959)- Alagoa do Monteiro
PREFEITO (1961-1964)- Alagoa do Monteiro

Fonte: Câmara de Vereadores de Monteiro

A família é moldada pela cultura e, por conseguinte, pelas características humanas e sua evolução ao longo do tempo. Portanto, a diversidade de formas familiares é tão ampla quanto a diversidade cultural existente (Lévi-Strauss, 1976). A herança do capital político transpõe o campo da política partidária. Após a morte do Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal, em 1927, seu filho, cujo nome reflete todo capital cultural, Pedro Bezerra Filho, com 25 anos de idade, assume a liderança da família Bezerra, casando-se no dia 12 de janeiro de 1930, com Inácia

Feitosa Bezerra, sobrinha do Major Nilo Feitosa, liderança política local e compadre do Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal. A estruturação das parentelas corresponde ao jogo de relações e interesses, os quais refletem em suas junções aspectos de grupos estratificados. Na medida que agrupa famílias que possuem similaridades em posições socioeconômicas, por outro lado, existem famílias de distintos níveis socioeconômicos que se interligam por alianças. A diversidade corresponde a uma lógica de hierarquia dentro dos próprios grupos, a qual estabelece que um grupo maior é capaz de proporcionar condições para ingressos na política, prestígio social e econômico ou até mesmo nos negócios. O aspecto de lealdade vai de encontro ao elemento crucial que as oligarquias sustentam-se e buscam apoio nestes líderes da parentela. Como postulado por Lévi-Strauss, o casamento não partia de escolhas individuais dos agentes históricos desta época, mas correspondiam aos interesses de grupos interessados. Não sendo assunto privado, aconteciam de acordo com alianças estabelecidas entre famílias, que, ao invés de segregar, se uniam entre si.

Figura 8: A herança, família Bezerra após a morte do patriarca



Fonte: Arquivo da Família Bezerra.

Na foto, três aspectos centrais: herança de capital simbólico, poder econômico e patriarcado. Ao centro, figuras em destaque demonstram os aspectos analisados. Ao centro de terno branco está Pedro Bezerra da Silveira Leal Filho, voltado à esquerda, direcionado para sua esposa Inácia Feitosa, adornada com um colar de madrepérola, em seu colo um canino da

raça Poodle. Ao lado direito, Rosa da silveira Leal, vestindo um imponente vestido negro, estendendo sua mão esquerda sobre seu filho Pedro Bezerra Filho. Envolta, a então viúva Rosa Bezerra, estão seus filhos, genros, noras e netos, afilhados. A foto é uma consagração da nova configuração desta rede parenteral oligárquica, agora conduzida com novo patriarca e chefe do poder oligárquico familiar. Pedro Bezerra filho, herda não apenas o capital cultural, mas muitas propriedades como as dispostas em inventário de seu pai ficam sob sua responsabilidade, as decisões políticas incorporam em sua vida a posição de um chefe político que viria ser confrontado pelas estruturas oligárquicas. Como também pela cisão do seu próprio grupo parenteral em razão da revolução de 1930, o qual Major Delfino, seu cunhado, coloca-se em contrariedade ao herdeiro.

3.4 Estruturas familiares e casamentos como semente de laços

Os casamentos para as oligarquias simbolizavam mais que um ato nupcial, seja religioso ou civil. Preferencialmente, os matrimônios na Primeira República trouxeram heranças do período da monarquia 1822-1889. Além, dos acordos prévios entre os patriarcas das estruturas familiares em questão, o arranjo obedeceria aos padrões e convenções tradicionais ligados à religião católica. A junção de famílias ou casamentos entre parentes, significava a manutenção das estruturas de capitais simbólicos e econômicos, na política, o casamento surgiu como formação de alianças entre parentelas. Na imagem 7, o casamento de Pedro Bezerra Filho com Inácia Feitosa, marcou este período de transições de poderes nas próprias estruturas oligárquicas. A romantização, é fator inexistente quando trata-se de casamentos arranjados, Pedro Bezerra filho, como retrata Mariano (2015), possuía muitos relacionamentos extraconjugais com moradoras, meeiras das suas propriedades. Sua esposa, Inácia Feitosa, sempre viveu em Monteiro, nunca aceitou morar nas fazendas de Camalaú, pertencentes ao seu esposo. Logo, fica demonstrado as várias realidades que instituíram o sistema patriarcal nas oligarquias, não como mera moeda de troca, mas, como instituição de negócio econômico e político.

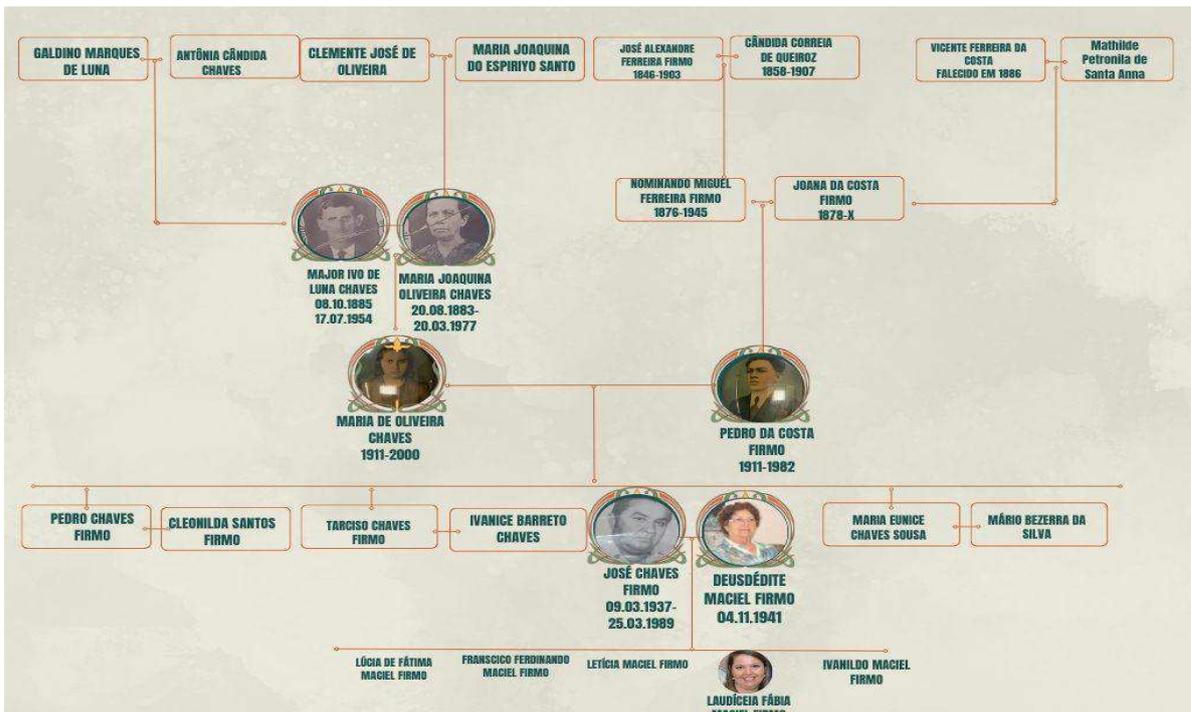
Na região onde situava-se um aglomerado de fazendas, onde supostamente em 1895 viria se tornar o vilarejo de Camalaú, emergiu uma forma organizacional familiar anterior ao povoado, as fazendas abrigavam famílias desde o final do século XVIII, com o Capitão Manoel

Fernandes¹⁷. No século XIX, criou-se estruturas familiares fundiárias que, compostas por parentelas, dedicam-se à produção agropastoril, criam um conjunto de estruturas mini fundiárias, tais como: as dos Alexandre Cardoso, na fazenda Boa Vista, a fazenda Ipueiras dos Oliveira-Chaves, a fazenda Camalaú velho dos Oliveira-Cardoso, Fazenda Floresta dos Bezerra, Fazenda Caroá da família Costa/firmo, Fazenda Carrapateira Bezerra/Mendes de Andrade, entre outras. Camalaú, em 1895, após a formação do vilarejo, em 1911 torna-se distrito de Alagoa do Monteiro, muitas das famílias passam a conviver naquela estrutura social que era a vila, centro comercial, religioso e cultural. Ainda assim, era uma comunidade isolada, sendo o casamento entre parentes próximos comum, contudo, as oligarquias maiores buscavam ampliar seu poder e domínio, casando seus primogênitos com filhos das oligarquias de Alagoa do Monteiro e outros distritos.

Assim ocorreu, entre seios e estruturas familiares oligárquicas distintas, a confluência de grupos correspondentes ao contexto histórico no qual estão inseridos. Conflitos intraoligárquicos alçaram proibições de matrimônios entre membros de grupos antagônicos, os quais correspondem às ambições dos seus líderes. Aos que compunham a vida social da vila de Camalaú, os Alexandre Cardoso, compuseram parentelas que alinharam-se aos Santa Cruz, da cidade de Monteiro, mantendo uma postura de conflitos intraoligárquicos para com os Bezerra. O patriarcalismo, na Primeira República, engessou padrões das estruturas familiares do período imperial, correspondendo à lógica de casamentos arranjados em troca de alianças ou interesses econômicos ligados à terra.

Quadro 4: Os Galdino, Oliveira e Chaves

¹⁷O inventário de Manoel Fernandes da Silva, datado de 1816 e concluído em 1831, revela que ele ostentava a patente de capitão. Ele e sua esposa, Izabel Maria das Neves, residiam na fazenda Ipueiras e eram pais de dezessete filhos. Entre os bens deixados por Manoel, destacavam-se 25 escravizados, juntamente com outros ativos.



Fonte: Paróquia São Sebastião do Umbuzeiro

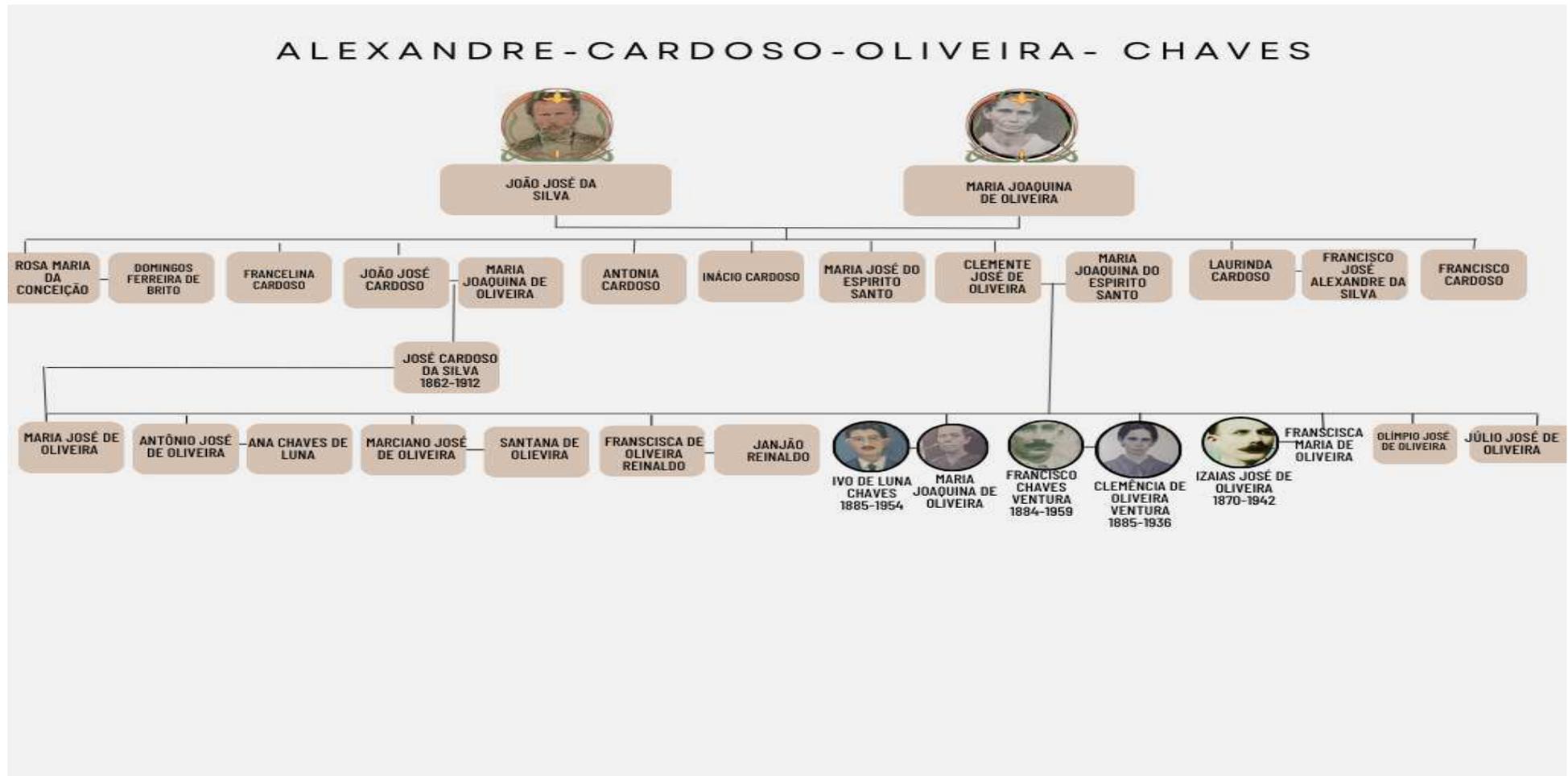
Figura 9: Major Ivo de Luna o caule das relações parenterales das oligarquias Chaves-Oliveira-Galdino



Fonte: Acervo Maria de Lourdes de Oliveira Chaves

Nesta ramificação das famílias Chaves-Oliveira e Costa-Firmo, os casamentos simbolizam aspectos de uniões e manutenções deste capital político-cultural. As figuras do Major Ivo de Luna Chaves e do Coronel Nominando Miguel, ao unirem seus filhos em matrimônio, correspondia a lógica de alianças políticas e sociais, o caule das estruturas oligárquicas. Na comunidade de Camalaú, como consta nos registros de tombo da freguesia de São Sebastião do Umbuzeiro, o casamento entre Maria Miranda (Maria de Oliveira Chaves) e Pedro da Costa Firmo refletiu na consolidação destas oligarquias no vilarejo de Camalaú. Os padres faziam menção à vida no vilarejo e toda deferência que possuíam ao casal. A casa de Pedro Miranda, no vilarejo era ponto de apoio aos religiosos, assim como a toda rede clientelar, compadres e trabalhadores, comerciantes, movimentavam a casa que se situa em frente a capela de São José. Os livros de batismo registram, no decorrer da segunda década do século XX, a celebração de batismos nos quais constam o casal como padrinhos. O assistencialismo, a ideia de paternalismo, criam em torno da figura desses agentes um aspecto de centralismo, no sentido de pai-protetor. Pedro da Costa Firmo, foi vereador em Alagoa do Monteiro muitas vezes, e tal fator representa o quanto seu capital simbólico-político, representava a lógica das oligarquias nas primeiras décadas do século XX. Detentor deste capital simbólico, exerceu duas legislaturas na câmara municipal de Alagoa do Monteiro a primeira, de 1956/1959, sendo reeleito para um segundo mandato em 1960/1963.

Quadro 5: As velhas estruturas que fundaram o povoado

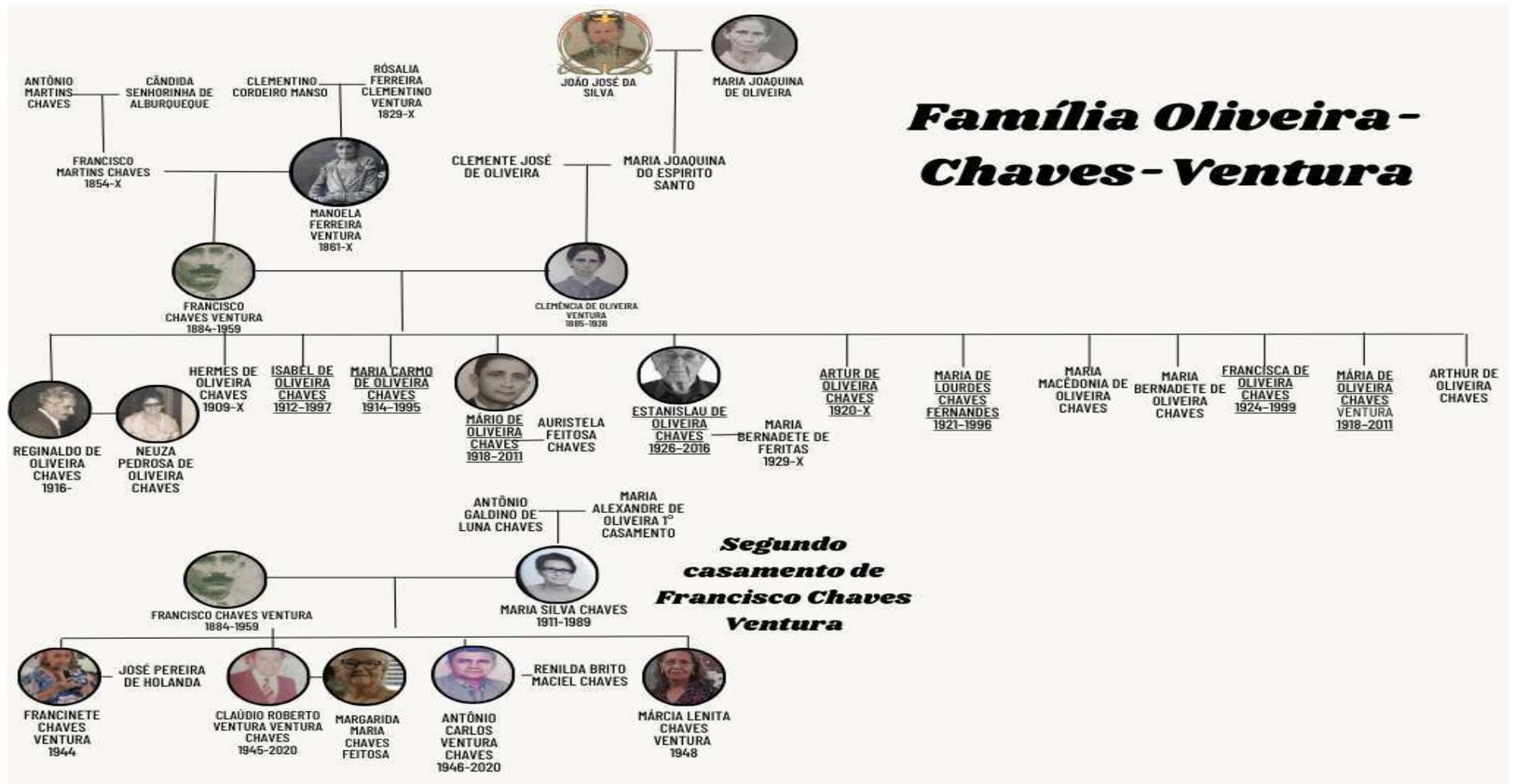


Fonte: Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro. Registros de Batistério e óbitos.

Como postulado por Teruya (1995), uma grande família, especificamente, uma família de abastados, pode ser compreendida como um grupo de pessoas reconhecidas que se percebem como distintas, com um sobrenome notável, ocupando posições de destaque e mantendo uma continuidade ao longo de várias gerações, com poder econômico e político, prestígio social e fortes relações de parentesco, tanto consanguíneas quanto por afinidade. Desta forma, a coesão dentro deste grupo é fundamental e frequentemente buscada, seja de forma explícita ou implícita. Os membros da família reconhecem e afirmam seus limites e especificidades sociais, tanto entre si quanto diante da sociedade em que estão inseridos. Independentemente da abordagem teórica adotada, a grande família valoriza sua identidade compartilhada, tradições familiares e o prestígio associado ao seu nome ao longo do tempo. Neste sentido, explica-se o fato de que José Chaves Firmo, tornou-se grande liderança política nos anos 70 e 80, sendo prefeito, mantendo uma posição política firme, até sua morte. Após sua morte, sua filha Laudiceia Fábria Firmo, foi eleita vereadora.

A continuidade, aspecto que se ressalta nos estudos sobre as famílias de elite, diz respeito aos mecanismos pelos quais estas mantêm sua posição de destaque econômico, político e social por várias gerações, podendo em relevo, frequentemente, a excepcionalidade de sua história. Mas, em uma vertente teórica mais atual, entender a preservação desta situação de classe implica considerar a família em constante reformulação das estratégias, na atualização do conhecimento e das possibilidades de atuação social, notadamente da manipulação dos diferentes tipos de capital: econômico, cultural e social. (Teruya, 1995, p.37).

Quadro 6: Consolidação oligárquica



Fonte: Cartório de Registro civil de Camalaú.

A família neste aspecto torna-se precursora e transmissora deste capital, principalmente sua acumulação e transmissão. Os casamentos, nestas primeiras décadas da República, se caracterizam como formas de conjuntos destes recursos, que efetivos possuem grande potencialidade estando interligados ao fato de ser combustível desta rede clientelar durável de relações. As quais, em suma, eram institucionalizadas, são juntas por laços que são permanentes e úteis, a família Oliveira-Chaves-Ventura, por mais de dois séculos mantiveram esses laços desde o Capitão Manoel Fernandes da Silva, que casou-se em 1789 com Izabel, donos da Fazenda Ipueiras que ficava na freguesia de São João do Cariri, a fazenda seria a primeira propriedade registrada onde hoje localiza-se o sítio Ipueiras na cidade de Camalaú.

Com a morte de seu marido em 31 de dezembro de 1815, D. Izabel assumiu corajosamente o peso da administração da casa. Inteligente, decidida e diligente, ela desempenhou suas responsabilidades de maneira exemplar, assegurando o bem-estar de suas filhas solteiras e preservando o prestígio da família até seu falecimento, ocorrido em julho de 1846, aos 73 anos de idade. Ao partir desta vida, D. Izabel deixou para trás uma memória abençoada por Deus e pelos homens. A união das famílias de Manoel Ferreira e D. Izabel deu origem à linhagem que mais tarde adotaria o sobrenome Ventura. É evidente, a partir deste relato, o impacto significativo que tanto Anna Thereza quanto D. Izabel tiveram na formação do caráter e da fortitude da família Ventura. Em homenagem à memória dessas notáveis mulheres, seu neto comum sentiu-se honrado em registrar estas palavras. (Ventura, 1985, p. 4)

O casamento se evidencia como fator da estrutura dominante, o patriarcado e todo condicionamento social e cultural girava em torno da figura masculina. Escritos do Mons. Estanislau Ferreira de Carvalho, filho do Capitão Manoel Fernandes, em seu caderno de anotações¹⁸, relata os aspectos da sua família e toda estrutura de matrimônios e compadrios, os quais garantiram a sustentação da estrutura elitista familiar que penduraram como herança até à primeira década do século XXI. Francisco Chaves Ventura, casa-se com Clemência de Oliveira Ventura, filha de Clemente José de Oliveira, o mesmo em seu segundo casamento une-se em matrimônio com sua prima Maria Silva Chaves, filha do Major Ivo de Luna Chaves. Os grupos que autorizam ou recomendam casamentos dentro de suas próprias fronteiras são

¹⁸Este Caderno de anotações de Monsenhor Estanislau foi publicado em forma de livro genealógico por seu sobrinho neto Fernando de Lira Ventura. O qual traz anotações do monsenhor, fazendo registros de casamentos e óbitos provenientes da família Ventura-Chaves-Oliveira.

chamados de endogâmicos¹⁹, enquanto aqueles que proibem tal prática são denominados exogâmicos²⁰. A endogamia se refere ao casamento entre parentes consanguíneos, ou seja, entre indivíduos que compartilham um ancestral em comum. Consanguíneos são os descendentes de um mesmo antepassado. Neste contexto, a união entre primos projetava aspectos intencionais, o interesse de manutenção da estrutura econômica de posses, assim como concentração política. Tal formação, correspondia a sistemática hegemônica destas classes dominantes, as quais buscavam monopolizar a política, acrescer seu acúmulo de capital e manutenção de prestígio social.

Um filho de Antônio Martins Chaves, de nome Francisco Martins Chaves, casou-se com Manoela Ventura que era filha de Rosália, que, por sua vez, era filha do casal Francisco e Francisca Residentes na fazenda Ipoejas. Assim, uma ramificação da família Chaves fez morada na nova localidade, estabelecendo um grande poder econômico e político. Do casamento de Francisco Chaves e Manoela Ventura, entre outros filhos, nasceu Francisco Chaves Ventura, grande líder político na região de Camalaú. Foi subdelegado do Distrito de Camalaú entre os anos de 1929 à 1938. Casado em primeira núpcia com Clemência de Oliveira, do qual nasceram 12 filhos. Viúvo, ele se casou uma segunda vez com a parenta Maria Silva de Oliveira Chaves e desta união nasceram quatro filhos. (Silva, 2023, p.84)

Francisco Chaves trouxe consigo através desta herança de capital político, anseios de tornar-se o chefe político local, fator que concretizou-se no desenrolar do conflito armado de 1912, o qual, Francisco Chaves, hipotecou seu apoio a Franklin Dantas²¹ e Augusto Santa Cruz. Posteriormente, ao movimento de 1930, Francisco Chaves, torna-se chefe político local, delegado e representante do distrito, chegando a se candidatar no pleito legislativo de 1959, morreu no presente ano. Na história política, quatro dos seus filhos alternavam-se no poder local:

Tabela 3: A herança política de Francisco Chaves, os herdeiros do capital simbólico, monopolizaram a política do século XX a nível local

¹⁹Endogamia é um termo que descreve a prática de casar-se dentro do mesmo grupo social, étnico, religioso ou cultural. Isso pode resultar em uma concentração de características genéticas ou culturais específicas dentro de uma comunidade ou grupo. As oligarquias se apropriaram desta cultura, como forma de concentração de terras e poder.

²⁰ Na esfera das oligarquias, a "exogamia" implica em buscar alianças matrimoniais fora do núcleo familiar ou da própria oligarquia. Em sociedades onde esses grupos detêm grande influência política e econômica, essa prática visa fortalecer conexões entre diferentes grupos de poder, ampliando redes de influência e evitando a concentração excessiva de poder em uma única linhagem familiar. Assim, a exogamia pode ser uma estratégia para garantir estabilidade política e econômica, ao mesmo tempo em que mantém as estruturas de poder oligárquico.

²¹ Na cidade de Teixeira, o controle político havia mudado para as mãos do Coronel Dario Ramalho de Carvalho Lima, deixando de lado o Dr. Franklin Dantas, um respeitado médico e líder político até então. Inconformado com o rompimento político, iniciou um processo de conflito intraoligárquico, aliando-se com outras elites dominantes como os Santa Cruz de Alagoa do Monteiro. (Nunes, 1979, p.28)

REGINALDO DE OLIVEIRA CHAVES(1916--) ARENA	PREFEITO VICE- PREFEITO	CAMALAÚ (1962-1966) (1976-1982)
MÁRIO DE OLIVEIRA CHAVES(1918–2011) ARENA PMDB PDS	PREFEITO VEREADOR PREFEITO VICE -PREFEITO VICE- PREFEITO	SÃO JOÃO DO TIGRE (1962-1966) (1969-1972) (1976-1982) (1988-1992) (1996-2000)
ESTANISLAU CHAVES VENTURA (1926–2016) ARENA PDS ARENA	PREFEITO VEREADOR	SÃO JOÃO DO TIGRE (1988-1992) (1972-1976)
CLÁUDIO ROBERTO CHAVES VENTURA(1945-2020) ARENA PFL	PREFEITO VICE-PREFEITO PREFEITO	(1983-1988) (1972-1977) (1993-1996)
ANTÔNIO CARLOS CHAVES VENTURA(1946-2020)	PREFEITO VEREADOR VEREADOR	(2001-2004) (1993-1996) (1996-2000)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)²².

Figura 10: Família Chaves Ventura, a morte do seu patriarca. Missa de 7º dia do Cel. Francisco Chaves Ventura. Na foto filhos e netos de Clemência de Oliveira 1º casamento e os filhos Maria Silva Chaves, viúva de Francisco Chaves 2º casamento. 1959

²² Página Principal. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 01 maio 2024.



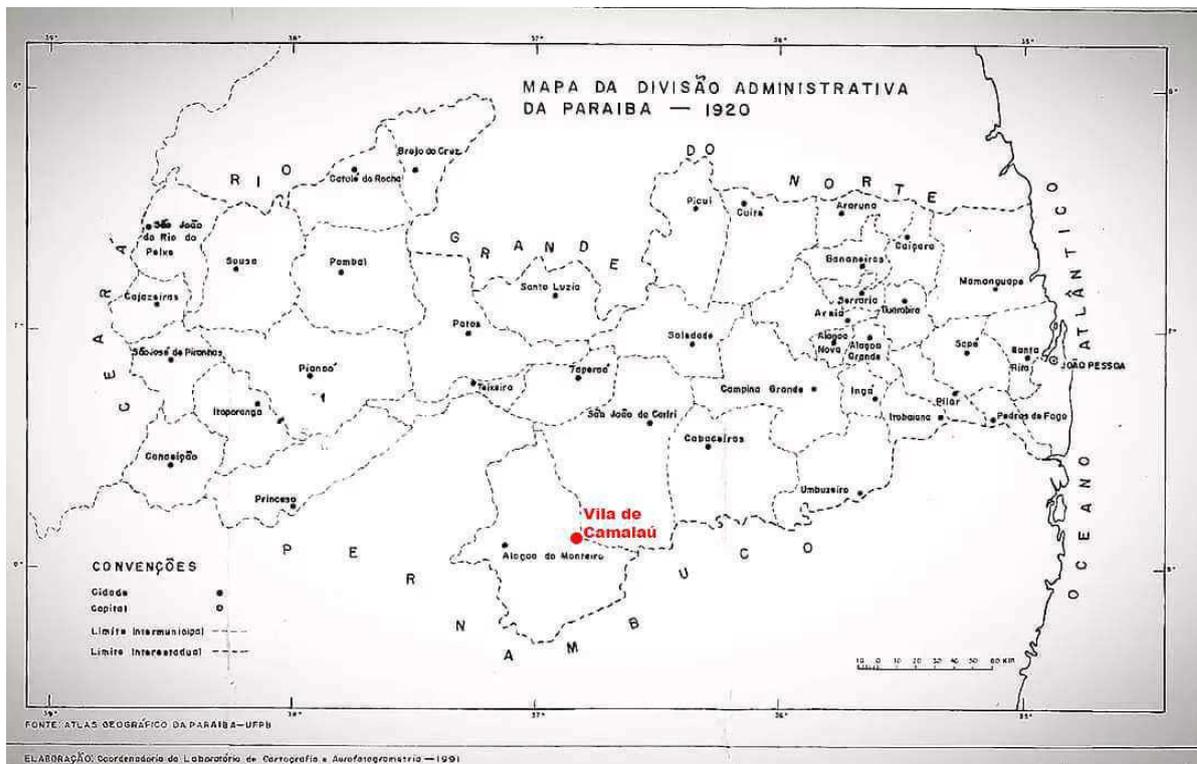
Fonte: Acervo Família Ventura.

Contudo, a capacidade do casamento de estabelecer vínculos entre grupos envolve restrições na escolha do parceiro. Embora os métodos de seleção possam distinguir-se de uma sociedade para outra, é crucial reconhecer que, do ponto de vista das normas sociais, o casamento não é totalmente livre. Em outras palavras, não é possível para qualquer indivíduo se unir em matrimônio com qualquer outro. As uniões matrimoniais de Francisco Chaves, corresponderam à lógica da sua época, assim como a estrutura oligárquica que pendurou, deixou como herança este capital político e cultural que reflete na formação das parentelas. Na foto, todos os filhos desta personalidade coronelística, os quais tomaram o espólio do capital simbólico e financeiro do patriarca e por gerações dispuseram de representatividade e força oligárquica perante comunidades sociais. Por mais de um século, a família Chaves através de suas alianças matrimoniais demonstram o quanto as estruturas oligárquicas se reinventam ao longo do tempo como projeção eficaz de manutenção da sua estrutura de manutenção política.

4. A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A FORMULAÇÃO DAS PARENTELAS COMO FORMA DE MANUTENÇÃO

Tratava-se não só da construção dos mecanismos garantidores da ordem agrário-conservadora, por meio da ação ou da omissão do Estado; tratava-se, ainda, de um lado, dos ajustes e remanejamentos locais de poder, da resolução - ora via conchavo, ora via pura violência - dos conflitos entre os segmentos da própria oligarquia agrária e, de outro, da conformação dos mecanismos disciplinadores da dominação, da redução de sertanejos e caipiras à obediência, ao preço que necessário fosse. (Linhares; Silva, 2021, p. 145)

Figura 11: Mapa da divisão administrativa da Paraíba de 1920



Fonte: Câmara, 1997, p.83.

O processo de divisão territorial desde o período colonial, foi alicerçado pelo caráter do latifúndio e minifúndio. A concessão das terras, desde as sesmarias correspondia ao jogo de relações de interesses e poder da classe dominante colonial e aquelas que advinham das estratificações destas classes dominantes. Na Paraíba, os Oliveira Ledo engataram no processo de regionalização dos cariris dentre outras regiões no século XVII. Fator que correspondia aos anseios destas classes dominantes que buscavam terras e estabelecer maior expansão dos domínios da coroa, que financiou as incursões e legitimava a guerra travada contra quaisquer forças que se opunham. Diversas comunidades originárias indígenas foram devastadas pelo projeto de expansão colonial, cada arraial levantado, uma cruz simboliza que ali estará ocupado por súditos e devotos fiéis da coroa portuguesa. Conquanto, o sangue e lágrimas dos muitos que tiveram suas vidas ceifadas e terras saqueadas, ficaram fadados ao esquecimento e revisionismo histórico de autores contemporâneos que empregam o termo “a guerra contra os bárbaros”, prolatando as incursões e travestindo a carnificina contra diversos povos, pondo como bem necessário para o desenvolvimento. Os povos das comunidades Tarairiús, Cariris, Tabajaras, Sucurus, persistiram as investidas dos sertanistas que utilizavam-se de material bélico para adentrar e exterminar as comunidades originárias.

Não havia nenhum interesse da parte de Teodósio em descobrir terras. Tudo ali já havia sido descoberto pelos seus ancestrais e pela célebre. Casa da Torre da Bahia. O fato é que, com as providências tomadas pelo capitão-mor Teodósio De Oliveira Ledo, voltava completa paz às terras das Piranhas a que novamente incrementaram a indústria pastoril e a lavoura. (Wilson,1975, p. 58).

As elites após estabelecerem-se, incorporaram os modos de produção mercantil dos séculos XVIII e XIX, a mão de obra de negros escravizados foi explorada no intuito de baratear os moldes de produção. O trabalho forçado de negros escravizados, trazidos de vários países do continente Africano teve na Paraíba presença forte de congolanos e angolanos. O trabalho forçado nas fazendas de cana-de-açúcar e a cultura da agropecuária predominaram as culturas de produção e cultivo da paraíba até meados do século XIX. Na região de Alagoa do Monteiro, fazendas como Impueiras e Pindurão. Camalaú velho teve a presença de trabalhos forçados pelas mãos de escravizadas, como posto por Silva:

A partir dos dados apresentados nos três últimos quadros, identificamos três proprietários de escravizados como residentes na fazenda Ipoeiras: João da Rocha, Manoel Ferreira da Silva e Manoel Fernandes da Silva. Sobre este último, também identificamos o seu inventário datado de 1816 e encerrado em 1831, que informa que ele tinha a patente de capitão, que ele e sua esposa Izabel Maria das Neves residiam na fazenda Ipoeiras, que ambos deixaram dezessete filhos 37 e que ele havia deixado, entre outros bens, 25 (vinte e cinco) escravizados³⁸. Pequeno Filho (2014), após analisar esse documento, apresenta um quadro com a relação dos escravizados de Manoel Fernandes e sua mulher (1816), especificando cor, idade, nação, preço e, ainda, observação. Ressalta que, no decorrer da partilha, não constaram novidades, tais como, doenças ou fugas e que não havia senzalas no lugar. (Silva, 2022, p.59)

Logo, constata-se que as elites agrárias do século XX, tiveram suas raízes fincadas na exploração da mão de obra escrava, ligada ao latifúndio agropastoril. Da monarquia à República, em 1889, simbolizou a junção de uma elite tradicional conservadora à readaptação em novo regime político. Os conflitos intraelites da monarquia, apresentavam-se na República como disputas pelo espaço de poder político e projetos de hegemonia. O processo histórico não é inerte, o quadro e cenário eram outros, com configurações distintas. A terra e sua dominação representava um aspecto de sublevação de classe, no qual uma oligarquia, sempre estava disputando espaço, assim como os aparelhos de hegemônias e suas capitais como forma de legitimação de força. Grande marco deste período que estabeleceu estes conflitos intraoligárquicos agrários conservadores, o qual desponta violenta espoliação das classes subalternas do campo camponeses e trabalhadores rurais.

No nível mais baixo da sociedade, o cidadão, como vimos, era grande ausente da vida política, considerado mero legitimador das decisões da elite oligárquica. Nas palavras de um especialista Edgar Carone, o poder torna-se monopólio do grupo dominante, que possui suas raízes na terra: “Coronel é aquele que protege, socorre, homiziar e sustenta

materialmente seus agregados; por sua vez exige deles a vida, a obediência e a fidelidade”. (Linhares; Silva, 2021, p. 153).

As oligarquias são organismos que sobreviveram às anomalias do sistema republicano. No cenário político do país, é nítido analisar o quão figuras de representação possuem seus nomes ligados a figuras históricas do coronelismo. Nas diversas esferas dos poderes, seja judiciário, executivo ou legislativo, as uniões são seiva viva que mantém os caules das velhas baraúnas de pé. Na Paraíba, desde a vice-presidência do senado federal, ao Tribunal de Contas da União do Brasil, passando por estruturas políticas menores de sustentação, temos o grupo Vital do Rêgo. Sejam Vital do Rego ou Cunha Lima, em Camalaú, sejam Chaves ou Bezerra, os antagonismos políticos refletem conflitos intraoligárquicos e projetos de hegemonia, sustentados por uma rede parenteral e clientelista de apoio político que garante solidez estrutural.

4.1· Concentração de terras, poder e família. Estruturas e superestruturas do latifúndio

A terra, portanto, quando entra no mundo do patrimônio privado deixa de ser uma utilidade para ser apenas um documento, um registro, uma abstração, um direito. O aproveitamento da terra ganha, juridicamente, outros nomes, uso, usufruto, renda, assim como a ocupação física é chamada de posse. A Terra deixa de ser terra e vira propriedade. (Marés, 2021, p. 59).

A superestrutura econômica da sociedade na República Velha, fundada na produção agropastoril ligadas à terra, corresponde à lógica de que muitos destes interesses estavam ligados à manutenção do latifúndio ou expansão do mesmo. A distinção entre pequenas, médias e grandes propriedades figuravam o aspecto do capital econômico, o qual refletia na posição social ocupada. Vale ressaltar, que as elites que compunham o cenário político da Paraíba, neste recorte temporal, estavam ligadas à terra, ao poder e *status* que afirmavam sua posição. Os casamentos e formações de parentelas, apresentavam-se como ferramenta de ampliação e junção de terras, manutenção da estrutura fundiária seja latifúndio²³ ou minifúndio²⁴. O quadro

²³ Latifúndio é um termo usado para descrever grandes propriedades de terra, geralmente destinadas à agricultura ou à criação de gado. Essas propriedades tendem a ser concentradas em poucas mãos e são frequentemente associadas a problemas como a concentração de terras, desigualdade social e baixa produtividade. No contexto histórico e contemporâneo, o latifúndio tem sido objeto de debates sobre reforma agrária e justiça social. Segundo o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). Acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm

²⁴ Minifúndio refere-se a pequenas propriedades de terra, geralmente usadas para agricultura de subsistência ou pequenas atividades agrícolas. Essas propriedades tendem a ser de tamanho limitado e podem estar sujeitas a problemas como baixa produtividade e dificuldade de acesso a recursos. O minifúndio é frequentemente associado a comunidades rurais e pode representar uma importante fonte de sustento para famílias de baixa renda. Segundo

a seguir demonstrará através do censo de 1920, a ligação entre parentelas e a função social da terra no século XX.

Tabela 4: Relação das Fazendas que compunham a região ao Sul de Alagoa do Monteiro no século XIX e XX

Nº	Estabelecimento Rural	Proprietários em 1920	Proprietários em 2020
01	Tapera	Manoel Luiz Pinheiro	Família Pinheiro
02	Cangalha	Francisco Ferreira do Nascimento e Pedro Ferreira de Brito	Família Ferreira
03	Geremum	Antonio Gomes de Freitas	Família Gomes
04	Carahybeira	Ivo de Luna Chaves	Família Chaves
05	Baraúnas	Theophilo José de Melo	Família Melo
06	Salgadinho	Fortunato Reynaldo do Rego	Família Reynaldo
07	Madeiras	Manoel Cesário Lima e Vicente Cesário de Lima	Família Cesário
08	Ipoeias	José Theodoro Chaves, Francisco Chaves Ventura, Henrique Martins Chaves e Francisco Martins Chaves	Família Chaves
09	Caroá	Nominando Miguel Ferreira Firmo	Família Firmo
10	Corredor	Manoel Alves Feitosa, Francisco Alves Feitosa, Marianno Alves Feitosa e Francisco Alves Feitosa	Família Alves Feitosa

o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 11 de janeiro de 2024.

11	Sítio do Meio	João Baptista Ferreira da Costa, José Ferreira da Costa e Vicente Ferreira da Costa	Família Costa
12	Sítio do Meio	Manoel Joaquim de Mello e Firmino Joaquim de Melo	Família Mello
13	Sítio do Meio	João Januário de Souza	Família Souza
14	Sítio do Meio	José Correa de A. Queiroz	Família Correa Queiroz
15	Sítio do Meio	Nominando Miguel Ferreira Firmo	Família Firmo
16	Sítio do Meio	Vicente Ferreira Santiago e Herdeiros de José Antonio Santiago	Família Santiago
17	Gangorra	Francisco Paulo de Queiroz e João Correia de Queiroz	Família Queiroz
18	Salão	Tertuliano José Baptista	Família Baptista
19	Serra	Francisco de Mello Viana	Família Mello
20	Fazenda da Serra	Clemente Mineiro de Souza e outros	Família Mineiro
21	Roça Velha	Ulysses Bezerra Leite	Família Bezerra, descendente do ex-escravizado Avelino Bezerra Leite
22	Açude	Thomaz de Aquino Raposo	Família Raposo
23	Pindurão	Antonio Tiburcio da Costa	Família Costa

24	Aguazinha	Paulino Possidônio Correa, João Rodrigues Correa, João Correa da Silva, Manoel Correa da Silva, Rodrigo Correa de Queiroz	Família Correa Queiroz
----	-----------	---	------------------------

Fonte: Quadro elaborado por: Silva, 2021, p.83.

Neste recorte temporal, o distrito de Alagoa do Monteiro era composto por pequenas e médias propriedades rurais, o vilarejo de Camalaú possuía não mais que uma dúzia de casas, sendo as mesmas de propriedade desta elite de médios proprietários. A cultura agrícola restrita a cana-de-açúcar e algodão, a pecuária mostrava-se uma das fontes de renda mais expressivas segundo inventários. Ainda assim, a representação do distrito perante a elite política de Alagoa do Monteiro, era efêmera. Pois, a concentração deste poder e tomadas de decisões estavam nas mãos do Coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal. Fator que explica a expressividade do seu capital financeiro, o coronel através da sua rede clientelar extensa conseguia criar monopólios de poder político que se ramificam desde as relações de trabalho e exploração para com a classe trabalhadora, até as camadas hegemônicas e seus conflitos internos na disputa pelos espaços de poder.

Os grupos agrários garantiam, assim, que mesmo na fronteira aberta se- áreas agrícolas que vinham sendo incorporadas ao processo produtivo. O latifúndio se reproduziria, nas bordas, monopolizando a terra e impedindo a formação do sistema agrário, de um setor camponês, autônomo, que sangraria a mão de obra da grande propriedade concorreria com a sua produção. (Linhares; silva; 2021, p.143).

A representação deste poder em sua totalidade não se resume a questões de serviço e exploração de trabalho ou por correlações de capital cultural simbólico que implicaria no mandonismo e submissão. Todos estes confluem entre si, e correspondem à lógica da cultura dos moldes de relações da Primeira República, desde questões eleitorais e políticas, a questões culturais como religiosidade, relações e tradições familiares. Muitos historiadores pecam ao sintetizar e simplificar este momento histórico como “voto de cabresto”, pondo as relações de poder e dominação, projeções de hegemonia de classes, luta de classes, limitadas ao campo eleitoral. A figura do Coronel ou destes líderes de frações hegemônicas possuíam uma questão em comum, que via de norma era regra, e se concretizava na busca pela terra, por sua posse, pois era um dos fatores para legitimação de poder e método para ascender politicamente.

O Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal, ainda no século XIX, ampliou seu patrimônio, pois, em contrariedade com Sobrinho (1996), sua família não era de origem pobre. Narrativa, desconstruída por esta pesquisa que demonstra que o acúmulo de capital da família Bezerra da Silveira Leal, apresenta-se como crescente, desde meados de 1850. Seus pais João Monteiro e

Militana Maria da Conceição, através dos casamentos dos seus 13 filhos constituíram uma rede parentelar vasta, contendo alguns destes filhos patentes como Basílio José de Sousa que era major e Pedro Bezerra que era Coronel. Casando-se com Rosa Maria Mendes de Andrade, Cel. Pedro, constituiu patrimônio e poder ligado a terra que lhes conferiu hegemonia política e domínio territorial. Como consta no inventário de Coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal:

Tabela 5: Inventário Coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal

PEDRO BEZERRA DA SILVEIRA LEAL			
MATRÍCULA	FL.	LIVRO	PROPRIEDADES
175	16	3-D	Várzea do meio
181	20	3-D	Tamanduá
186	26	3-D	Gonçalo
187	27	3-D	Gonçalo
188	28	3-D	Lagoa da Ilha
189	29	3-D	Logradouro
288	43	3-E	Carrapateira
447	40	3-I	Garapa
172	41	3-I	Fazenda Floresta
173	42	3-I	Fazenda Amaro

Fonte: Cartório Jayme Bezerra De Menezes Da Cidade De Monteiro-PB.

O latifúndio também é negócio de família, Delfino Mendes de Andrade, casado com a filha do Cel. Pedro Bezerra da Silveira, Porcina Mendes de Andrade, tornaram-se grandes proprietários de terras e Major Delfino Mendes de Andrade um dos maiores proprietários de Alagoa do Monteiro, passou a dividir o capital simbólico e econômico com o Cel. Pedro. Delfino Mendes, era sobrinho de Rosa da Silveira Leal, a mesma que era irmã do seu pai, João Mendes de Andrade. O aspecto familiar, na concentração e manutenção da estrutura fundiária corresponde à lógica de interesses das oligarquias. Desta forma, segue o quadro demonstrativo do inventário de Delfino Mendes de Andrade:

Tabela 6: Inventário Major Delfino Mendes de Andrade

DELFINO MENDES DE ANDRADE			
MATRÍCULA	FL.	LIVRO	PROPRIEDADES
190 E 993	31 E34	3-D	Camobim
289	44	3-E	Cachoeira do Cunha
290	44	3-E	Lagoa da Ilha
299	50	3-E	Carrapateira
300/301	51/52	3-E	Cachoeira do Cunha
302	52	3-E	Tapera
303	53	3-E	Palmatória
410	111	3-E	Carrapateira
534	28	3-F	Carnaubinha
829	42	3-G	Palmatória
1940	115	3-I	Pau Darco
1941	116	3-I	São João
2103/05	142	3-I	Água Branca
2131	147	3-I	Água Branca
2693	241	3-I	Barra
2883	272	3-I	Carrapateira
3251	30	3-J	Pedra Branca
3289	35	3-J	Água Branca
3290	35	3-J	Boa Esperança

3891	18	3-L	Cangalha
4271/72	68	3-L	Carnaubinha
4273/79	68/69	3-L	Pedra Branca
4280/81	69	3-L	Carnaubinha
4362	81	3-L	Barra
4362	81	3-L	Barauna
4364	81	3-L	Tapera
4896	55	3-M	Boa Esperança
4937	62	3-M	Água Branca
5380	41	3-N	Boa Esperança
7164	29	3-Q	Barra
8192	69	3-R	Boa Esperança
8318	85	3-R	Cachoeira do Cunha
11023	07	3-V	Carrapateira
11023-A	07	3-V	Água Branca
11023-B	07	3-V	Pedra Branca
11023-C	07	3-V	Cidade
11023-D	07	3-V	Camalaú
11023-F	08	3-V	Carnaubinha
110236	08	3-V	Camalaú

Fonte: Cartório Jayme Bezerra De Menezes Da Cidade De Monteiro-PB.

As estruturas oligárquicas se uniam como forma de fazer frente aos grupos que ocupavam a hegemonia política. A família Chaves-Oliveira-Cardoso, ocupam espaço nestas lutas intra-classes no início do século XX, após investidas com o grupo de Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz, adquirem maior prestígio político e econômico.

Major Ivo de Luna Chaves, primo e cunhado de Francisco Chaves Ventura, dono das fazendas Madeiras e Caraibeiras, foi vereador pelo município de Sumé, eleito no ano de 1951. Morador do Distrito de Camalaú, Pedro da Costa Firmo, casado com Maria Chaves Firmo (genitores do prefeito de Camalaú José Chaves Firmo), elegeu-se vereador do município de Monteiro no ano de 1959. No mesmo município, nas eleições municipais do ano de 1963, Natanael de Castro Chaves foi eleito vereador. (Silva, 2021, p. 87)

Tabela 7: Inventário Major Ivo de Luna

PARTILHA AMIGÁVEL DO ESPÓLIO DE IVO DE LUNA CHAVES
Propriedade Fazenda Craibeiras com benfeitorias (com várzeas de algodão) - Camalaú - PB
Propriedade Poço Redondo – Monteiro PB
Propriedade Cachoeiras medicações Camalaú/Congo – PB
Propriedade Madeira – Camalaú – PB
Propriedade Fazenda Ipueiras –Camalaú- PB
Terreno de 13m na entrada de Santa Cruz – PE
Duas casas em Caruaru – PB
Um terreno com chalé em Caruaru – PB
Propriedade sítio Salgadinho – Camalaú – PB
Uma pequena propriedade no sítio Aguazinha – Camalaú – PB
Uma casa Vila de Camalaú – PB
Propriedade de Pindurão – Alagoa do Monteiro – PB (divisa com São João do Cariri – PB)
Sítio Volta - Alagoa do Monteiro – PB
Sítio Malhadinha – Monteiro – PB
Um terreno em Santa Cruz – PE
Propriedade em Jerimu – Brejo da Madre de Deus – PE

Centenas de animais entre caprinos, ovinos, bovinos e cavalos

Quantidade de dinheiro em banco

Fonte: Cartório Jayme Bezerra De Menezes Da Cidade De Monteiro-PB.

Ivo de Luna Chaves, dentre os varões da família Chaves, possuiu uma das maiores fortunas e concentração de terras e propriedades. Suas terras ocupavam extensões além do estado da Paraíba, além de fazer divisa com muitos municípios do cariri paraibano como São João do Cariri, Sumé, dentre outros. Francisco Chaves Ventura, herdeiro de um capital económico que lhe assegurou proeminência pela disputa do capital simbólico local, após o enfraquecimento político da família Bezerra, e depois dos conflitos de 1930, foi nomeado e exerceu o cargo de subdelegado do Distrito de Camalaú por um período de nove anos, de 1929 a 1938. Francisco Chaves Ventura foi casado e uniu-se em matrimônio pela primeira vez com Clemência de Oliveira, os mesmos tiveram 12 filhos. Tendo, ainda, 3 filhas fora do casamento. Após o falecimento de Clemência, ele se casou novamente com Maria Silva de Oliveira Chaves, parente próxima filha de Antônio Galdino Chaves, com quem teve mais quatro filhos. Essa família deteve considerável poder político e abrangente patrimônio na região, como evidenciado nos quadros que trazem demonstrativos dos dados coletados através de inventários.

Tabela 8: Inventário de Francisco Chaves

FRANCISCO CHAVES VENTURA			
MATRÍCULA	FL.	LIVRO	PROPRIEDADES
785	17	3G	Fazenda da Serra
887	78	3G	Ipueiras
1804	94	3I	Lamarão
1805	95	3I	Ipueiras
1809	95	3I	Cabacho
2012	127	3I	Ipueiras
2161	152	3I	Volta
2162	152	3I	Mulato

6387	06	3º	Rei naná
6776	278	19L-3P	Tich II

Fonte: Cartório Jayme Bezerra De Menezes Da Cidade De Monteiro.

Desta forma, as relações de parentesco desempenhavam um papel fundamental nesse sistema. Os membros das famílias dominantes frequentemente se casavam entre si, fortalecendo os laços familiares e consolidando o poder dentro do grupo. Essas alianças matrimoniais serviam não apenas para fortalecer o controle sobre o latifúndio, mas também para ampliar a rede de influência política e econômica das famílias. No entanto, essa estrutura de parentelas e latifúndios também contribuía para a manutenção de uma sociedade profundamente desigual, na qual poucos detinham o poder e a maioria estava subjugada a vontade da elite dominante. Essa dinâmica caracterizou grande parte da política e da economia brasileiras com forte expressividade nas regiões do Nordeste durante a Primeira República.

O ponto de partida de tal processo é a própria Constituição Federal de 1891 que, em seu artigo 64, garantia a transferência das terras públicas para o patrimônio dos estados da federação, dando-lhes a prerrogativa de legislar sobre o tema. Assim, abria ao poder local, oligárquico e coronelista a possibilidade de se legitimar suas ações de açambarcamento fundiário. Originava-se, dessa forma, mais uma corrida em direção à formação de amplos domínios fundiários no país, reafirmando-se a ordem latifundiária. (Linhares; Silva, 2021, p. 121).

4.2. As famílias e suas propriedades: moldes de produção e acumulação de capital.

Os registros mais antigos da presença dos portugueses nas terras que formam o atual município são dos anos de 1757²⁶ (terras das fazendas Ipoeiras, Carrapateira e Caiçara são citadas como localidades que ficavam próximas ao rio Paraíba) e de 1790 (onde as terras das fazendas Mocós, Carrapateira e Ipoeiras são citadas na Sesmaria de N° 943, de 14 de agosto de 1790). Depois disso, essas e outras fazendas passaram a concentrar a população no que corresponde a sua atual área rural. Camalaú contava com diversas fazendas em seu território. (Silva, 2021, p. 56).

Figura 12: Na foto, moradores (Compadres) e familiares do Major Delphino Mendes.



Fonte: Acervo da Família Mendes de Andrade

A localização geográfica do Cariri Paraibano, em específico Alagoa do Monteiro e seu Distrito Camalaú, estão situadas na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Ocidental, fazendo fronteira com o estado de Pernambuco. Região do semiárido nordestino, banhada por rios, ainda que sofram com os longos períodos de estiagem. As culturas agrícolas e agropecuárias correspondem à dinâmica de adaptação ao clima, vegetação e seus aspectos diversos. As culturas agrícolas foram fonte de renda e movimentação econômica local, entre os séculos XIX e XX, o algodão, a cultura canavieira para produção de aguardente e rapadura, foram fontes desta economia que sustentou a classe dominante.

O quadro trabalhado a seguir, demonstra a diversificação dos moldes de produto e produção, assim como sugere a análise de como estes pequenos e médios latifúndios despontavam na exploração da mão de obra em tempos históricos e momentos específicos, os quais viram nascer uma República cuja elite dominante tinha como herança, o latifúndio. Assim como a decadência de um império sustentado pela mão de obra escravizada, sua elite era sustentada pelo braço do latifúndio. A divisão dos momentos históricos compartilha, em si um poder que sustenta-se pela terra.

Tabela 9: Estruturas Produtivas Agrárias

Minifúndios e Latifúndios	Hectares declarados no censo de 1920	PROPRIETÁRIO	PRODUÇÃO
Ipueiras	828,500	Manoel Fernandes da Silva (Séc. XIX) Francisco Chaves Ventura (Séc. XX) Cláudio Roberto Chaves Ventura (Séc. XX)	Criação de bovinos Algodão Algodão Tomate
Floresta	1.722,20	Pedro Bezerra da Silveira Leal (Sécs. XIX-XX) Pedro Bezerra Filho (Séc. XX)	Criação de bovinos Algodão Rapadura e aguardente
Carrapateira	761,598	Delfino Mendes de Andrade (séc. XX)	Cana de açúcar Rapadura Algodão Criação de bovinos
Camalaú Velho	55,00	João José Cardoso (séc.XIX) Izaías José de Oliveira (séc.XX)	Rapadura e aguardente Criação de bovinos
Pindurão	1.078,06	Antonio da Costa Figueiredo (séc. XX) José Lucas da Silva (séc. XX)	Criação de bovinos Algodão
Salgadinho	439,00	João Reinaldo de Lucena (Séc. XX)	Rapadura e aguardente

			Cana de açúcar
Caiçara	609,00	Honório Quintans (Séc. XX)	Algodão
Madeira	183,60	Vicente Cesário (Séc. XX) Ivo Galdino (séc. XX)	Farinha Bovinos Algodão Caprinos
Roça Velha	1.613,60	Manoel Inácio (Séc. XX)	Farinha
Caroá	164,00	Nominando Miguel Ferreira (Sécs. XIX-XX)	Bovinos

Fonte: Tabela elaborada por Silva, 2021, p 100.

A pesquisa foi baseada em análises de inventários, os quais através das partilhas dos bens, demonstram domínios territoriais e produção ligadas de cada propriedade. No comércio destes produtos, não foram encontrados registros decorrentes apenas das produções de algodão levando em consideração, a implementação e auge da cultura do algodão nas várias regiões da Paraíba. Muitos destes proprietários, buscaram investir na respectiva produção. O século XX deu início ao período de desenvolvimento agrícola e ampliações no mercado, denominado período do “boi-algodão”, terminologia empregada para descrever a prática de combinar a pecuária com o cultivo do algodão no Nordeste. Essa estratégia era vantajosa para os grandes proprietários rurais, pois lhes permitia utilizar áreas mais secas para plantar o algodão. Após a colheita, as terras podiam ser usadas como pasto para o gado. Além disso, após a extração do óleo das sementes de algodão sobrava a “torta”, um alimento nutritivo para os bovinos. Essa combinação proporciona benefícios econômicos adicionais aos fazendeiros. Os latifundiários possuíam o controle da terra, financiavam a produção e exerciam controle sobre os trabalhadores. Devido a essas relações de produção, os pequenos produtores não tinham controle sobre sua própria produção, criando a rede de dependência e submissão.

Figura 13: Maria de Lourdes, filha do Major Ivo de Luna, colhendo algodão. Ano 1938



Fonte: Arquivo da Família Luna Chaves.

Os dados, quando examinados com os critérios mencionados, sugerem que os recenseados representam predominantemente uma fração economicamente destacada, ou seja, a elite rural.

5. AURIBUS TENEO LUPUM, O PEQUENO VILAREJO E SEU CONTEXTO POLÍTICO PÓS CONFLITO DE 1912 ATÉ 1930

Após o conflito intraoligárquico de 1912, a vida na comunidade do pequeno vilarejo de Camalaú sofreu mudanças significativas. Reestruturações no campo político redesenharam o panorama dos conflitos pré-existentes. O título deste capítulo é sugestivo, porém direcionado, pois o uso da analogia utilizada, caracterizada por um dito popular desde a Roma Antiga, se firmou no Brasil como “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”, e remete a figura hegemônica do Coronel Pedro Bezerra. As alianças formadas, os significados através das vitórias e derrotas, despontaram em três décadas composições distintas e aspirações políticas e sociais que fariam daquele vilarejo um dos distritos mais importantes de Alagoa do Monteiro. Ainda assim, este trabalho busca investigar qual contexto levou Camalaú a tornar-se um dos centros dos conflitos armados entre perrepistas e liberais, os quais, através de fontes orais, perpassam gerações. Neste período, Camalaú torna-se distrito e deixa de pertencer à freguesia de Nossa Senhora das Dores, em Monteiro, passando a integrar a freguesia de São Sebastião do Umbuzeiro. O governo do estado eleva a vila à condição de Distrito de Alagoa do Monteiro, o

Distrito ocupará um espaço com representações oligárquicas, as quais buscaram ampliar o campo na disputa de projetos de hegemonia.

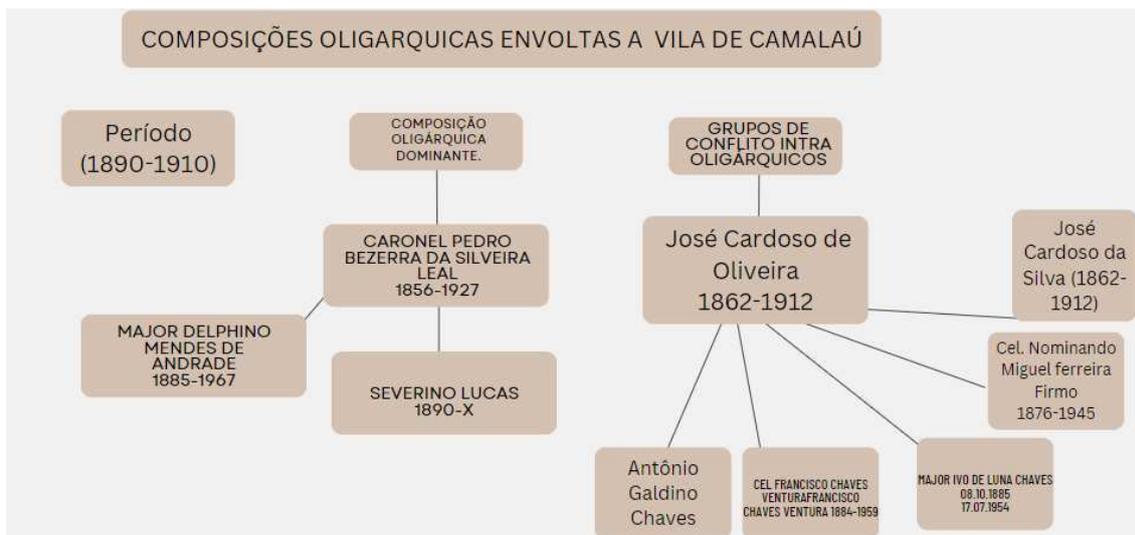
A mudança da sede de uma paróquia já havia acontecido, de Cabaceiras para Boqueirão (1864) e, depois, de São João por exemplo, do Cariri para Serra Branca (1931). Com este decreto o bispo depositou muita confiança na fé do povo de São Sebastião do Umbuzeiro. Uma divisão administrativa em O governo do estado organizou 1911 e no município de Alagoa de Monteiro foram criados três distritos: em São Tomé. São Sebastião do Umbuzeiro e Camalaú. No ano seguinte, dia 11 de abril de 1912, Dom Aducto criou a paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro, num destes distritos por achar que este lugar já tinha maturidade e viabilidade. Monteiro voltou a ser a sede da paróquia de Nossa Senhora das Dores. A nova paróquia ficou recebendo assistência do vigário de Monteiro por muitos anos. (Rietveld,2000, p. 85).

A morte de Pedro Bezerra da Silveira Leal, no desenrolar dos conflitos anteriores a 1930, abriram espaço para grupos oligárquicos disputarem o poder e acarretar no enfraquecimento do grupo Bezerra. O isolamento das elites mais ligadas a Alagoa do Monteiro, o Distrito após conflito de 1930, traz consigo uma nova ordem política, cujo esboço é composto por novas classes dominantes, as quais irão manter vínculos e laços para manutenção do Distrito enquanto outras cidades eram formadas ao seu redor. A herança do capital político e a fragmentação da parentela Bezerra da Silveira Leal, o isolamento político de Pedro Bezerra Filho e seu prestígio social. A emblemática frase perpassada pela oralidade, dita por Maria Peba, casada com Eduardo Bolé: “Sapato me prende, ‘butina’ me solta²⁵”, a menção da moradora e seguidora do grupo de Pedro Bezerra, afirma que, ao se envolver em situações conflitantes, invocava seu padrinho e herdeiro Pedro Bezerra Filho. Tal menção, desafiava o então delegado, nomeado após a revolução de 1930, o subdelegado distrital Francisco Chaves Ventura. Tal analogia, transparece os projetos de hegemonia e poder de cada grupo, o mandonismo e sua repaginação neste pós “revolução de 1930”.

5.1 “Segurar um lobo pelas orelhas”: o redesenho das relações de poder em três décadas

Figura 14: Composições das oligarquias 1890-1910

²⁵A expressão sapato me prende, “butina” me solta remonta a figura do Coronel Pedro e seu herdeiro político Pedro Bezerra: a botina e o coturno da proteção coronelística. O sapato seria a representação do subdelegado, o Coronel Francisco Chaves Ventura.



Fonte: Rietveld, 1995.

Muitas vezes, próceres republicanos assumiam claramente a perfeita continuidade conservadora e excludente entre a Monarquia e a República e, já em 1916, o republicano Epitácio Pessoa dirige-se ao governador da Paraíba para adverti-lo: “Era assim no tempo do Império; é assim no tempo da República”. (Marés, 2021, p.147).

Figura 15: Na imagem, o Coronel Pedro Bezerra e sua esposa Rosa Mendes de Andrade. O símbolo do patriarcado oligárquico



Fonte: Arquivo da família Mendes de Andrade.

A fundação do povoado em 1895 o conflito suscitou a debandada dos Alexandre Cardoso. As divergências na criação do povoado e o apoio aos Santa cruz pelos Alexandre-Cardoso-Chaves. Tal contexto social e político influenciou no conflito de 1912 e acentuaram as divergências entre os grupos. A citação de Marés (2021), exemplifica que, apesar dos fatores históricos causarem reestruturações sociais e culturais, a velha elite das oligarquias agrárias da Primeira República, traziam consigo uma identidade escravagista, elitista e controladora. No contexto da República Velha, além da centralização estratificada pelos vários setores das elites locais, a legitimação dessas forças como sendo o próprio estado, culminou na permanência destas estruturas até os dias atuais, a política na República se transformou em negócio de família, por herança de capital simbólico.

Uma terceira briga com o Coronel Pedro Bezerra, dono da fazenda floresta e prefeito de Monteiro, foi fatal. Este tinha cercado a área de uma pobre viúva e seus cinco filhos. Quando a cerca apareceu queimada a viúva levou a culpa. Ela e um filho foram presos e torturados “ela morreu vomitando sangue e o filho ficou aleijado de um braço”. José Cardoso não conseguiu justiça nem com o governo do estado. “Desprestigiado e abatido” foi morar em caruaru onde morreu no dia 03 de julho de 1912. (Rietveld e Silva, 1995, p. 228).

Apenas fontes orais, pesquisadas por Sobrinho (1996) e Rietveld e Silva (1995), tratam aspectos de registros destes conflitos, fontes documentais não foram localizadas. Desta forma, casos como o da viúva que perdeu suas terras em razão da prática comum entre os latifundiários do século XX se explica pela cultura da época. Diversas fontes orais apresentadas pelos autores mencionados, relatam como muitos dos conflitos agrários aconteciam em razão da falta de documentações precisas e geograficamente delimitadas. As elites agrárias detinham o monopólio dos aparelhos públicos de controle, como os cartórios e delegacias. Logo, os mais vulneráveis economicamente perdiam suas terras e sua razão, muitas vezes fadados à violência e punição do mandonismo do coronelismo.

O desrespeito a esses limites de terras era motivo para o desencadeamento de conflitos que perduravam por anos conforme descreveu Sebastião Moreira Duarte referindo as contendas [...] entre famílias de camponeses por questões de delimitações de áreas de terras no Sertão da Paraíba. Em relação às cercas que eram feitas propositalmente desrespeitando os legítimos limites das áreas coloca: “[...] cercas que andam [alusão a cercas que são deslocadas com o propósito de tomar áreas de terras do vizinho e que dão origem a contendas] são problemas que, dada a dureza da luta pela sobrevivência [...] chegam às vezes a dizimar famílias”. (Batista, 2023, p 127).

Após a perda de influência do Capitão José Cardoso e Tenente Isaías, o Coronel Pedro Bezerra guiou as rédeas do Distrito e de Alagoa do Monteiro em seu absoluto controle. Conquanto, ao passar dos anos após o conflito agrário de 1912, perdeu seu prestígio popular.

Suas imposições o tornará um homem mais temido que amado. Nas pesquisas dos livros de batismo da freguesia de São Sebastião do Umbuzeiro, entre 1912 a 1930, os batizados no vilarejo foram realizados na última quinzena dos meses. A pesquisa evidencia menor presença do Cel. Pedro Bezerra, nas cerimônias como padrinho; seu filho Pedro Bezerra Filho e sua mãe Rosa Mendes de Andrade aparecem com mais frequência apadrinhando os filhos dos componentes da sua rede clientelar. Em 1919, Pedro da Silva²⁶, filho do casal José Pereira da Silva e Dorothea Maria da Conceição, é apadrinhado pelo Casal Pedro Bezerra da Silveira Leal e Rosa Mendes de Andrade, o menino recebe o nome do Coronel em homenagem à figura patronal do mesmo.

O grupo parentelar composto por Francisco Chaves Ventura, Ivo Galdino de Luna Chaves, dentre outros membros, compuseram a milícia de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas. Os salvacionistas, ocupavam uma posição de liberais, cujas reivindicações era instalar uma nova ordem política e social, a qual derrubasse as velhas estruturas coronelistas. Desafiaram as estruturas de poder central locais e do governo do estado, através de ataques à fazendas e locais cuja predominância de poder hegemônico era de composição coronelística. Intentaram, através do terror, instaurar um estado de desestabilização social que colocaria fim ao mandonismo absoluto dos coronéis.

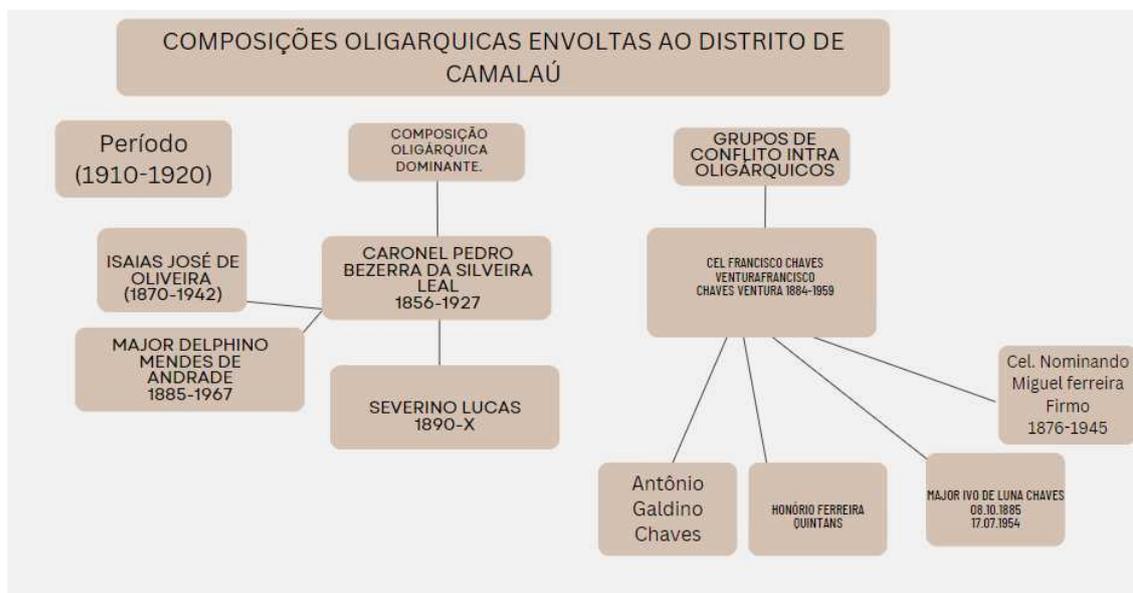
No ano seguinte, em 1912, retorna à Paraíba e, com um exército particular, composto por aproximadamente quinhentos homens, associa-se a Franklin Dantas, também fazendeiro. Em Alagoa do Monteiro e na cidade de Teixeira e, juntos, tentam desestabilizar o governo de João Machado num movimento denominado de “Revolucionários da Salvação”. Na época desse movimento armado liderado por Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, acompanhou o filho de Franklin Dantas, o então acadêmico por nome de João Dantas, que viria a assassinar João Pessoa no Recife em 1930. O movimento Salvacionista advém do posicionamento de oficiais do exército em 1911, que contrários a influência das oligarquias agrárias na política nacional almejavam desestruturar essas oligarquias. (Batista, 2023, p. 99).

No distrito de Camalaú, após a morte do Coronel Pedro em 1927, sua composição oligárquica se deflagra, seu primogênito Pedro Bezerra Filho assume o poder, reiterando apoio ao Coronel José Pereira, de Princesa, o qual nas campanhas antecedentes a 1930, enviará jagunços para punir os salvacionistas e propensos liberais do Distrito. A morte do Coronel Pedro, evidenciou que a memória coronelística é essência dos projetos de hegemonia classistas da Primeira República, o saudosismo e a deferência, são laços efetivos entre as redes clientelares.

²⁶ Livro 02, batizados, Freguesia São Sebastião do Umbuzeiro. Não autorizado a divulgar página.

5.2- 1920-1930: os Chaves-Ventura os Bezerra e a deflagração Perrepista x Liberal a nível regional

Figura 16: Composições oligárquicas 19/10/1929



Fonte: RIETVELD, 1995.

O coronelismo e suas atividades políticas possuíam projetos de hegemonia, mesmo que distintos. Ainda que divergentes nos campos políticos, as elites oligárquicas possuíam projetos de poder e dominação, a manutenção da própria estrutura elitista de hegemonia afastava qualquer carácter progressista. Fazendo com que, estes líderes das décadas iniciais do século XX, tivessem sua estrutura de poder apoiada na manipulação das camadas sociais mais baixas, os subalternos.

Pedro Bezerra da Silveira Leal, representava no Cariri a presença daquilo que o coronelismo se materializa como seu maior apoiador, José Pereira, de Princesa Isabel, na Paraíba. Coronel Zé Pereira, era força aspirante às velhas oligarquias da Paraíba, a rede clientelar de coronéis formada pelo mesmo 20 anos antes do conflito, representava uma força aspirante que era vista com cautela por seus opositores. Os requintes de crueldade aplicados como punições àqueles que desafiavam as estruturas de poder de componentes da sua rede, geram receio.

Em Camalaú, após os conflitos de 1912 entre o grupo de Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz, a perseguição aos grupos oligárquicos menores, causou sucessivas demonstrações de forças, as quais obrigaram muitos destes chefes a partir para outros lugares. O coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal passou a não aceitar mais desafios. Segundo Reitveld (2002), em menos de duas décadas suas ações de retaliação fizeram com que duas representações oligárquicas se retirassem, a de José Cardoso e Tenente Isaias:

Depois da saída de Capitão Zeca, Tenente Isaías se sentiu responsável pelo povoado. Para mostrar seu poder mandou derrubar na feira uma latada, que protegia os feirantes contra o sol. Isso desagradou os trabalhadores da fazenda floresta de Coronel Pedro, que costumavam frequentar a feira. Este não aceitou o desaforo e sendo mais forte obrigou Isaías a levantar a latada novamente. Tenente Isaías foi sem dúvida o mais fraco no jogo pelo poder. (Rierveld e Silva, 1995, p.228).

Os grupos alinhados familiarmente e politicamente aos Alexandre-Cardoso assumiram a posição dos conflitos intraoligárquicos contra o grupo hegemônico dos Bezerra. O coronel Pedro Bezerra, contava com o apoio de uma extensa rede de apoio dos coronéis que compunham o bloco de José Pereira, assim como da sua vasta composição de parentelas; de um lado, o Prefeito Major Nilo Feitosa, apoiado pelo mesmo e tio da sua nora Inácia Feitosa; sua própria influência na Assembleia Legislativa, que lhes dava seguridade política, e seus genros, que eram donos de muitas propriedades e dispunham de milícias armadas, Major Delphino Mendes de Andrade, Severino Lucas.

Tendo fracassado, politicamente, a família Santa Cruz, em Alagoa do Monteiro, consolidou-se, dessa maneira, o domínio 140 LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. p.89. 102 político da família Feitosa. Essa família demonstra a expressão do domínio oligárquico na região. O coronel Nilo Feitosa foi prefeito de Monteiro por diversos mandatos, suplente de juiz de direito, de delegado de polícia e adjunto de promotor público. Seu filho foi deputado estadual durante cinco legislaturas consecutivas e um de seus netos também foi deputado durante quatro mandatos consecutivos. (Batista, 2023, p. 101)

A família Chaves, Oliveira Ventura, manteve seu apoio ao grupo de Augusto Santa Cruz, que mesmo foragido após o conflito de 1912, manteve sua rede de oligarquias, as quais na deflagração dos movimentos antecedentes aos conflitos de 1930, tomariam uma posição de apoio a Aliança Liberal²⁷, a qual tendo apoio de João Pessoa²⁸, como líder, sofreu perseguições e violentas retaliações. A família Chaves, herda este conflito nascido no século XIX entre a família Oliveira, Alexandre Cardoso e os Bezerra.

²⁷A Aliança Liberal foi uma coalizão política formada em 1930 por setores da oposição ao governo federal do presidente Washington Luís. Seus líderes mais proeminentes foram Getúlio Vargas e João Pessoa, representantes de estados importantes, como Rio Grande do Sul e Paraíba, respectivamente. A Aliança Liberal tinha como principal objetivo romper com a política do café com leite, que alternava a presidência entre São Paulo e Minas Gerais, e promover reformas políticas e econômicas no país. Sua candidatura à presidência da República foi derrotada nas eleições de 1930, o que levou à eclosão da Revolução de 1930, com Getúlio Vargas assumindo o poder após a deposição de Washington Luís. Esse movimento marcou o fim da República Velha e o início de uma nova ordem na política brasileira. (Lewin, 1993, p 359)

²⁸ Em 1930, a morte de João Pessoa, líder político da Paraíba, desencadeou uma comoção que fortaleceu o movimento de oposição ao governo federal de Washington Luís. Seu assassinato, ocorrido em meio a disputas políticas locais, provocou indignação e mobilizou apoio à Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas. A Paraíba desempenhou um papel coadjuvante nesse contexto, impulsionando a mudança política no Brasil. (Lewin, 1993, p 359).

Figura 17: Francisco Chaves, a ascensão da família Chaves-Oliveira



Fonte: Acervo Família Chaves Ventura

Francisco Chaves Ventura, após ascensão de João Pessoa em 1928, passou a ser considerado correspondente do Distrito de Camalaú. Sua posição lhe deu autoridade para exercer a função coercitiva do estado. Sendo assim, sua figura ficou marcada pelo pragmatismo político e policial, o que lhe permitia manter milícias privadas e exercer controle sobre a segurança local. Além disso, controlava o acesso à terra e recursos, o que conferia grande influência sobre os trabalhadores rurais e agricultores.

5.3. A revolução de 1930: o redesenho após a Morte do Cel. Pedro: os grupos dos perrepistas e liberais

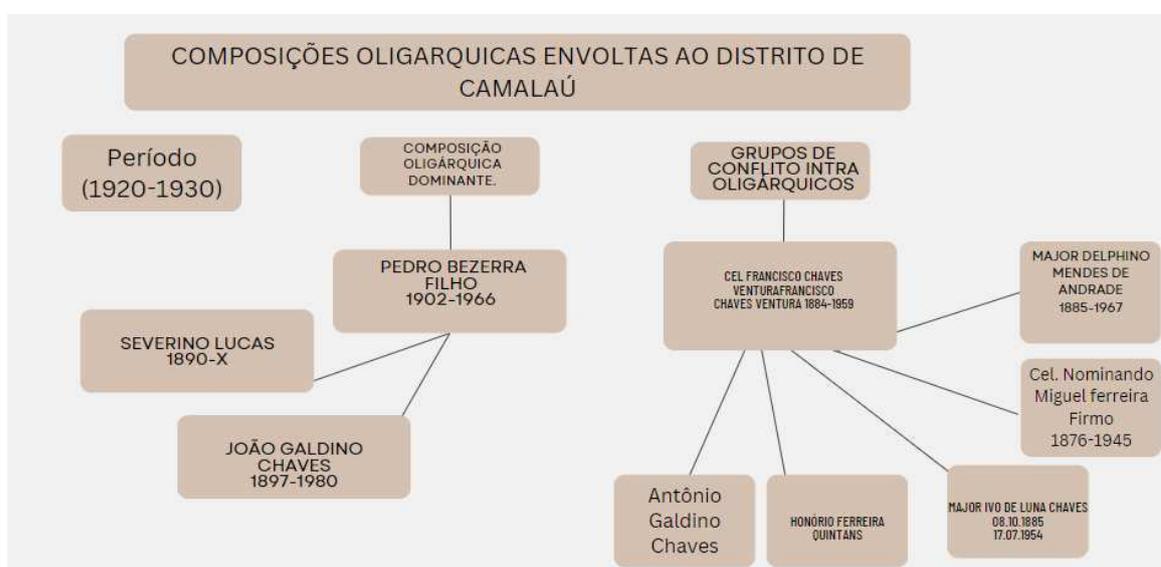
Figura 18: Mausoléu do Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal, Camalaú-PB



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Com a morte do Coronel Pedro Bezerra, dois anos antes da “revolução de 1930”²⁹, o rompimento do seu genro, Major Delphino Mendes de Andrade com o herdeiro do capital político do Coronel Pedro, redefiniu o cenário de apoios a nível do Distrito de Camalaú. Deve-se observar que os conflitos internos entre diferentes grupos compõem essas estruturas de poder. Esses conflitos podem surgir por uma distintas e variadas razões, tais como: disputas de poder, divergências ideológicas, interesses econômicos ou rivalidades pessoais. As elites dominantes do Distrito de Camalaú, se organizaram da seguinte forma:

Figura 19: Composições dos grupos oligárquicos 1920-1930



Fonte: Reitveld, 1995, p70.

Neste Período, as oligarquias atravessam desgastes políticos e nas suas próprias estruturas de disputas pelo poder causavam desavenças e divisões. Com a morte dos patriarcas do século XIX, a liderança foi alvo de disputas, a posição patriarcal questionada dos herdeiros políticos, conflitos em razão das divisões de heranças refletiram nesta estrutura. Pedro Bezerra Filho, contou com o apoio irrestrito do seu cunhado, Severino Lucas, que se manteve até mesmo

²⁹ A Revolução de 1930 na Paraíba foi um dos episódios importantes desse movimento nacional. Na Paraíba, o governo estadual estava nas mãos de João Pessoa, que era aliado de Getúlio Vargas, mas também representava uma facção política local insatisfeita com o governo federal da época. João Pessoa foi assassinado em julho de 1930, o que gerou grande comoção e revoltou seus seguidores. Esse evento desencadeou uma série de protestos e conflitos armados no estado. Grupos políticos e militares ligados a João Pessoa se uniram à causa da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas, contribuindo para a deposição do presidente Washington Luís e a ascensão de Vargas ao poder. (Aires, 2013, p 43).

após a derrota dos perrepistas. Entretanto, vinganças e punições compuseram este cenário político de conflitos intraoligárquicos.

No estado da Paraíba os dois grupos beligerantes tinham como chefes representantes João Pessoa, cujo partido era chamado “Liberais” e que usou a bandeira vermelha, e o famoso Zé Pereira de Princesa Isabel, cujo partido usava a cor verde e que se chamou “Perrepistas”. A nossa região não escapou desta revolução porque muitos apoia que usou a bandeira vermelha, e o famoso Zé Pereira de Princesa Isabel, cujo partido usava a cor verde e que se chamou “Perrepistas”. (Rietveld; Silva, 1995, p. 71).

Após a morte do Coronel Pedro Bezerra Filho, retirou a centralidade da fazenda Amaro mais próxima da Alagoa do Monteiro, transferindo-a para a Fazenda Floresta, próxima ao Distrito de Camalaú. Suas atividades produtivas e políticas passaram a ser desenvolvidas no Distrito, que era residência oficial da sua mãe, a matriarca Rosa Mendes de Andrade. O herdeiro do capital político do coronel, logo conseguiu cativar o apreço dos camponeses, sempre disputando a hegemonia política com Francisco Chaves Ventura. No dia 16 de julho de 1930, o Distrito de Camalaú seria frente da luta armada, dos movimentos que lutavam por projetos de dominação, o Cel. José Pereira, ordena ataques e massacres aos opositores e traidores em lugares escolhidos.

O coronel José Pereira, de Princesa, tinha ordenado a um grupo de cangaceiros, comandado pelo Sr. Bemzinho Vidal, que implantasse o terror, com o derramamento de sangue no Estado. O grupo deslocou-se de Princesa, saqueando, matando e roubando. Fomos informados de tudo aquilo que estava acontecendo, Esta trama tinha uma finalidade única: implantar no Estado a desordem e a anarquia, a fim de que o Presidente Washington Luiz tivesse motivo para decretar a intervenção federal no nosso Estado. (Santos, 1979, p. 10)

O Cariri, mais especificamente, cidades como Sumé e Distrito de Camalaú, foram escolhidos como alvos dos ataques que correspondem a lógica de vingança do Cel. Zé Pereira e seus asseclas. O número de 82 componentes da milícia armada, desafiaram o poder do estado da Paraíba, afrontando João Pessoa e seu grupo político. A representação deste movimento na Paraíba, em específico, os perrepistas traziam consigo a essência das estruturas oligárquicas que sentiam-se ultrajadas pelas posições políticas e mudanças provindas do governo João Pessoa. Tal elite conservadora, já havia sido oposição à família Pessoa nas disputas eleitorais dos anos 1920. Como afirmam Rietveld e Silva (1995, p. 72): “Sumé foi assaltado por 82 Perrepistas no fim de junho de 1930. A população entrou em pânico sabendo que ia ser castigada por causa da sua infidelidade a Zé Pereira”.

A retaliação foi organizada entre os coronéis perrepistas, as fazendas alvos da destruição destes, indicados pelo Coronel José Pereira. De acordo com postulações, Rietveld (1995),

amparado em fontes orais, traz o aspecto de autorização de Pedro Bezerra para destruição das fazendas Caiçara, Ipueiras e Carrapateira. De acordo com o autor:

[...] este grupo que seguiu o caminho para Camalaú para atacar os adversários. No dia 20 de julho de 1930, num domingo e dia de feira, um grupo de Perrepistas entrou em Camalaú Novo. Nas terras do atual município de Camalaú, eles já tinham queimado a fazenda do Sr. Honório Quintans e também do armazém de algodão do Sr. Delfino no sítio Carrapateira. O Sr. Chico Chaves, um liberal assumido também, escapou ao pedido do Sr. Pedro Bezerra Filho e do Sr. João Galdino Chaves, que apoiaram o lado dos perrepistas. Quando um grupo dos Perrepistas estava na fazenda Carrapateira, o outro grupo entrou na rua de Camalaú Logo chegaram os policiais com 46 soldados. Entraram em Camalaú por trás da igreja onde existiam naquela época grandes pedras e depois avançaram, lutando casa por casa. (Rietveld; Silva, 1995, p.72)

A vingança de Pedro Bezerra contra Major Delphino, explica-se através do referente ataque. Perante o Pedido de João Galdino Chaves, a fazenda Ipueiras foi poupada da destruição, enquanto a fazenda Carrapateira, foi incendiada, galpões de algodão perdidos pelo incêndio, dentre outras questões. O preço pela “traição” foi posto e cobrado com amedrontamento.

Chegamos à Fazenda Caiçara uma hora depois que os bandidos haviam se retirado. Levaram daquele cidadão a quantia de dois contos de réis e queimaram quarenta fardos de algodão amarrados com cordas, que ainda estavam explodindo e cujas labaredas subiam a dez metros de altura. Eram exatamente seis horas da tarde. O nosso comandante sargento Napoleão por precaução, e para segurança nossa, resolveu pernoitar na fazenda Caiçara. (Santos, 1979, p. 10)

O conflito seguiu até a sede do Distrito, o qual possuía apenas uma rua, e nesta deflagrou-se um conflito que, segundo Santos (1979), teve duração de 2 horas entre mortos e feridos. O autor mencionado, era soldado do governo do estado, o qual esteve na campanha contra as milícias do Cel. Zé Pereira. Napoleão Ferreira Gomes, a pedido de José Américo de Almeida, comandou 33 homens nesta campanha, lutou contra as forças perrepistas defendendo o projeto de hegemonia das oligarquias, em especial os Pessoa.

Queríamos romper o tiroteio antes dos bandidos. Era um domingo, 20 de julho de 1930, justamente o dia da feira do povoado, quando uma velhinha sentiu a nossa aproximação e deu um grande alarme, dizendo que era a polícia, pois ela nos identificou pelo lenço vermelho que usávamos, justamente o símbolo da Aliança Liberal. (Santos, 1979, p. 11)

A campanha dos perrepistas, e toda ação repressiva do Estado da Paraíba na representação de João Pessoa, não buscavam efetivar projetos de bem comum, tão pouco restabelecer a paz e harmonia, ambos lutavam por sobreposições classistas hegemônicas, cujo resultado seria a prevalência de um grupo sobre outro. Francisco Chaves Ventura, já era subdelegado, entretanto, não foram encontrados registros da sua participação ou reação à campanha perrepista em Camalaú. Aos derrotados apenas o orgulho lhes restará, como posto por Rietveld e Silva (1985, p. 72):

Diante dos soldados, os perrepistas fugiram para a fazenda Carrapateira e de lá voltaram para Princesa. Na rua, o povo celebrava a vitória, todos se vestindo de vermelho e colocando bandeiras vermelhas nas suas casas. Só o Sr. Severino Lucas (Dino Lucas) se negou. Quando os soldados quiseram obrigá-lo a colocar a bandeira vermelha na sua casa, ele os desafiou e fez tanto medo que eles desistiram. Como tenente aposentado de Jatauba, ele tinha a fama de ser muito corajoso. Mostrou aos soldados uma ferida na sua perna e disse: “A única coisa vermelha que tenho no meu corpo é esta ferida. Ninguém pode me obrigar a usar vermelho”.

Figura 20: Pedro Bezerra Filho, herdeiro do capital político do Coronel Pedro seu pai. Liderou disputas políticas no distrito, após a morte do seu pai; Na foto ao seu lado esquerdo sua esposa Inácia Feitosa Bezerra, seus netos e parentes.



Fonte: Acervo da família Bezerra.

A retração e isolamento político de Pedro Bezerra Filho, posterior a derrota perrepista, a qual lhe proporcionou ampliar seu capital econômico, fora do núcleo político administrativo, durante uma década se dedicou à agropecuária. Tornando-se um dos maiores agropecuaristas do Cariri, Maria de Jesus Leite, Tabeliã do Cartório de Camalaú desde a década de 90, relata “as boiadas de seu Pedrinho, quando cruzavam a cidade, disputavam pela manhã e apenas à

tardinha a última reis cruzava a zona urbana”.³⁰ A projeção econômica, fez com que, no ano de 1956, retornasse ao cenário político, ocupando uma cadeira no poder legislativo, e por conseguinte sendo eleito como prefeito de Monteiro em 1961/1964. Indicando, no período de Ditadura Militar, seu filho Pedro Feitosa Bezerra, como interventor do recém-criado município de Camalaú em 1964.

5.4 As eleições no povoado de Camalaú e seus primeiros registros: o voto como fator secundário das relações

De fato, Nunes Leal não demonstra de forma alguma que durante a Primeira República a maioria dos eleitores rurais eram dependentes no sentido de terem seu direito de votar totalmente confiscado por um dado coronel. O que faz é combinar a afirmação de que trabalhadores, posseiros, meeiros e pequenos proprietários eram dependentes com uma análise global de lados tomados do censo de 1940, concluindo daí que aproximadamente noventa por cento da população rural ativa poderiam ser classificados nesses grupos. No entanto, é evidente que, não importa quão pobres, miseráveis e ignorantes os pequenos proprietários possam ter sido, ou quão precária a Posição que tenham tido, não segue que fossem dependentes sentido que acarretasse completa perda de controle sobre seus votos. Mesmo não sendo independentes, pelo menos não se achavam presos a um único dono de terra. Poderiam, então, ser considerados livres pelo menos para escolher de quem seriam dependentes e, conseqüentemente, para dirigir sua lealdade a outro proprietário, caso o desejassem. (Cammack, 1979, p. 5).

A relação entre política, poder e terras está entrelaçada quando trata-se da Primeira República. Ainda assim, autores como Nunes Leal classificam a relação entre Coronelismo e classe subalterna, frisando apenas no fator eleitoreiro. Contudo, o fator estrutural deve ser analisado, o contexto das relações neste período ultrapassa a necessidade de votar. A superestrutura deve ser analisada a partir das classes, através desta subdivisão cada agente histórico se apresenta em seu momento histórico com a relevância que as condições e fatores estruturais lhes favorecem ou desfavorecem. Para isto, é válido analisar o censo de 1920, o qual trará a relação de todos os proprietários da região que formava o Distrito de Camalaú.³¹ A tabela encontra-se no apêndice do texto.

Em suma, a maioria destes proprietários compunham redes clientelares através de parentelas ou de compadrios. Destaca-se, neste período, como consta registro das Atas Eleitorais dos anos 1919 a 1927, a presença destes eleitores cujas características principais são estabelecidas durante a Primeira República no Brasil (1889-1930), o direito de voto era restrito a uma minoria da população. A Constituição de 1891 estabeleceu critérios para o sufrágio

³⁰ Fonte oral, transcrita. Entrevista realizada no dia 10 de fevereiro de 2024.

³¹ Censo Agropecuário, 1920; Quadro elaborado por Silva, 2021.p.80.

masculino, limitando-o a homens alfabetizados e maiores de 21 anos. Isso excluía a grande maioria da população, especialmente mulheres, analfabetos, a população negra e pobre. Portanto, durante a Primeira República, o direito de voto estava restrito principalmente aos homens alfabetizados, excluindo grande parte da população brasileira da participação política efetiva. Isso contribuiu para a concentração de poder nas mãos das elites políticas e econômicas deste período. A presidência do conselho Municipal eleitoral de Alagoa do Monteiro no Distrito de Camalaú, nos anos de 1919 a 1927, repercutiu que este domínio político produz efeitos políticos importantes. A interferência para controle das eleições demonstra que este projeto de hegemonia incorpora um caráter institucionalizado.

Tabela 10: Presidentes do Conselho Municipal Eleitoral

1919 - Cel. Pedro Bezerra da Silvera Leal
1920 - Cel. Pedro Bezerra da Silvera Leal
1921 - Cel. Pedro Bezerra da Silvera Leal
1922 - Cel. Pedro Bezerra da Silvera Leal
1923 - Cel. Pedro Bezerra da Silvera Leal
1924 - Cel. Pedro Bezerra da Silvera Leal
1925 - Cel. Pedro Bezerra da Silvera Leal
1926 - Major Delfino Mendes de Andrade
1927 - Antônio Galdino Chaves

Fonte: Cartório de Registro Civil de Camalaú. Atas eleitorais.

O monopólio de controle dos aparelhos estatais eleitorais, ficava à mercê da força hegemônica que estivesse no poder. Pedro Bezerra da Silveira Leal, mesmo sendo candidato a Deputado Estadual, era responsável pela fiscalização do processo eleitoral. Desta forma, a composição deste conselho estava submetida a intervenção direta do Coronel.

A questão da fraude tem também sérias implicações para o suposto compromisso. Caso ela tenha sido tão difundida e decisiva como pretende Nunes Leal, a dependência socioeconômica do eleitorado rural, mesmo se comprovada, deixa de ter qualquer significado, pelo menos durante a Primeira República. Cada coronel poderia apresentar um bloco de eleitores no momento da votação, mas não teria nenhuma garantia de que os votos seriam recebidos ou computados, ou, em caso afirmativo, de que influiriam de fato no resultado final. A fim de comprovar, pelo menos, aquele "Certo grau de fraqueza" que leva o governo estadual a se acomodar os coronéis seria

necessário demonstrar que a fraude, tal como ocorria, era controlada por eles e não pelo próprio governo estadual. (Cammack, 1979, p.7).

Tabela 11: As Legislaturas do Coronel Pedro na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

Pedro Bezerra da Silveira Leal	Legislatura 1908-1911 Nº (12.236)
Pedro Bezerra da Silveira Leal	Legislatura 1911-1915 Nº Votos 12.549
Pedro Bezerra da Silveira Leal	Legislatura 1916-1919 Nº Votos 12.923

Fonte: Mariz, 1987, p. 71-72.

A população de Alagoa do Monteiro, contando com seus distritos, somava 25.142³² de habitantes. O número de votantes no Distrito de Camalaú corresponde a seguinte relação, entre os homens alfabetizados que estavam aptos a votar, segundo o termo de apuração do Livro de Registros de atas eleitorais:

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e dezenove no officio designado para nele funcionar a mesa eleitoral desta unica ceçaõ de Camalaú do termo e municipio de alagoa do monteiro do Estado da Parahyba do Norte, pelas nove horas da manhã reuniram-se os membros da zona eleitoral, da eleição anterior por dias ter cido constituída a mesa nos termos da lei (509) de 7 de novembro de do corrente ano. Coronel pedro bezerra da silveira Leal. João batista de Alcantara e josé ferreira da costa, indicados em officio diferente do Doutor juiz de Direito da comarca de acordo com a lei assim o eleitos escolhidos conforme, comunicação feita pelo memso juiz de direito, assumindo a presidencia o mesario Pedro Bezerra da silveira leal, presente eu Joaquim José da Silva, officio do registro civil e escrivão de paz, designado na forma da lei para servir de secretário desta secção todos ocuparam os lugares que lhes competiam na mesa, em seguida foi pelo secretário feito a apresentação de dois livros remetidos pelo juiz de direito da comarca para que em uma delas serem lançada a ata da eleição estadual.³³

Tabela 12: Número de eleitores Distrito de Camalaú

Eleição de 1919, Distrito de Camalaú - Alagoa do Monteiro
136 compareceram

³²Censo Agropecuário, 1920; SNCR, 2019. Censo de 1920, Alagoa do Monteiro.

³³ Ata 1919.P3.Cartório de Registro Civil e Notas Maria de Jesus Leite da Silva. Camalaú-PB.

47 não compareceram
Aptos a votar: 183

Fonte: Cartório de Registro Civil e Notas Maria de Jesus Leite da Silva. Camalaú-PB.

A figura que concentrava o poder do estado mantinha as estruturas do seu funcionamento submetidas ao comando hegemônico, a formação da presidência da seção eleitoral ficava em cargo do Juiz de Direito da comarca, o qual, através de convalidação, nomeava quem o Coronel determinasse. Conquanto, levando em consideração a relação de votantes do Distrito, comparado ao quadro eleitoral das legislaturas do Cel. Pedro Bezerra da Silveira Leal, o número de votantes é efêmero. Na legislatura de 1916, Pedro Bezerra da Silveira Leal, obteve 12.923 votos, em 1919 o Distrito possuía 183 aptos a votarem. A maioria da população era analfabeta, pobre e sem instrução. Os pequenos proprietários de terra, em suma, eram letrados, na relação do quadro 15, todos os proprietários constavam como eleitores.

Ao afirmar, no entanto, que, como regra geral, os coronéis de cada município se dividiam em duas facções adversárias, Nunes Leal solapa totalmente a base do compromisso tal como o concebe, já que, ao se dividirem, o "poder privado" dos coronéis se desvanece: Os votos controlados por cada indivíduo se tornam irrelevantes, pois tendem a anular-se mutuamente, e o "poder público" torna-se capaz de buscar aliança não com o representante dos donos de terra que detêm, como um grupo unido, certa soma de poder privado mas com o líder de uma das facções, idênticas do ponto de vista sócio econômico. Como o próprio Nunes Leal insiste em afirmar que "a situação de opositorista, no âmbito municipal, é tão desconfortável que a regra é ficar na oposição somente quem não pode ficar com o governo", e que "o maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário", é evidente que, em sua própria argumentação o governo estadual dita as regras do mercado a tal ponto que é ilógico supor que tenha qualquer necessidade de oferecer aos donos de terra a autonomia local a fim de conseguir a maioria requerida para manter-se poder. (Cammack, 1979, p. 9).

Os coronéis hipotecam apoio uns aos outros, de acordo com seus interesses e propósitos de hegemonia, as eleições as quais Cel. Pedro Bezerra logrou êxito refletia os frutos destas alianças pré-estabelecidas que eram frações destes poderes conjuntos efetivados nas eleições. A rede clientelar do Cel. Pedro Bezerra contava com o apoio do Coronel José Pereira, de Princesa Isabel, entre outros, que juntavam-se para que a soma consagrasse sua eleição. As relações políticas através do "voto de cabresto"³⁴, o qual era consequência das relações de

³⁴O "voto de cabresto" é uma expressão usada para descrever a prática em que eleitores são controlados por políticos ou líderes locais. Nesse sistema, os votos são "amarrados" como se fossem um cabresto em animais, ou seja, os eleitores são influenciados ou coagidos a votar em candidatos específicos em troca de favores, benefícios

dependência que o mandonismo submetia as classes subalternas, como meeiros, foreiros, moradores. Nunes Leal, concentra sua análise em aspectos de relações “feudais”, cuja aspiração implica no descarte desta tese, pois as relações de trabalho, social e política correspondiam à lógica capitalista de exploração. Como postulado por Cammack (1979, p.15): “Um exame mais detido revela a necessidade de se tratar separadamente cada um desses diferentes fenômenos, a despeito da possibilidade de que compartilhem algumas características comuns”.

ou por meio de pressão social. Essa prática compromete a liberdade de escolha dos eleitores e pode ser considerada uma forma de manipulação política. (Janotti, 1981, p 28).

6. CONCLUSÃO

Pesquisas sobre estruturas de poder e dominação na Primeira República versaram, desde os anos de 1940 até os dias atuais, sobre as mais diversas perspectivas teóricas e metodológicas. A historiografia oficial, positivada, recria aspectos fictícios ou heroicos para legitimar no tempo e espaço a autoafirmação classista da sua época. Autores como Victor Nunes Leal (1949), em sua obra “*Coronelismo, enxada e voto*”, é posta como grande referência no campo da história e da ciência políticas que buscam compreender os fenômenos, relações e agentes históricos deste período pós proclamação da República, em 1889. Desta forma, o presente trabalho apresenta os aspectos destas estruturas dominantes, as quais herdaram como fator condicional de relações o poderio da terra, e o latifúndio é apresentado como fator determinante para as relações.

Diante do exposto, as relações são estabelecidas por força e consenso, as oligarquias tiveram grande protagonismo na História, pois a estrutura ampla de sustentação para consolidação do projeto hegemônico, através da superestrutura, a qual desconstrói teses que simplificam o contexto histórico, suas relações e singularizam o aspecto central da luta de classes. Este trabalho teve como finalidade demonstrar as estruturas de classe que, em maior ou menor relevância, nas diversas composições oligárquicas a nível estadual ou local, despontavam disputas internas pelo controle não apenas do aparelho do Estado, mas sim o controle das forças destas superestruturas, seus aparelhos de hegemonia privados, como forma de manutenção no poder.

A definição dos fatos históricos deste período explica-se pela luta de classes; nenhum poder é estático ou participa do contexto político histórico sem pretensões e os fatores são reflexos do produto das relações produzidas. Os conflitos interclasses e intraoligárquicos representam a disputa de projetos de poder e dominação, os quais tentam assegurar seu patrimônio e capitais, seja material ou cultural. É subjetivo e anacrônico afirmar que as forças e conflitos da Primeira República explicam-se por mera questão eleitoral. Em síntese, as fontes abordadas demonstram que a disputa se baseava na manutenção da estrutura do latifúndio da classe dominante, assim como pelo monopólio das ferramentas de controle. O Distrito de Camalaú possuía uma representação efêmera de 183 votantes, na eleição de 1916, na qual o chefe político local era o Coronel Pedro Bezerra Filho que, por sua vez, elegeu-se deputado com 12.923 votos. A votação no Distrito de Camalaú correspondia a 1,41% em relação à primeira votação do Cel. Pedro para a Assembleia Legislativa. O coronel através das forças de consenso, que representavam alianças com outros coronéis e figuras políticas, as quais

representavam este capital simbólico de poder político, antes disso os fatores econômicos eram alicerces para uma alta composição estrutural de uma formação clientelar com significativo poder de milícias armadas e extratos das classes dominantes submetidos ao mandonismo local.

Nesse sentido, a exploração das classes subalternas, os meios de produção fundados no latifúndio agroexportador, sua função agropastoril interligados a formação de trabalhos precários que lhes rendia como produto da força de trabalho o mínimo para viver. Estabelecem as relações centrais o poder e monopólio da terra, tais como o roubo de terras, a perseguição e a violência para com as classes subalternas enraizadas neste período histórico, as quais refletiram uma estrutura estatal jurídico burguesa, cuja defesa mantém-se ao lado dos mais favorecidos, protegendo e blindando suas estruturas de influência e poder.

O coronelismo, mandonismo e patriarcado estabelecem o jogo das relações e formações familiares. As mulheres nesta época possuíam uma função monumental de matriarcas e tinham que preparar suas filhas para bons casamentos e influenciar na vida religiosa da comunidade na qual estava inserida. O aparelho de hegemonia privada da Igreja não ocupa mera função religiosa, pois os filhos destas próprias elites compunham as estruturas eclesiásticas

Por fim, as forças de sustentação e apoio se consolidaram por interesses inerentes a cada classe. Pois como posto, nada é inerte e para toda ação há uma reação. Em síntese, as relações de compadrio e casamento representam, neste contexto, a materialização da correlação de forças. Coronel Bezerra conseguiu manter-se no poder e deter grande capital cultural, pois possuía uma rede clientelar vasta e capaz de produzir feitos os quais imperava a lei do mais forte. A opressão sofrida contra os extratos sociais que iam contrários ao seu poder hegemônico estava fadado a tamanha reprimenda que, muitas vezes, lhe tirava, além das poucas posses, a própria vida.

Os antagonismos das estruturas fundiárias em Camalaú cresceram envoltos na construção do vilarejo. A força de poder hegemônico que era o Coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal não desejava que ali fosse edificada uma comunidade. Este trabalho não conseguiu trazer fontes documentais que expressassem fortemente esta oposição por parte da oligarquia Bezerra. Conquanto, através da história local, que possui em sua base a história oral, remonta que o Cel. Pedro Bezerra nunca se colocou satisfeito com a construção da vila. Logo se pressupõe que uma vila instituída através do Coronel, mas por outra representação oligárquica que neste sentido é José Cardoso de Oliveira, cuja audácia desafiou o controle do mandatário local. O poder de mando do Cel. Pedro conflui com a expulsão da família Cardoso-Alexandre. Após ameaças e tentativas de assassinato, o consagrado como “pai fundador” mudou-se para Caruaru, ainda no início do século XX. A fundação da vila em 1895 foi tão significativa que a

mesma elite oligárquica que fundou a vila preconizou sua emancipação em 1962. Reginaldo de Oliveira Chaves, sobrinho neto de José Cardoso, no mandato de Pedro Bezerra Filho, então prefeito de Monteiro, desafiou o poder de mando e hegemonia da família Bezerra, emancipando o município em 1962, no dia 19 de março, tendo como primeiro prefeito eleito Reginaldo de Oliveira Chaves.

As disputas nestes três séculos foram aspectos de análise central desta pesquisa, desde a fundação até as campanhas salvacionistas de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, as quais oligarquias Chaves-Oliveira-Ventura do Distrito de Camalaú compuseram. Estas duas oligarquias confrontaram o Cel. Pedro Bezerra no conflito armado de 1912, o qual reconfigurou as estruturas de poder. Os acontecimentos da revolução de 1930 transformou o Distrito em palco central de uma das lutas armadas. Entre as oligarquias, exemplifica-se a tese central deste projeto que discorre sobre as relações de forças e consensos. Por fim, as estruturas fundiárias, o perreplismo e liberalismo representavam, em suma, interesses classistas. As reorganizações das oligarquias após 1930, por sua vez, redesenham o pacto oligárquico, que em muitas regionalidades manteve a rivalidade ou se amparou como forma de seguridade orgânica estrutural. Por trás os interesses de classe sempre mantiveram seus planos de hegemonia, apropriando-se da nova reorganização do estado burguês para explorar e suprimir as classes subalternas.

7. REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

LIVRO ATA ELEITORAL DISTRITO DE CAMALAÚ. Camalaú:s.n, 1919.Livro I (Manuscrito).

LIVRO ATA ELEITORAL DISTRITO DE CAMALAÚ. Camalaú:s.n, 1920.Livro II (Manuscrito).

LIVRO ATA ELEITORAL DISTRITO DE CAMALAÚ. Camalaú:s.n, 1926.Livro III (Manuscrito).

LIVRO ATA ELEITORAL DISTRITO DE CAMALAÚ. Camalaú:s.n, 1927.Livro IV (Manuscrito).

LIVRO ATA ELEITORAL DISTRITO DE CAMALAÚ. Camalaú:s.n, 1929.Livro V (Manuscrito).

LIVRO DE BATISMO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS DORES. Camalaú: s.n, 1912-1940. (Manuscrito).

LIVRO DE ÓBITOS DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO. Camalaú: s.n, 1912-1916. Livro I (Manuscrito).

LIVRO DE ÓBITOS DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO. Camalaú: s.n, 1916-1921. Livro II (Manuscrito).

LIVRO DE ÓBITOS DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO. Camalaú: s.n, 1921-1927. Livro III (Manuscrito).

LIVRO DE ÓBITOS DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO. Camalaú: s.n, 1927-1930. Livro IV (Manuscrito).

LIVRO DE ÓBITOS DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO. Camalaú: s.n, 1930-1940. Livro IV (Manuscrito).

LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO. Camalaú: s.n, 1912-1916.Livro I (Manuscrito).

LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO. Camalaú: s.n, 1916-1921.Livro II (Manuscrito).

LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO. Camalaú: s.n, 1921-19127.Livro II (Manuscrito).

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO. Camalaú: s.n, 1912-1930. Livro I(Manuscrito).

INVENTÁRIOS

ACERVO SOB A GUARDA DO **1º Tabelionato De Notas E Anexos** /PB. Monteiro-PB.

PEDRO BEZERRA DA SILVEIRA LEAL, 1928.

FRANCISCO CHAVES VENTURA, 1959.

DELFINO MENDES DE ANDRADE, 1967.

IVO DE LUNA CHAVES, 1954.

_____. _____. LEI nº 602/1850. Dom Pedro II. Rio de Janeiro, 1850.

_____. _____. LEI nº 68/1891. Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1891.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – do problema à solução (1877-1922)**. 1988. 449 f. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História da Unicamp. Campinas/SP, 1988. Acesso em 11 de abril 2024.

ALMEIDA FILHO, Cândido Mendes de. "ALMEIDA, Cândido Mendes de." (2014).

AARON, Raymond. **Estudos Sociológicos**, trans. Marcia Cavalcanti, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Disponível em:

https://monoskop.org/File:Aron_Raymond_Estudos_Sociol%C3%B3gicos_1991.pdf. Acesso em: 11 de maio 2024.

ARANHA, Gervácio Batista. Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957). 1991. 324f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural), Curso de Mestrado em Sociologia Rural, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande - PB - Campus II - Brasil, 1991. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/3631>>. Acesso em: 11 de maio 2024.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. 1. ed. Edufcg. Campina Grande, 2013.

ALMEIDA, José Américo de. O ano do nego. UFPB, 1978.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas**. Campina Grande: EDUEFCG, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p.163.

BARAN, SWEEZY. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana**. tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Brasil. 1967. Disponível em: <http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=000002785>. Acesso em: 11 de maio. 2024.

BATISTA, Francisco de Assis. UFCG. **Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950)**.

BEZERRA, Josineide da S.; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos e NUNES, Paulo Giovanni Antonino. (org.) **História Política, rupturas institucionais e revoluções**. Editora UFPB. João Pessoa, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. (1966), Barbacena: A Família, a Política e uma Hipótese. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 20, pp. 153-194.

CONNIFF, Michael L. **Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo: questões de princípios em contexto brasileiro. Polêmicas do Nosso Tempo** v. 51. São Paulo: Cortez. 1992. Acesso em: 11 de maio 2024.

CONIFF, Michael L. **Política urbana no Brasil: A ascensão do populismo, 1925-1945**. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Relume Dumará. 1981. Acesso em 2024.

CANÊDO, Letícia. **O Sufrágio Universal**. São Paulo, Brasil: Estação Liberdade. 2005. Acesso em: 11 de maio 2024.

CAMMACK, Paul. "O Coronelismo e o Compromisso Coronelista: Uma Crítica". Cadernos do Departamento de Ciência Política, nº 5, 1979. Belo Horizonte, Brasil. Acesso em: 11 de maio 2024.

CARVALHO, A.M.P. et. al. **Elites e instituições no Brasil : uma análise contextual do Estado Novo**. Campinas, Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos914/elites-instituicoes-brasil/elites-instituicoes-brasil.pdf>. Acesso em: 11 de maio 2024.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CARVALHO, José Murilo. Coronelismo. In FGV/CPDOC, **Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro, 1930-1983** (coord. de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=210164&view=detalhes>. Rio de Janeiro: Forense Universitária/FGV/CPDOC, 1984, 2.o vol., pp. 932-934. Acesso em: 11 de maio 2024.

CAMMACK, Paul. **O “coronelismo” e o “Compromisso Coronelista”**: Uma crítica. Cadernos do Departamento de Ciência Política. Faculdade de filosofia e ciências humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1979.

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e freguesias da Paraíba**. Edições Caravela. Campina Grande, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. (1966). **Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 20, p. 153-194.

CARONE, E. Coronelismo: definição histórica e bibliografia. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 85–92, 1971. Disponível em: <<https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/40377>>. Acesso em: 10 maio 2024.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977. Acesso em: 11 de maio 2024.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, outubro, 2009, pp. 143-153 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/107/10713661010.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2024.

COLEN, J., Ferro, P., & Baião, A. (1). **Depois D'o Príncipe: As Leituras De Isaiah Berlin E Raymond Aron E Maquiavel No Seu Tempo**. *Fundamento*, 1(7).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo: questões de princípios em contexto brasileiro. Polêmicas do Nosso Tempo** v. 51. São Paulo: Cortez. 1992. Acesso em: 11 de maio 2024.

CITTADINO, Monique. Duplicatas, "Degolas" E A Verificação Dos Poderes: As Eleições De 1900, 1915 E 1930 Na Paraíba. **ESTUDOS HISTORICOS (RIO DE JANEIRO)**, v. 35, p. 26-45, 2022.

DE FREITAS MAIA, Kaliane; CUNHA, Luis Henrique. “Narrativas” sobre a grande propriedade do Sertão o nordestino: território da pecuária, do latifúndio e das oligarquias. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 35, n. 2, p. 83-100, 2015.

DORIA, Carlos A. **O Cangacho**. São Paulo, Brasil: Brasiliense. 1981. Acesso em: 11 de maio

FARIAS, Isabel Maria Sabino de et all. **A atividade docente no Telensino: um estudo acerca dos saberes mobilizados na prática pedagógica do orientador de aprendizagem**. 1997. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/>. Acesso em: 11 de maio 2024.

FARIAS, Airton. **História do Ceará: dos índios a geração cambeba**. Fortaleza: Tropical Editora, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moares; SÁ PINTO, Surama Conde. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Revista Tempo**. v. 23, n. 3. 2017 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/69Hd5MCMsmkvTvrpSG9vfhF/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 10 maio 2024.

FILHO, Pedro Nunes. **Guerreiro Togado**. 2. ed. Recife, Facform, 2011.

FORTUNATO, Maria Lucinete. O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Tese (Doutorado), Unicamp, Campinas, 2000.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. 1. ed. Editora UFCG. Campina Grande, 2008.

FRANCIONI, Gianni. **L'Officina Gramsciana**. Nápoles: Bibliopolis, 1984, p. 176

GRAMSCI, A. 1978a. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira. 2002. Disponível em: <<https://www.epedagogia.com.br/materialbibliotecaonline/3500Concepcao-Dialetica-da-Historia.pdf>>. Acesso em: 11 de maio 2024.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba 1889-1945**. 2. ed. Editora do CCTA UFPB. João Pessoa, 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, v. 2 — Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Acesso em 11 de maio 2024.

GLUCKSMANN, Buci. **“Gramsci e o Estado”**. São Paulo, Brasil. 1980. Acesso em: 11 de maio 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Acesso em 11 de maio 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. 1978a. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira. 2002. Disponível em: <<https://www.epedagogia.com.br/materialbibliotecaonline/3500Concepcao-Dialetica-da-Historia.pdf>> Acesso em: 11 de maio 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira, 2006. Acesso em: 11 de maio 2024.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira, 1968. Acesso em: 11 de maio. 2024
GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981-. 255 p.

JOFFILY, DE MELLO. **Porto Político**. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira. 1983.

JOFFILY, José. **Revolta e Revolução. Janeiro: Paz e Terra, 1979: cinquenta anos depois**. Rio de Janeiro.

JOFFILY, Irenêo. Notas sobre a Parahyba. Brasília: Thesaurus, 1977. JOFFILY, Geraldo Irineu. Um cronista do sertão no século passado. Campina Grande: Comissão Cultural do Município, 1965.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. Acesso em: 11 de maio.2024
JOFFILY, DE MELLO. **Porto Político**. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira. 1983. Acesso em: 11 de maio 2024.

JANOTTI, Maria de Lurdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromisso**. Editora brasiliense. São Paulo, 1981.

KAPLAN, Abraham & LASSWELL, Harold. **Poder e sociedade**. Brasília, Brasil: Editora da UnB. 1998. P. 60-61. Acesso em: 11 maio 2024.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes. 1976a.

LÉVI-STRUASS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1976b

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo, Brasil: Companhia Editora Nacional. 1976. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:levistrauss-1976-pensamento>. Acesso em: 11 de maio de 2024

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. 1. ed. Expressão popular. São Paulo, 2021.

LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

MARIANO SOBRINHO, Antonio. **Rio do Camará – A Epopéia de (mais) um século**. Gráfica A União Sup. de Imprensa e Editora. 1ª edição. João Pessoa-PB, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do Partido Comunista. 3ªed. São Paulo: EdiPro, 2015.

MENEZES, Avelino Freitas de. **Os Acores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770). I-Poderes e Instituições**. Ponta Delgada, 1993.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica**. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 316.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil, 1988. Acesso em: 11 de maio. 2024

- MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar**. 1. ed. LiberArs. São Paulo, 2017.
- MELLO, José Octavio de Arruda. **História da Paraíba**. 12. ed. Editora A união. João Pessoa, 2002.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. I, p. 13-41.
- NEVES, Evandro Carlos Costa e Heribert Schmitz. Meio século de oligarquia, uma década de assentamento: a herança da Fazenda Cabaceiras no Assentamento 26 de Março, em Marabá – PA. **Estudos Sociedade e Agricultura**, fevereiro de 2018, v. 26, n. 1, p. 148-171, ISSN 2526-7752.
- NOGUEIRA, K. W. A. da S. Introdução Ao Pensamento de Antonio Gramsci. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 314–317, 2023. DOI: 10.46551/rssp202331. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/6530>>. Acesso em: 11 maio 2024.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PAUL, A.; PAUL, M. Sweezy, *Monopoly Capital*, Monthly Review Press, 1967. As referências que se seguem dizem respeito à tradução francesa de Ed. Maspero e será identificada por C.M. PANG, E. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943**. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira. 1979 Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Coronelismo_e_oligarquias_1889_1934.html?id=SiIsAAAAYAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 11 de maio 2024.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação Do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942. Primeira Edição. (JÚNIOR,1972, p.28)
- PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 243-270, 2009.
- PINTO, L. F. C. Coronelismo: uma análise historiográfica. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 23, n. 2, 2021. DOI: 10.34019/2594-8296.2017.v23.20858. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20858>. Acesso em: 11 maio 2024.
- QUEIROZ, M. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Brasil: Alfa-Ômega. 1976. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/1081>. Acesso em: 11 de maio 2024.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O coronelismo numa interpretação sociológica. História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. Tradução. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Acesso em: 10 maio 2024.
- RIETVELD, João Jorge; XAVIER, Sandra Valéria da Silva e SOUSA SILVA, Elaine Cristina. **A herança de Manoel Monteiro: duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000)**. Imprel. João Pessoa, 2002.

RIETVELD, João Jorge e SILVA, Maricélio Januário da. **Centenário de Camalaú: 1895-1995: Cem anos ao redor do seu padroeiro São José.** Editora Jaraguá. João Pessoa, 1996.
RIETVELD, João Jorge. **Na Sombra do Umbuzeiro: História da Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro.** Imprell, João Pessoa-PB, 1999.

RODRIGUES, José Honório. “**História da História do Brasil - 1ª Parte Historiografia Colonial.**” São Paulo, Brasil. Editora Companhia Nacional. 1978. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/obras/historia-da-historia-do-brasil-1-parte-historiografia-colonial>. Acesso em 11 de maio 2024.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Gangorra do Poder.** (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: EDUFPB, 1989.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder: Paraíba 1889-1930.** Editora UFPB. João Pessoa, 1989.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A revolta de Princesa – Uma contribuição ao estudo do mandonismo local Paraíba (1930).** João Pessoa: A União. 1978.

SOBRINHO, Antônio Mariano. **A genealogia dos meus filhos.** Universidade holística cidade de Deus. Academia brasileiro de estudos holísticos. Camalaú, 2012.

SANTOS, Manoel José dos. **De princesa ao catete.** Fundo editorial da AAFBB. Rio de Janeiro, 1979.

SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a história do sertão da Paraíba. In: **Revista do instituto histórico e geográfico paraibano.** N. 21. 1975, páginas 51/104.7

SANTOS, 1979, Manoel. “**De princesa ao catete**”. Fundo Editorial da AAFBB,1979.

SILVA, Maricélio Januário. **A COMUNIDADE CAMPONESA NEGRA NO SÍTIO ROÇA VELHA DE CAMALAÚ – PB: A QUESTÃO AGRÁRIA E O ENSINO DE SOCIOLOGIA: a questão agrária e o ensino de TSociologia.** / Maricélio Januário da silva. – 2023.

SILVA, Mozart Linhares, *et. al.* **EJA: tensionamentos em formação.** In: SOUSA, André Cristovão; ALVARES, Deborah Miranda; SOUSA, Ana Paula. (Org.). **Educação e pandemia: relatos e práticas pedagógicas.** 1ed.Itapiranga: Schreiber, 2021, v. 1, p. 136-145. Acesso em: 11 de maio 2024.

SODRÉ, Lauro. **Os sucessos de 14 de novembro de 1904, os republicanos, a nação brasileira, o major Gomes de Castro no plenário militar.** Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1905.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil.** 2 ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SONDRÉ, Nelson Werneck. “**A formação Histórica do Brasil**”. São Paulo, Brasil, 1943. Editora Brasiliense. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg339988/drg339988.pdf> Acesso em: 11 de maio 2024.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **A função social da terra**. 2. ed. Curitiba. Arte e Letra, 2021.

SOBRINHO, Antônio Mariano. **A guerra de doze: cem anos depois**. 1. ed. Editora Lexia. São Paulo, 2014.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da compadecida**. 10 Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1973, 202 p.

TERUYA, T. K. **Um estudo sobre a representação da escola numa classe de 5ª série**. Dissertação de Mestrado. Unesp/Campus de Marília, 1995. P. 37. Acesso em: 11 de maio 2024.

THERBORN, Göran. “**A análise de classe no mundo atual: o marxismo como ciência social**”. In: Hobsbawm, Eric. (org.). História do marxismo, v. 11. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra. 1989. P. 437-8. Acesso em: 11 de maio 2024.

TERUYA, Marisa Tayra. **Família e poder na Paraíba (Os Maia de Catolé do Rocha – PB – um estudo de caso sobre práticas endogâmicas)**. Centro de Educação da UFPB. João Pessoa, 1995.

THERBORN, G. **Sexo e Poder: Família no mundo 1900-2000**. Cambridge, Inglaterra, Jornal de Políticas Sociais, Volume 36 edição 2. 2004. P. 437-438. Acesso em 11 de maio. 2024.

TORGERSON, Douglas. Orientação contextual na análise de políticas: A contribuição de Harold D. Lasswell. **Ciências Políticas**. 18.3 (1985): 241-261.

VENTURA, Fernando de Lira. **Os ancestrais e as quatro genealogias**. (parte 1). Recife, 1995ANO.

WILSON, E. O. **Sociobiology**. Harvard University Press, 1975:p58

WILSON, Luís. **Ararobá, lendária e eterna: notas para história de Pesqueira**. Pesqueira: Prefeitura Municipal, 1980.

Apêndice:

QUADRO 17 - Estabelecimentos Rurais e Respectivos Proprietários - Censo Agropecuário De 1920.

N°	Estabelecimento Rural	Proprietários
001	Carrapateira	José Raymundo da Silva
002	Tapera	Manoel Luiz Pinheiro
003	Tapera	Custódio José Bezerra
004	Viegas	João de Freitas Barros
005	Cangalha	Francisco Ferreira do Nascimento
006	Cangalha	Pedro Ferreira de Brito
007	Floresta	Pedro Bezerra da Silveira Leal
008	Geremum	Antonio Gomes de Freitas
009	Geremum	Sizenando R. de Deus
010	Geremum	Galdino Marques Lima
011	Carahybeira	Honório Ferreira Quintans
012	Carahybeira	Ivo de Luna Chaves
013	Carahybeira	Ignácio Cesário de Lima
014	Carahybeira	Manoel Calixto Alves

015	Tortão	José Monteiro de Lima
016	Conceição	José Joaquim da Silva
017	Conceição	Antonio Andrade de Souza
018	Conceição	José Alves de Souza
019	Tigre	Marciano José de Oliveira
020	Pedra D'Água	Marciano José de Oliveira
021	Boa Vista	Francisco José da Silva
022	Boa Vista	Francisca D. de Freitas
023	Baraúnas	Herculano José da Silva
024	Baraúnas	Theophilo José de Melo
025	Baraúnas	Herdeiros de Félix Marques
026	Coelho	Antonio José de Oliveira
027	Salgadinho	Herdeiros de José da Costa Oliveira
028	Salgadinho	Maria Joaquina da Conceição
029	Salgadinho	Vicente da Silva Curvello

030	Salgadinho	Fortunato Reynaldo do Rego
031	Madeiras	Manoel Cesário Lima
032	Madeiras	João R. de Freitas Sobrinho
033	Madeiras	Thomaz Bispo Villa Nova
034	Madeiras	José Ferreira Campos
035	Madeiras	Vicente Cesário Lima
036	Ipoeias	José Theodoro Chaves
037	Ipoeias	Francisco Chaves Ventura
038	Ipoeias	Salvino Bezerra Leite

039	Ipoeiras	Henrique Martins Chaves
040	Ipoeiras	Francisco Martins Chaves
041	Ipoeiras	Anastácio Correa de Queiroz
042	Ipoeiras	Pedro Lúcio Correa
043	Volta	Francisco Xavier Pinheiro
044	Volta	Herdeiros de Francisco José de Sant'Anna
045	Malhada da Pedra	Domingos Ferreira Lopes
046	Malhada da Pedra	Manoel Alves Campos
047	Caroá	Nominando Miguel Ferreira Firmo
048	Caiçara	José Rodrigues de Almeida
049	Caiçara	Herdeiros de Anna Bezerra Pequim
050	Caiçara	Honório Ferreira Quintans
051	Caiçara	Francisco Bezerra Moreno
052	Corredor	João Correa de Araújo

053	Corredor	Maria Francisca da Conceição
054	Corredor	Antonio Correa da Silva
055	Corredor	Manoel Alves Feitosa
056	Corredor	Francisco Alves Feitosa
057	Raposa	Marianno Alves Feitosa
058	Raposa	Manoel Duarte Pinheiro
059	Raposa	Francisco Alves Feitosa
060	Quimquim	Izidoro Ferreira Jurema e outros
061	Sítio do Meio	João Baptista Ferreira da Costa
062	Sítio do Meio	José Ferreira da Costa
063	Sítio do Meio	Manoel Joaquim de Mello
064	Sítio do Meio	João Januário de Souza
065	Sítio do Meio	Manoel José da Silva
066	Sítio do Meio	Francisco José Gonçalves
067	Sítio do Meio	Vicente F. da Costa

068	Sítio do Meio	José Correa de A. Queiroz
069	Sítio do Meio	Nominando Miguel Ferreira Firmo
070	Sítio do Meio	Antonio Pereira dos Santos
071	Sítio do Meio	Sócrates da Costa Acanã
072	Sítio do Meio	Firmino Joaquim de Mello
073	Sítio do Meio	Vicente Ferreira Santiago
074	Sítio do Meio	Manoel Lúcio Ferreira
075	Sítio do Meio	Herdeiros de José Antonio Santiago
076	Sítio do Meio	Francisco Justino do Nascimento
077	Gangorra	Francisco Paulo de Queiroz
078	Malhadinha	Alexandre B. dos Santos
079	Salão	Manoel Pereira dos Santos
080	Salão	Tertuliano José Baptista
081	Serra	Ignácia F. de Melo
082	Serra	Francisco de Mello Viana

083	Fazenda da Serra	Clemente Mineiro de Souza e outros
084	Roça Velha	Ulysses Bezerra Leite

085	Roça Velha	Paulino Querino de Queiroz
086	Roça Velha	Antonio Ferreira das Chagas
087	Roça Velha	Ernesto Caboclo de Couto
088	Roça Velha	Pedro Francisco Xavier
089	Roça Velha	Manoel Romão de Almeida
090	Roça Velha	Horácio Viana

091	Roça Velha	Manoel Francisco Barbosa
092	Roça Velha	João Correa de Queiroz
093	Açude	Thomaz de Aquino Raposo
094	Açude	Marcos Veríssimo Bezerra
095	Pindurão	Antonio Tiburcio da Costa
096	Pindurão	Francisco Ramos Bezerra
097	Aguazinha	Paulino Possidônio Correa
098	Aguazinha	João Rodrigues Correa
099	Aguazinha	João Correa da Silva
100	Aguazinha	Manoel Correa da Silva
101	Aguazinha	Rodrigo Correa de Queiroz
102	Aguazinha	Josepha Maria da Conceição

103	Aguazinha	Antonio José Ferreira
104	Aguazinha	João Rodrigues Correa
105	Sítio Camalaú	Isaiás José de Oliveira

Anexos:

(I) DOCUMENTO DE DOAÇÃO DO PÂTRIMONIO A SÃO JOSÉ. PARA COSNTRUÇÃO DA VILA

Trascrição do documento de doação datado em 21 de junho de 1895 "Escriptura de doação que fazem em notas os doadores Domingos Ferreira de Brito e sua mulher dona Rosa Maria da Conceição, de um terreno para o patrimônio ao glorioso patriarca senhor São José, com tudo adiante se declara: saibam quantos este público instrumento da escriptura de doação de patrimônio virem, que no ano de mil e oitocentos e noventa e cinco (sétimo da República), aos vinte e hum dias do mês de junho do dito anno nesta Villa e termo da Alagoa de Monteiro, comarca de Patos deste estado da Paraíba, em meu cartório e perante mim, tabelião, compareceram partes presentes e contrahentes, doadores e aceitantes, a saber: de uma parte como doadores Domingos Ferreira de Brito e sua mulher D. Rosa Maria da Conceição e de outra, como aceitante o cidadão José Cardoso da Silva Zeca, morador, e um e outro no lugar e povoação de Camalaú das deste termo, pessoas do meu inteiro conhecimento testemunhas abaixo assignados de que dou fé. E perante as mesmas testemunhas disseram que elles doadores eram senhores possuidores de diversas braças de terra de criação que lhes houveram por herança pelo falecimento de seu pai e sogro Joao José da Silva Caruaru, cito na propriedade Camalaú deste termo como se mostra pelo seu formal de partilha, as quais braços de terra já referidas sendo livres e desembaraçadas de todo e qualquer ônus de justiça e sendo estas em comum outro herdeiros, de entre ellas senhor São José de ao glorioso patriarca faziam doação quatrocentos braças de terras naquella sobredita propriedade Camalaú, sendo de frente cem (a palavra cem está visivelmente raspada e emendada) braças de fundo trezentos e cinqüenta braças. que prefaz o número de quatrocentos e cincoenta (as palavras "e cincoenta" estão visivelmente raspadas e emendadas) que desse patrimônio referido se possa erigir um capellinha consagrada ao supro dito patriarca São José; limitando-se porem o dito patrimônio trinta braças distante do lado trazeiro da casa dos doadores com fundo para o sul, até onde inteiras a ditas trezentas e cincoenta braças, ficando assim discriminado doação do patrimônio referido. pelo que elles doadores declaram perante as ditas testemunhas, o aceitante referido que d'ora em diante transmitiam todo jus, domínio e posse que nas referidas quatrocentas e cincoenta braças (as palavras "e cincoenta braças" estão escritas entre linha) de terras tinham ao glorioso patriarcha São José, pois lhe faziam esta doação de sua livre e espontânea vontade e sem constrangimento algum; e pelo aceitante, ainda que procisório, me foi dito que aceitava em nome do santo patriacha referido esta doação e patrimônio com todas as cláusulas e condições.

(Ato oficial de doação-feito no primeiro cartório de registro civil e notas de Alagoa do Monteiro-fls.10 v a 12-Livro 30)

(II) Documento de fundação da ordem do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus



(Documento de criação de Apostolado da Oração na Capela de São José de Camalaú, pertencente a freguesia de São Sebastião do Umbuzeiro)

(III) Imagem doada para construção da Capela pela Família Alexandre-Oliveira-Cardoso



Houveram por herança pelo falecimento de seu pai e sogro Joao José da Silva Caruaru, cito na propriedade Camalaú deste termo como se mostra pelo seu formal de partilha, as quais braços de terra já referidas sendo livres e desembaraçadas de todo e qualquer ônus de justiça e sendo estas em comum outro herdeiros , de entre ellas senhor São José de ao glorioso patriarca faziam doação quatrocentos braços de terras naquella sobredita propriedade Camalaú, sendo de frente cem (a palavra cem está visivelmente raspada e emendada) braços de fundo trezentos e cinqüenta braços. Que prefaz o número de quatrocentos e cincoenta (as palavras "e cincoenta" estão visivelmente raspadas e emendadas) que desse patrimônio referido se possa erigir um capellinha consagrada ao supro dito patriarca São José;

limitando-se porem o dito patrimônio trinta braças distante do lado trazeiro da casa dos doadores com 0 fundo para o sul, até onde inteiras a ditas trezentas e cincoenta braças, ficando assim discriminado doação do patrimônio referido. Pelo que elles doadores declaram perante as ditas testemunhas, o aceitante referido que d'ora em diante transmitiam todo jus, domínio e posse que nas referidas quatrocentas e cincoenta braças (as palavras "e cincoenta braças" estão escritas entre linha) de terras tinham ao glorioso patriarcha São José, pois lhe faziam esta doação de sua livre e espontânea vontade e sem constrangimento algum; e pelo aceitante, ainda que procisório, me foi dito que aceitava em nome do santo patriacha referido esta doação e patrimônio com todas as cláusulas condições.. (Rietveld; Silva, 1895, p37)

(IV)

N.º 1.196
(Dado no Tribunal Regional)

TITULO DE ELEITOR

PARAÍBA DO NORTE

11.ª zona de Alagôa do Monteiro
(bairro)

Domicílio eleitoral na Secção da residência habitual.
598.

Numero de ordem da inscrição 3

Data da inscrição no cartorio 3 de Abril de 1933.

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Eduardo Tolentino Leite.

Filiação João Alves Leite.

Naturalidade brasileiro.

Idade 60 anos - Data do nascimento 13 de Outubro de 1873.

Estado civil casado

Profissão agricultor.

Qualificativos

Assinatura do Eleitor: *Eduardo Tolentino Leite*
ASSINATURA DO ELEITOR

O presente titulo é expedido de acordo com o Código Eleitoral da Republica e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba do Norte e recebeu o numero 1196 aos 1 dias do mês de abril do anno de mil novecentos e trinta e seis.

Graciano Mendes da Silva
Diretor de Secção

Polegar direito

Formula estiloscopica

CARIMBO



